

Revista de Conjuntura

ANO XVII • Nº 60 • Maio/Agosto de 2017

Publicação do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal

ARTIGOS

**Ciclos Políticos-Orçamentários:
O Estado da Arte das Pesquisas Nacional e
Internacional**

*Sérgio Ricardo de Brito Gadelha
Geraldo Sandoval Góes*

**O Crescimento Brasileiro Revisitado
(1980-2012)**

*José Luis Oreiro
Luciano Manarin D'Agostini
Fabrício Vieira
Luciano Carvalho*

**Nova meta de inflação e
ancoragem das expectativas**

Elder Linton Alves de Araújo

**Virar adulto no momento errado.
Entrar no Mercado de Trabalho
em Tempos de Crise**

Carlos Aberto Ramos

**Lava Jato e desacertos das
Políticas Monetária e Fiscal**

Décio Garcia Munhoz

O economista como historiador

Flávio Rabelo Versiani

**O Brasil e o fim da crise econômica
mundial**

José Luiz Pagnussat

Safra de Grãos 2017 - Melhor Produtividade

Eloy Corazza

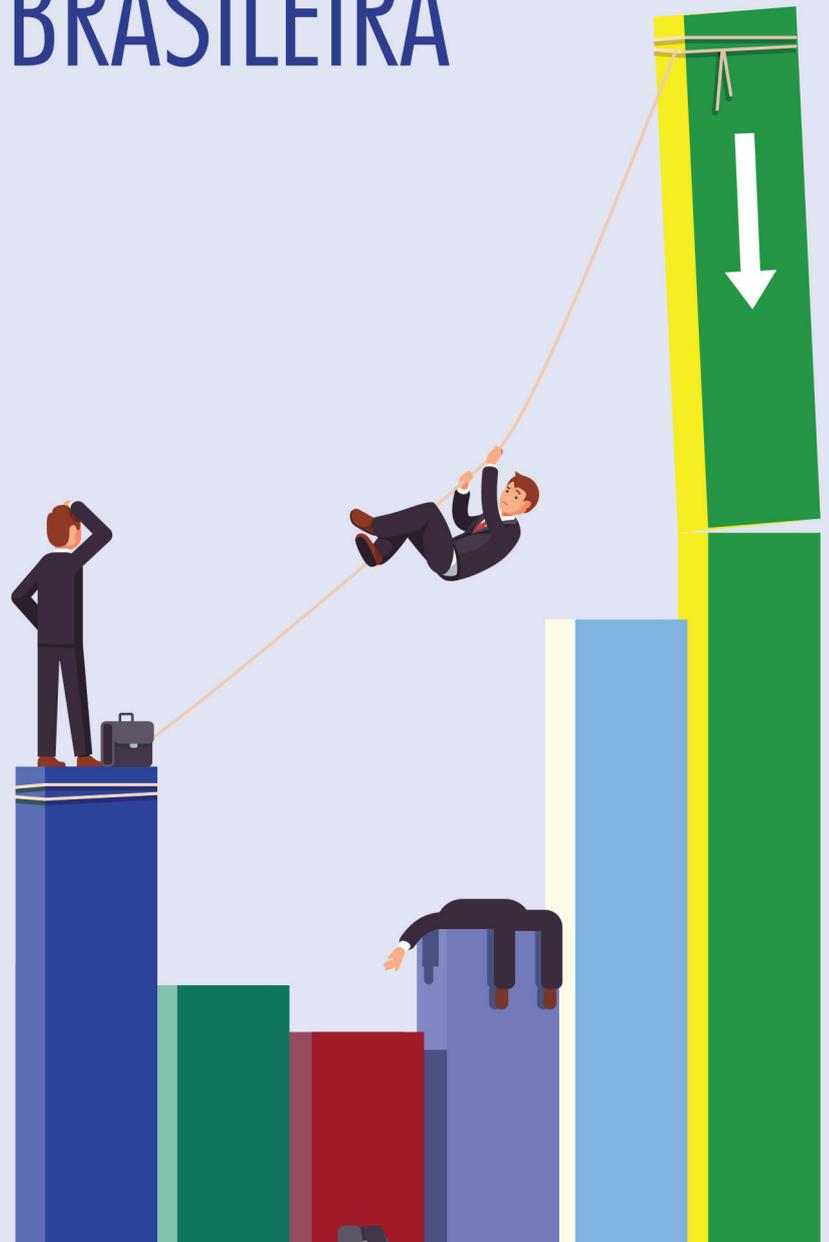
**Fórum de Mulheres Economistas discute
os principais desafios enfrentados no
mercado de trabalho**

*Mônica Beraldo
Elisângela Resende
Gisella Colares
Luciana Acioly
Maria Alzira Duarte
Maria Cristina de Araújo
Marianne Pereira
Paloma Campos*

**Nota do COFECON Sobre a PEC da
Reforma da Previdência**

**Carta de Belo Horizonte –
22º Congresso Brasileiro de Economia**

A POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA



PRÊMIO SEAE DE LOTÉRIAS

Concurso de Monografia

2017

TEMAS

1

A Regulação de Loterias no Brasil

2

Aspectos de Responsabilidade Social Corporativa das Loterias

Inscrições e envio das Monografias prorrogados até **18/12/2017**

PREMIAÇÃO em cada Tema

- 1º colocado → R\$ 20.000,00
- 2º colocado → R\$ 10.000,00
- 3º colocado → R\$ 5.000,00

Informações: (61) 3412 6286 e 3412 6018
premio-seae.df.esaf@fazenda.gov.br



Regulamento | www.esaf.fazenda.gov.br

Realização



Idealização



Seae
Secretaria de Acompanhamento Econômico

Patrocínio

MINISTÉRIO DA
FAZENDA





Nesta edição

**Ciclos Políticos-Orçamentários:
O Estado da Arte das Pesquisas Nacional e
Internacional 04**
*Sérgio Ricardo de Brito Gadelha
Geraldo Sandoval Góes*

**O Crescimento Brasileiro Revisitado
(1980-2012) 11**
*José Luis Oreiro
Luciano Manarin D'Agostini
Fabrício Vieira
Luciano Carvalho*

**Nova meta de inflação e
ancoragem das expectativas 22**
Elder Linton Alves de Araújo

**Virar adulto no momento errado.
Entrar no Mercado de Trabalho
em Tempos de Crise 24**
Carlos Aberto Ramos

**Lava Jato e desacertos das
Políticas Monetária e Fiscal 30**
Décio Garcia Munhoz

O economista como historiador 32
Flávio Rabelo Versiani

Índice

Revista de
Conjuntura

Publicação do Conselho Regional de
Economia do Distrito Federal

ANO XVII • Nº 60 • Maio/Agosto de 2017

**O Brasil e o fim da crise econômica
mundial 35**
José Luiz Pagnussat

**Safra de Grãos 2017 - Melhor
Produtividade 43**
Eloy Corazza

**Fórum de Mulheres Economistas discute
os principais desafios enfrentados no
mercado de trabalho 47**
*Mônica Beraldo
Elisângela Resende
Gisella Colares
Luciana Acioly
Maria Alzira Duarte
Maria Cristina de Araújo
Marianne Pereira
Paloma Campos*

**Nota do COFECON Sobre a PEC da
Reforma da Previdência 49**

**Carta de Belo Horizonte –
22º Congresso Brasileiro de Economia 52**



As opiniões expressas nos artigos e entrevistas são de
responsabilidade exclusiva de seus autores e entrevistados e
não refletem necessariamente a do Corecon/DF.

Editor Responsável

José Luiz Pagnussat

Conselho Editorial

Carlos Eduardo de Freitas
Elder Linton Alves de Araújo
José Fernando Cosentino Tavares
José Roberto Novaes de Almeida
Newton Ferreira da Silva Marques
Mario Sérgio Fernandez Sallorenzo
Jusçanio Umbelino de Souza
Jucemar José Imperatori
Carlito Roberto Zanetti
Júlio Miragaya
Felipe Ohana
Geovana Lorena Bertussi
Eloy Corazza

Equipe CORECON/DF

Gerente Executivo

Daniel dos Passos Soares

Assessores

Angeilton Francisco Lima Faleiro
Marianne Dias Pereira

Fiscal da Profissão de Economista

Angeilton Francisco Lima Faleiro
Elisângela Cavalcante Resende Fonseca

Profissionais de Apoio ao Economista

Ísis de Oliveira Rodrigues
Jamildo Cezário Gomes
Jaqueline de Fátima Pinheiro
Michele Cantuária Soares
Wallace Santos Pires

Diagramação: Angélica Novais

Tiragem: 3.600

Periodicidade: Quadrimestral

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição da entidade. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 11ª REGIÃO - DF

Presidente

Mario Sérgio Fernandez Sallorenzo

Vice-Presidente

Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Conselheiros Efetivos

Maria Cristina de Araújo
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo
Ronald de Silva Lins
José Luiz Pagnussat
George Henrique de Moura Cunha
Luciana Acioly da Silva
Eloy Corazza
Carlos Eduardo de Freitas
Guidborgogne Carneiro Nunes da Silva
Homero Gustavo Reginaldo Lima
José Eustáquio Moreira de Carvalho

Conselheiros Suplentes

Flauzino Antunes Neto
Elder Linton Alves de Araújo
Victor José Hohl
Newton Marques Ferreira da Silva
Marcela Araújo Silva
Gisella Colares Gomes
Luiz Antônio Gouveia de Oliveira
Felipe Neiva Mundim
Pedro Garrido da Costa Lima

Delegado Eleitor-Efetivo

Maria Cristina Araújo

Delegado Eleitor-Suplente

Mario Sérgio Fernandez Sallorenzo

Setor Comercial Sul, Quadra 1,
Ed. Antônio Venâncio da Silva, Salas 301/306
CEP: 70.395-900 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3226-7487 / 99958-1718
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Site: www.corecondf.org.br
Horário de funcionamento: das 8h às 18h
(sem intervalo)

Editorial

A crise financeira global iniciada nos EUA em setembro de 2008 ficou para trás. Os dados da economia mundial mostram que a maioria dos países vem mantendo trajetória de crescimento sustentado há vários anos, com queda acentuada do desemprego e inflação sob controle. A média do crescimento mundial entre 2010 e 2016 ficou ao redor de 3% a.a., com projeções de aceleração para os próximos anos.

A principal economia mundial e berço da crise (EUA) manteve taxa de crescimento média acima de 2% nos últimos sete anos e a taxa de desemprego caiu do patamar de 10%, entre 2009 e 2010, para 4,4% em agosto de 2017.

A China manteve elevadas taxas de crescimento econômico, entre 6,7% e 10,4% a.a., desde o início da crise. Os dados de crescimento do PIB chinês se mantiveram acima da meta do governo, que nos últimos anos foi de 6,5% a.a., e as projeções para os próximos anos são de aceleração do crescimento da economia chinesa.

A Zona do Euro mantém taxa de crescimento positiva a dezessete trimestres seguidos, desde o segundo trimestre de 2013. A taxa de desemprego caiu do patamar de 12,1%, em 2013, para 9,1% em julho de 2017.

Os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mantêm a trajetória de redução da "Taxa de Desemprego Harmonizada" desde o início de 2013, caindo para 5,8% em julho de 2017, menor taxa verificada desde maio de 2008.

Enquanto isso, o Brasil amargou a maior recessão da história, com queda de 7,2% do PIB no biênio 2015-2016, e dobrou o desemprego em dois anos, chegando a taxa de desocupação aos recordes de 13,7% no primeiro trimestre de 2017. Os recentes sinais positivos na economia brasileira são tímidos e a retomada do crescimento, lenta. O fato é que a política econômica brasileira manteve o pé no freio, com sua política de juros altos, com exceção do intervalo entre 2012 e 2013, enquanto o resto do mundo, com poucas exceções, pratica política agressiva de afrouxamento monetário (quantitative easing) e juros de política monetária próximos de zero, desde o início da crise. Em 2015 e 2016, juros altos tiveram como razão a necessidade de combater os efeitos do desrespeito dos preços administrados.

Os países que saíram da crise tiveram como pilar da política econômica a abundância do crédito. Os EUA mantiveram as taxas de juros em 0,25% a.a. por longo período, entre 2008 e 2015, e os ajustes recentes foram parcimoniosos, elevando a taxa gradativamente a 1,25% a.a., patamar abaixo da inflação. A Zona do Euro vem mantendo a taxa de juros (taxa de refinanciamento) em zero e a compra de títulos em volumes elevados, o que amplia a oferta de moeda e a pressão baixista nas taxas de juros de mercado. O Japão (-0,10%), a Suécia (-0,50%) e a Suíça (-0,75) mantêm taxas negativas. No Reino Unido está em 0,25% a.a., e no Canadá e Noruega, em 0,50% a.a.

Em junho de 2017, entre as 50 principais economias do mundo, apenas o Brasil e a Argentina tinham taxas de juros de política monetária acima de 10% a.a. No caso da Argentina, explicável pelo descontrole da inflação nos últimos anos. No caso do Brasil, não havia como justificar juros tão altos com a inflação em 12 meses muito abaixo da meta.

Entre janeiro de 2016 e agosto de 2017 a inflação caiu 8,25 pontos percentuais, passando de 10,71% para 2,46% a.a., resultado do choque de oferta, com a maior safra agrícola da história. Nesses 18 meses, o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduziu a taxa Selic em apenas 6 pontos percentuais, passando de 14,25 para 8,25% na reunião de setembro, em ritmo mais lento que o recuo da inflação. A taxa de juros real subiu 60,7% nesse período, e hoje está em 5,69%, enquanto o Brasil continua patinando na sua tentativa de retomada do crescimento.

A retomada do crescimento que agora está sendo ensaiada deveu-se mais ao valor agregado pela safra a que nos referimos, à redução do endividamento das famílias, e à queda da inflação, principalmente atribuída a dois anos seguidos de recessão, que melhor preservou o poder aquisitivo dos consumidores e deu aos trabalhadores algum ganho real de renda em negociações salariais recentes.

O Brasil tem fundamentos econômicos comparáveis à maioria dos países que relaxaram sua política monetária e apresenta todas as condições para recuperar seu nível de atividade, mas é necessário destravar a economia, com taxa de juros básica de país civilizado e política monetária que proporcione crédito com preços e volumes equivalentes aos praticados no resto do mundo. O crescimento, viabilizado por melhores receitas tributárias e menos gastos assistenciais, permitirá superar a principal dificuldade que o governo atravessa, que se situa no campo fiscal.

A RENDA É CONCENTRADA NAS MÃOS DE POUCOS NO BRASIL. MAS QUEM PAGA MAIS TRIBUTOS SÃO OS POBRES E A CLASSE TRABALHADORA.

Já parou para pensar que ao comprar uma lata de extrato de tomate, você paga sobre este produto o mesmo imposto que as pessoas que ganham mais ou menos que você?

Esse modelo tributário taxando a produção e o consumo é injusto, pois acentua a pobreza e as diferenças sociais. Com pouca incidência sobre a renda e a riqueza, o modelo brasileiro de impostos alivia os que deveriam contribuir mais, ao mesmo tempo em que onera a classe trabalhadora.

É contra esse modelo injusto que o **Conselho Federal de Economia e a instituições integrantes** do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social promovem sua Campanha, a partir da **mudança do modelo tributário brasileiro**. Nossa principal meta é a redução da desigualdade social no Brasil. **Participe!**



Desigualdade: isso é da sua conta.



CAMPANHA PELA
**REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE
SOCIAL NO BRASIL**

ARTIGO

Ciclos Políticos-Orçamentários: O Estado da Arte das Pesquisas Nacional e Internacional

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

Geraldo Sandoval Góes

1. Introdução

Os Ciclos Político-Econômicos ocorrem quando incumbentes, de maneira oportunista, expandem a atividade econômica antes das eleições a fim de aumentar suas chances de se reelegerem (DRAZEN, 2008; BENITO, BASTIDA e VICENTE, 2013). Em outras palavras, o governo que deseja se reeleger adota políticas econômicas expansionistas em seus últimos meses de mandato político, ao passo que o governo que se elegeu adota políticas econômicas restritivas em seus primeiros meses de mandato político.

Embora a maior parte dos estudos empíricos já feitos testaram a existência de ciclos políticos orçamentários, pesquisas recentes tem se voltado a identificar a magnitude desses ciclos, mostrando que o contexto econômico-político afeta como e quando esses ciclos são gerados (AIDT et al., 2011). Um dos fatores que podem determinar a ocorrência do ciclo político orçamentário é a presença de uma regra de orçamento equilibrado. Alguns autores argumentam que, se regras fiscais que proíbem ou limitam déficits são efetivas, essas regras devem restringir a habilidade dos incumbentes de se envolver em comportamentos oportunistas (ROSE, 2006; ALT e ROSE, 2007). De acordo com Rose (2006), os políticos serão incapazes de criar ciclos político-orçamentários se existe uma regra fiscal proibindo déficits uma vez que o gasto governamental precisa ser inteiramente financiado por receita. Nessa situação, quando a política fiscal não puder mais ser usada, a política monetária se torna o único instrumento que possa ser usado pelos incumbentes para influenciar os eleitores. Isso implica que, onde os governos são restritos por regras de orçamento equilibrado e não controlam a política monetária, o que ocorre na maior parte das nações democráticas, os ciclos políticos induzidos pelas eleições iriam desaparecer.

Em particular, o ciclo político-orçamentário refere-se ao aumento de gastos governamentais, aumento de déficits orçamentários ou corte de tributos antes

das eleições determinado por incumbentes que desejam permanecer em seus cargos eletivos. Em outras palavras, o ciclo político-orçamentário se referem aos ciclos gerados em alguns componentes do orçamento induzidos pela presença das eleições (DRAZEN, 2008; BENITO, BASTIDA e VICENTE, 2013). Os incumbentes, detentores de mandatos eletivos, não primam pela maximização do bem-estar da população, mas sim pelas suas chances de continuar no poder, seja diretamente, via reeleição, seja indiretamente, via sucesso do mesmo partido ou de coalização (QUEIROZ e SILVA, 2010).

Seria ingênuo acreditar que os governos locais iriam se abster de manipular a política fiscal quando se trata da única forma para impressionar os eleitores antes das eleições. Estudos recentes tem mostrado que é possível gerar ciclos político-orçamentários mesmo se os incumbentes estejam restritos em suas políticas fiscais por uma regra de orçamento equilibrado. De fato, os políticos podem usar estratégias alternativas para promover o ciclo político-orçamentário. Por exemplo, a existência de limites de dívida municipal pode fazer com que os governos locais reajam contornando os limites de endividamento legal por meio da emissão de dívida que não está incluída nos limites (hipótese de evasão) ou deslocando a dívida de municípios para outras entidades dependentes (hipótese de devolução) (McEACHERN, 1978; KIEWIET e SZALAKY, 1996; BUNCH, 1991).

O adiamento de despesa é outra estratégia que poderia ser adotada pelos incumbentes, uma vez que eles podem adiar a execução das despesas até o próximo ano fiscal embora os serviços já têm sido fornecidos pelos empreiteiros. Trata-se de uma forma de reduzir o déficit orçamentário. Além disso, a contabilidade criativa também pode ser usada para gerar ciclo político-orçamentário sem violar a regra fiscal. Finalmente, os políticos podem também implementar políticas fiscais restritivas durante anos não-eleitorais a fim de criar espaço para manobras

fiscais. Isso lhes permitiria empreender políticas fiscais expansionistas em anos eleitorais sem violar as regras fiscais.

Mediante uma revisão bibliográfica teórica e empírica da literatura nacional e internacional, estruturada na forma de uma resenha acadêmica temática, o objetivo geral do presente estudo é relatar as evidências já obtidas sobre o debate acerca dos ciclos político-orçamentários, em resposta aos seguintes questionamentos: como se encontra o atual estado da arte sobre ciclos político-orçamentários? No caso brasileiro, existe ou não evidências sobre a presença de ciclos-político orçamentários nas finanças públicas municipais, dentro do contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal? E quais são as sugestões de pesquisas futuras na fronteira da pesquisa sobre esse tema?

2. Estado da arte sobre ciclos políticos-orçamentários

2.1 Literatura internacional sobre ciclos político-orçamentários

A literatura sobre os ciclos político-econômicos examina a relação entre política econômica e eleições. No estudo seminal de Nordhaus (1975), assume-se que as expectativas dos eleitores decorrem de adaptações, que permite os incumbentes oportunistas de realizar uma influência de curto prazo em variáveis macroeconômicas por meio da política monetária visando ganhos eleitorais. Em estudos posteriores sobre essa área da pesquisa, assume-se expectativas racionais por parte dos eleitorais, significando que, no equilíbrio, os eleitores não podem ser sistematicamente enganados pelos incumbentes oportunistas. Ao perceber o efeito da economia no voto, o presidente decide aumentar a oferta da moeda em ano eleitoral de forma a conseguir incremento na produção do país e, assim, diminuir o desemprego.

Um dos estudos mais relevantes foi apresentado por Rogoff e Sibert (1988), que destaca o papel da política fiscal, ao invés da política monetária, em gerar ciclos. Neste caso, trata-se da assimetria de informação entre eleitores e incumbentes a respeito da competência dos incumbentes que leva aos ciclos políticos. Os autores desenvolvem o modelo original de ciclos político-orçamentários, assumindo que os

incumbentes possuem um nível de competência (alto ou baixo) conhecido por eles mesmo, mas desconhecido pelos cidadãos. Em outras palavras, os cidadãos não podem observar diretamente a competência dos incumbentes, que é definida como sendo a habilidade de fornecer certo nível de serviços com menos impostos. Essa informação assimétrica cria incentivos para àqueles políticos com um alto nível de competência (incumbentes de tipo elevado) para implementar políticas fiscais expansionistas antes das eleições visando sinalizar seu tipo para os eleitores, o que é menos oneroso para eles do que para os incumbentes de tipo baixo, aumentando assim as chances de se permanecer no cargo eletivo.

Rogoff (1990) desenvolve um modelo em que a manipulação eleitoral surge por meio de uma mudança na composição do orçamento público. O governo, antes das eleições, aumenta o tipo de gasto que é mais perceptível pelos eleitores (por exemplo, consumo governamental) ao invés de gastos menos perceptíveis no curto prazo (por exemplo, investimento público). Conforme argumenta Ferreira e Bugarin (2007), o estudo seminal de Nordhaus pode ser questionado à luz da teoria das expectativas racionais na medida em que o modelo admite a possibilidade de os eleitores serem constantemente enganados pelo governante, apesar do limitado efeito que a política de expansão monetária traz ao crescimento econômico no médio prazo. Um refinamento dessa teoria conhecido como Political Budget Cycle (ciclo político-orçamentário), desenvolvido em Rogoff (1990), foca a estratégia do governante na política fiscal. Segundo esse estudo, os eleitores não observam diretamente a competência administrativa dos políticos. A existência de informação incompleta proporciona ao político competente o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar sua probabilidade de reeleição.

Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990) foram os primeiros a formular modelos de ciclos político-orçamentários, nos quais os instrumentos da política fiscal são utilizados para sinalizar a competência do governante. Em Rogoff e Silbert (1988) a sinalização ocorre através da diminuição de impostos e do aumento da senhoriagem ou de empréstimos menos visíveis, induzindo um padrão cíclico de corte de impostos antes das eleições, e de inflação e elevação da dívida posterior a elas. Em Rogoff (1990), por sua

vez a sinalização é feita por meio de modificações na composição orçamentária, aumentando-se o gasto público em itens mais visíveis, como transferências, consumo e serviços e diminuindo-se o gasto com investimentos, cujos resultados exigem mais tempo para serem percebidos pelo eleitorado (NAGAKUMA, 2006).

Persson e Tabellini (2000), assim como Shi e Svensson (2002) apresentam modelos teóricos em que a causa do ciclo é um problema de risco moral (moral hazard) entre incumbentes e eleitores, assumindo que nem os incumbentes nem os eleitores conhecem a competência dos incumbentes quando as decisões políticas são tomadas. Antes das eleições, os incumbentes têm incentivos em aumentar a oferta de bens públicos, independentemente de seus níveis de competência, a fim de convencer os eleitores que isto é devido à competência dos incumbentes. Como consequência, esses modelos preveem que todos os tipos de incumbentes manipulam o orçamento durante o período pré-eleitoral para aumentar suas chances de permanecer no poder. Além disso, esses autores têm contribuído na mudança do foco da pesquisa na área, no sentido de que, ao invés de apenas verificar a existência de ciclos político-orçamentários, estudar também os determinantes de sua magnitude.

Persson e Tabellini (2003) estudam se a magnitude dos ciclos eleitorais dependem do sistema político do país, usando uma amostra de 60 nações democráticas ao longo do período de 1960 a 1998. Especificamente, esses autores mostram que as regras eleitorais e a forma de governo afetam a natureza do ciclo eleitoral.

Utilizando a econometria de dados em painel dinâmico, Binet e Pentecôte (2004) exploram o comportamento local dos incumbentes durante o mandato. Primeiramente, evidências empíricas são dadas sobre os instrumentos de política fiscal através dos quais os municípios franceses tentam influenciar os resultados das eleições. Segundo, uma estrutura teórica é construída para investigar o ciclo político-orçamentário quando a tributação local é regressiva, podendo explicar um uso discricionário dos tributos locais pelo incumbente a fim de se reeleger. As autoridades locais francesas também têm incentivos a aumentar as despesas de capital desde que sejam financiadas por dívida.

A renda dos políticos e a parcela de eleitores

informados também impactam o tamanho dos ciclos político-orçamentários, de acordo com os resultados de um painel de dados de 85 países ao longo do período de 1975 a 1995 obtido por Shi e Svensson (2006), os quais argumentam que a literatura internacional sobre ciclos político-orçamentários possui três principais características. Primeiro, essa literatura é baseada em um conjunto de dados para um número relativamente pequeno de nações. Segundo, essa literatura foca em identificar se existe, ou não, qualquer efeito do calendário eleitoral no desempenho da política fiscal. Terceiro, essa literatura trata o período eleitoral como exógeno.

De acordo com Alt e Rose (2007), a razão pela qual diversos estudos encontram ciclos político-orçamentários condicionais reside no fato de que os incumbentes nem sempre agem para aumentar suas chances de reelegerem. Eles precisam ter a habilidade e os incentivos para manipular as finanças públicas. Se nenhuma dessas condições não são observadas, é provável que o ciclo não seja criado. De fato, esses autores analisam sob que circunstâncias a manipulação fiscal pré-eleitoral é mais factível e desejável. Usando uma amostra de Estados Americanos, os autores encontram que o ciclo é maior quando os políticos esperam a proximidade das eleições.

Sabe-se que os ciclos político-orçamentários ocorrem quando o eleitorado é imperfeitamente informado sobre a competência do incumbente, e o incumbente tem discricionariedade sobre o orçamento público. Focando nessa segunda condição, Saporiti e Streb (2008) estudaram como a separação de poderes afetam os ciclos político-orçamentário na composição dos gastos governamentais. Os resultados obtidos evidenciaram que os detalhes do processo orçamentário, conhecidos por regras de negociação (barganha), o status quo local e o grau de conformidade (compliance) com a lei orçamentária, são críticos para a existência e as amplitudes dos ciclos político-orçamentários. Em particular, quando o status quo é determinado pelo orçamento prévio, e existe uma alta conformidade com a lei orçamentária, a separação de poderes atua como um dispositivo de compromisso que resolve os problemas de credibilidade que guiam os ciclos político-orçamentários.

Benito, Batista e Vicente (2013) examinam o efeito de uma regra de orçamento equilibrado no ciclo político-

orçamentário local, analisando a evolução do déficit orçamentário, arrecadação tributária e gastos com capital em períodos de eleições. Usando uma amostra de municípios da Espanha no período 1994 a 2009, os resultados obtidos indicam que a regra de orçamento equilibrado não diminuiu o ciclo político-orçamentário no déficit orçamentário. Portanto, os resultados indicam que, embora os governos municipais são restritos por tal regra, ainda assim eles se envolvem em uma espécie de manipulação fiscal-eleitoral induzida. Em anos não eleitorais, os governos criam espaço de manobra para implementar políticas fiscais expansionistas em anos eleitorais. Especificamente, existe poupança em anos pré-eleitorais, e aumento de déficit fiscal em anos eleitorais. Isso tem sido alcançado largamente por meio de aumento de tributação durante os anos pré-eleitorais e deslocando a maior parte da despesa de capital aumentada a partir do ano pré-eleitoral para o ano eleitoral. Além disso, os resultados indicam que a regra de orçamento equilibrado tem tido sucesso em limitar o déficit orçamentário.

Streb e Torres (2013) analisam o papel das regras que limitam a dívida pública porque o empréstimo é uma condição necessária para os ciclos político-orçamentários agregados. Uma vez que a legislatura tem que autorizar uma nova dívida, um governo dividido pode fazer com que essas regras fiscais tenham credibilidade. O compromisso é prejudicado por qualquer governo unificado ou com conformidade imperfeita com a lei orçamentária, o que pode explicar por que os ciclos político-orçamentários são mais fortes em nações desenvolvidas e em novas democracias.

2.2 Literatura nacional sobre ciclos político-orçamentários

O estudo de Nakaguma e Bender (2006) estuda o comportamento fiscal dos Estados brasileiros no período 1986-2002, analisando, em particular, o impacto de duas mudanças institucionais recentes, a Emenda da Reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre os ciclos políticos orçamentários e sobre a performance fiscal dos Estados. Os resultados obtidos apontam que a Emenda da Reeleição implicou a intensificação dos ciclos políticos, estimulando manipulações oportunistas durante o período eleitoral; a Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, constituiu um instrumento efetivo para o controle do endividamento

e para a redução das despesas de custeio dos Estados. Constatou-se também que a amplitude dos ciclos políticos tem diminuído ao longo do tempo, fato que poderia ser atribuído ao aprendizado do eleitorado e à experiência adquirida com eleições sucessivas, que contribuem para elevar o nível de controle político, reduzindo, assim, a intensidade dos ciclos.

Ferreira e Bugarin (2007) apresentaram um estudo econométrico sugerindo que as transferências intergovernamentais no Brasil são significativamente influenciadas por motivações político-partidárias. Diante desse fato estilizado, desenvolveu-se uma extensão do modelo de Rogoff (1990) para analisar o efeito dessas transferências politicamente motivadas sobre os equilíbrios eleitoral e fiscal subnacionais. Mostra-se que as transferências politicamente motivadas podem anular o principal aspecto positivo do ciclo político-orçamentário. De fato, essas transferências podem, por um lado, eliminar o ciclo político-orçamentário, resolvendo o problema de risco moral, mas, por outro lado, elas podem colocar no poder um titular incompetente, gerando um problema de seleção adversa.

Sakurai e Gremaud (2007) analisam o comportamento fiscal dos municípios paulistas perante dois fatores de ordem política: o calendário eleitoral e os diferentes partidos políticos dos prefeitos municipais, entre os anos de 1989 e 2001. São analisados componentes específicos do orçamento público por meio de Econometria de dados em painel, sendo encontradas evidências de impulsos positivos na despesa municipal nos anos eleitorais de 1992 e 1996, ao passo que, no tocante às agremiações partidárias, observa-se que: (i) PFL é o partido que mais investe; (ii) PTB, PPB/PDS e PMDB são os partidos que mais dependem recursos em transferências correntes. Adicionalmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal parece exercer influência significativa sobre o comportamento das despesas municipais.

O estudo de Sakurai (2009) investiga evidências de ciclos eleitorais e partidários nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros, entre os anos de 1990 e 2005. Os resultados indicam que o primeiro fenômeno é observado de forma mais expressiva nas funções saúde e saneamento, habitação e urbanismo, assistência e previdência e transportes, ao passo que em relação aos ciclos partidários, os resultados permitem observar a

influência, ainda que relativa, das distinções partidárias sobre a forma pela qual os recursos são alocados entre as funções avaliadas. Adicionalmente, os resultados evidenciam uma recomposição das despesas municipais ao longo do tempo, influenciada também pela instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O estudo de Queiroz e Silva (2010) analisou, em uma abordagem local dos ciclos políticos orçamentários, o comportamento da execução orçamentária do estado do Ceará no período de 1986 a 2006. A análise dos dados confirmou que os governadores apresentaram, de forma geral, comportamento oportunista sobre a execução orçamentária.

O estudo de Vicente e Nascimento (2010) tem o objetivo de demonstrar de que forma os indicadores contábeis podem estar relacionados ao comportamento “oportunista” dos governantes, entendido como aquele que é direcionado à sua permanência no poder ou a de seus aliados políticos. Partiu-se de uma amostra de 3.404 municípios brasileiros abrangendo os mandatos de Prefeito findos em 2000, 2004 e 2008. Os resultados apontaram efeitos significativos nas seguintes variáveis: i) A elevação do Resultado Orçamentário e do Resultado Orçamentário Corrente em anos eleitorais reduz a probabilidade de recondução; ii) A geração de caixa em anos eleitorais e pós-eleitorais eleva a probabilidade de recondução; iii) A elevação do resultado financeiro apurado no balanço patrimonial em anos pré-eleitorais impacta positivamente nas chances de recondução; e iv) O aumento das despesas de investimentos eleva a probabilidade de recondução. Diante dos resultados, conforme o esperado, a assimetria informacional exerce uma influência significativa nos ciclos políticos, fazendo com que, para permanecer no poder, os governantes se aproveitem de uma possível falta de racionalidade do eleitor, incapaz de antever comportamentos “oportunistas”.

Nakaguma e Bender (2010) investigaram as causas determinantes da existência de ciclos político-orçamentários na política fiscal dos estados brasileiros. Para tanto, propõe-se uma metodologia para decompor os ciclos políticos, procurando identificar as parcelas devidas ao oportunismo e à atividade sinalizadora dos governantes. O objetivo é investigar se, e em que medida, os eleitores são capazes de: (1) captar as sinalizações de competência emitidas

pelos governantes; e (2) identificar e punir políticos oportunistas. O resultado principal é o de que o eleitorado recompensa a parcela oportunista dos ciclos, tanto nas receitas quanto nas despesas, embora este efeito tenha diminuído ao longo das eleições.

Videira e Mattos (2011) investigaram se existe interação espacial para os gastos municipais (saúde, educação e investimentos) tendo como base o modelo tradicional de ciclos políticos eleitorais. O teste realizado compreende o período entre 1997 e 2008 e segue Lockwood e Migali (2009). Os resultados sugerem interação espacial positiva para as despesas de saúde e educação, sendo que em ano eleitoral este aumento médio seja potencializado para os gastos com educação e investimentos. Nossos resultados sugerem que o aumento de gastos em períodos eleitorais pode ocorrer não de forma absoluta, mas sim em resposta à política fiscal adotada pelos municípios vizinhos, de forma relativa.

Recentemente, Covre e Mattos (2016) argumentam que, apesar do incremento nas receitas decorrente também das mudanças na Constituição Federal de 1988, 87,4% dos municípios brasileiros têm problemas na situação fiscal. O objetivo principal do estudo de Covre e Mattos (2016) é estudar os efeitos dos ciclos políticos orçamentários na situação fiscal dos municípios brasileiros, dentro do contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para isso, faz-se uso da econometria de dados em painel e são estimados modelos de dados em painel dinâmico espacial, que indicam a existência de ciclos políticos orçamentários. Em relação à Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários, é possível inferir que os resultados são coerentes na condição de sinalizadores de ciclos eleitorais, mas divergentes na tendência dos ciclos, ou seja, o que se pôde observar foi uma melhora nos indicadores fiscais nos anos eleitorais, sugerindo um movimento contracíclico. Essa descoberta evidencia que os ciclos estão acompanhando as regras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A análise espacial indica a dependência espacial das proxies da variável dependente, indicando a existência do efeito yardstick competition, de mímica dos gastos e do efeito spillover. Através dos efeitos indiretos constata-se que a existência de interação entre os municípios vizinhos é um fator relevante para a situação fiscal dos mesmos. Um aumento na população eleitoral tem impacto negativo na situação fiscal. O alinhamento

partidário é importante para uma boa situação fiscal. Municípios alinhados com os governos federal e estadual apresentam melhores resultados dos indicadores. Ressaltam-se os benefícios fiscais de se manter alinhado com os governos estadual e federal. Entretanto, diante do sistema político de coalizões e dos indícios de que o alinhamento partidário no caso brasileiro é basicamente um mecanismo eleitoral dos ciclos eleitorais, demandam-se mais estudos acerca do tema, visando a identificar os impactos econômicos e sociais da utilização desse mecanismo.

3. Análise teórica da recente quebra do ciclo político-orçamentário no Brasil.

Em tese a implementação de uma política restritiva nos dois primeiros quartis do mandato eletivo e a implementação de uma política expansiva nos dois últimos quartis do mandato criam ciclos que podem gerar instabilidade nos equilíbrios de longo prazo, mas no curto e médio prazo representam sinalizações que podem contribuir para a formação das expectativas dos agentes econômicos em relação a sua tomada de decisões nos níveis imediatos de Investimento e consumo. O primeiro meio ciclo de política restritiva possui duas características: (i) Recompõe parcialmente, em termos orçamentários, os dispêndios realizados no segundo meio ciclo de política expansionista do ciclo anterior; (ii) Estimula a percepção dos agentes do aumento da probabilidade de que o meio ciclo seguinte será de tendência expansionista, o que estimula, via efeito renda e substituição um aumento do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo de pequenas e médias empresas (que são as que mais se apropriam do aumento de demanda estimulada pelos gastos governamentais).

Uma agenda de pesquisa interessante para o Brasil seria a análise teórica das consequências da quebra do ciclo político-orçamentário, isto é, a implementação de políticas expansionistas em todos os quartis do mandato através, por exemplo, de concessões arbitrárias de subsídios a setores ineficientes: (i) a não recomposição do espaço-orçamentário do governo que pode levar a uma trajetória explosiva da dívida pública; (ii) a implementação de políticas expansionistas em todo o mandato gera sinais contraditórios para os agentes, pois, no curto e médio prazo há sinalização para acreditar em um aumento da demanda enquanto que

no longo prazo há sinalização no sentido de ausência de demanda induzida por aumento de gastos públicos por questões de restrição orçamentária intertemporal. Esses sinais contraditórios podem obscurecer a capacidade dos agentes preverem quedas excessivas no nível de produção e consumo e investimento.

Referências Bibliográficas

AIDT, T. S.; VEIGA, F. J.; VEIGA, L. G. Election results and opportunistic policies: a new test of the rational political business cycle model. *Public Choice*, v. 148, p. 21-44, 2011.

ALT, J. E.; ROSE, S. S. Context-conditional political business cycles. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. (org). *Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford University Press, p. 845-867, 2007.

BENITO, B.; BASTIDA, F., VICENTE, C. Creating room for manoeuvre: a strategy to generate political budget cycles under fiscal rules. *Kyklos*, v. 66, n. 4, p. 467-496, 2013.

BINET, M-E; PENTECÔTE, J-S. Tax degression and the political budget cycle in French municipalities. *Applied Economics Letters*, 2004, v. 11, p. 905-908, 2004.

BUNCH, B. S. The effect of constitutional debt limits on state governments' use of public authorities. *Public Choice*, v. 68, n. 1, p. 57-69, 1991.

COVRE, J.; MATTOS, L. B. A situação fiscal e os ciclos políticos nos municípios brasileiros: uma análise a partir de dados em painel dinâmico especial. Monografia premiada em 4º lugar no XXI Prêmio Tesouro Nacional, Brasília, 2016.

DRAZEN, A. Political business cycles. In: Steven N. Durlauf e Lawrence E. Blume (org.), *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Second Edition, Palgrave Macmillan, 2008.

FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, n. 3, p. 271-300, jul./set. 2007.

KIEWIET, R.; SZALAKY, K. Constitutional limitations on borrowing: an analysis of state bonded indebtedness. *Journal of Law, Economics and Organization*, v. 12, n. 1, p. 62-97, 1996.

LOCKWOOD, B.; MIGALI, G. Did the single market cause competition in exercise taxes? evidence from EU countries. *Economic Journal*, v. 119, n. 3, p. 406-429, 2009.

McEACHERN, W. A. Collective decision rules and local debt choice: a test of the median voter hypothesis. *National Tax Journal*, v. 31, n. 2, p. 129-136, 1978.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002). *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 377-397, jul./set., 2006.

_____. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 3-24, jan./mar., 2010.

NAKAGUMA, M.Y. Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade do Estado de São Paulo – FEA-USP. São Paulo, 2006.

NORDHAUS, W. D. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

PERSSON, T.; TABELLINI, G. *Political economics: explaining economic policy*. MIT Press, Cambridge, MA, 2000.

_____. Do electoral cycles differ across political systems? *Tech. Rep.*, IGIER (Innocenzo Gasparini Institute for Economic Research),

Bocconi University, 2003.

QUEIROZ, M. C. L.; SILVA, A. B. Ciclos políticos orçamentários no Estado do Ceará (1986-2006). Planejamento e Políticas Públicas, n. 35, jul./dez. 2010.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. Review of Economic Studies, v. 55, p. 1-16, 1988.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. American Economic Review, v. 80, p. 21-36, 1990.

ROSE, S. Do fiscal rules dampen the political business cycle? Public Choice, v. 128, n. 3-4, p. 407-431, 2006.

SAKURAI, S. N. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. Estudos Econômicos, v. 35, n. 2, p. 297-315, abril-junho, 2005.

_____. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-58, jan./mar. 2009.

SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A. P. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). Economia Aplicada, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 27-54, janeiro-março, 2007.

SAPORITI, A.; STREB, J. M. Separation of powers and political budget cycles. Public Choice, v. 137, p. 329-345, 2008.

SHI, M.; SVENSSON, J. Political budget cycles: do they differ across countries and why? Journal of Public Economics, v. 90, p. 1367-1389, 2006.

STREB, J. M.; TORRENS, G. Making rules credible: divided government and political budget cycles. Public Choice, v. 156, p. 703-722, 2013.

VICENTE, E. F. R.; NASCIMENTO, L. S. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.

VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. Economia Aplicada, v. 15, n. 2, p. 259-286, 2011.

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

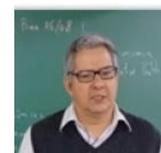
sergio.gadelha@gmail.com



Doutor em Economia pela Universidade Católica de Brasília. Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional. Professor de Economia da ESAF, CEPEGG e de cursos preparatórios para concurso e Anpec.

Geraldo Sandoval Góes

geraldsgoes@gmail.com



Doutor em Economia pela UnB. É EPPGG do MPOG. Atualmente é lotado no MMA.



*Economista, a Qualicorp e o CORECON-DF
têm uma oportunidade única para você:*

Planos de saúde a partir de R\$ 198.¹



Deixe a Qualicorp oferecer o melhor para você.

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

www.qualicorp.com.br/anuncio



Qualicorp

Sempre do seu lado.

Qualicorp
Qualicorp Benefícios
ANS nº 4.373

SulAmérica
ANS nº 376305

Bradesco Saúde
ANS nº 025711

¹R\$ 197,14 - Amil 400 OC Nacional R Copart Pica (registro na ANS nº 472.929/14-3), da Amil, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2016 - DF).
Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Outubro/2016.

O Crescimento Brasileiro Revisitado (1980-2012)¹

José Luis Oreiro
Luciano Manarin D'Agostini
Fabrício Vieira
Luciano Carvalho

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as causas da desaceleração do crescimento da economia brasileira a partir de um referencial teórico Keynesiano-Estruturalista, segundo o qual o crescimento da produtividade do trabalho depende da mudança estrutural e da acumulação de capital. Nesse contexto, iremos mostrar que o ritmo de acumulação de capital na economia brasileira se reduziu de forma expressiva a partir do final dos anos 1980, e que essa redução foi causada basicamente pela redução da taxa de investimento a preços correntes. Iremos mostrar também que a participação da indústria de transformação no PIB apresentou uma nítida tendência de redução a partir de 1980, a qual está associada a instabilidade macroeconômica da segunda metade dessa década e a tendência a apreciação da taxa real de câmbio observada a partir da implantação do Plano Real e da adoção do modelo liberal-dependente de poupança externa a partir de 1994.

Palavras-Chave: Mudança estrutural, acumulação de capital, semiestagnação, Brasil.

1. Introdução

Entre as décadas de 1930 e 1980 a economia brasileira passou por um profundo processo de mudança estrutural, deixando de ser uma economia agrário-exportadora para se tornar uma economia urbana e industrial. Durante essas cinco décadas, o PIB real cresceu a taxa média de 7% a.a e o PIB per-capita a taxa média de 4% a.a, fazendo com que o PIB dobrasse de tamanho a cada 10 anos e o PIB per-capita a cada 17,5 anos. A década de 1980 marcou o final da fase de crescimento acelerado da economia brasileira, dando início a um longo período no qual o ritmo de crescimento oscilou entre moderado (2003-2012) a baixo (1990-2002). Essa nova fase do desenvolvimento econômico

no Brasil foi denominada de “semiestagnação” por Bresser-Pereira (2007).

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar as causas da desaceleração do crescimento da economia brasileira a partir de um referencial teórico Keynesiano-Estruturalista, segundo o qual o desenvolvimento econômico nada mais é do que o aumento do bem-estar da população que é viabilizado pelo crescimento da produtividade do trabalho, o qual depende basicamente da mudança estrutural ou sofisticação produtiva (transferência de mão-de-obra e recursos das atividades com menor valor adicionado per-capita para atividades com maior valor adicionado per-capita) e da acumulação de capital.

Ao longo deste artigo iremos mostrar que o ritmo de acumulação de capital se reduziu de forma expressiva a partir do final dos anos 1980, e que essa redução foi causada basicamente pela redução da taxa de investimento a preços correntes. Além disso, iremos verificar que a participação da indústria de transformação no PIB também apresentou uma nítida tendência de redução a partir de 1980, a qual está associada a instabilidade macroeconômica da segunda metade dessa década e a tendência a apreciação da taxa real de câmbio observada a partir da implantação do Plano Real e da adoção do modelo liberal-dependente de poupança externa a partir de 1994 (Oreiro e Marconi, 2016).

2. Desenvolvimento Econômico e a Função de Progresso Técnico

O desenvolvimento econômico é um processo pelo qual a acumulação de capital e a incorporação sistemática do progresso técnico permitem o aumento persistente da produtividade do trabalho e do padrão de vida da população (Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi, 2014, p. 12). O aumento da produtividade do trabalho torna possível a elevação persistente dos salários reais,

¹ Versão resumida e condensada do artigo “Acumulação de capital, Progresso Técnico e Mudança Estrutural: Teoria e Evidência para o caso Brasileiro (1980-2012).

uma vez superado o assim chamado “ponto de Lewis”; ou seja, uma vez que a mão-de-obra empregada nos setores tradicionais ou de subsistência (via de regra, a agricultura) tenha sido totalmente transferida para os setores modernos ou capitalistas (Lewis, 1954). Nesse momento se esgota a oferta ilimitada de mão-de-obra, característica da Fase I do capitalismo (Kaldor, 1980), fazendo com que o contínuo aumento da demanda de trabalho, decorrente da expansão do nível de atividade econômica, permita a elevação gradual dos salários reais a um ritmo aproximadamente igual ao crescimento da produtividade do trabalho. O crescimento dos salários reais, por seu turno, é que viabiliza o aumento do padrão de vida da população.

A acumulação de capital e o progresso técnico são as fontes fundamentais de crescimento da produtividade do trabalho e do padrão de vida da população. Com efeito, o progresso técnico permite, por um lado, um aumento da eficiência na produção, ou seja, que os mesmos bens e serviços sejam produzidos com o uso de uma quantidade menor de insumos, em especial o trabalho; por outro lado, o progresso técnico leva ao desenvolvimento de produtos e serviços cada vez mais sofisticados ou complexos, isto é, produtos que incorporam não só uma quantidade maior, como também mais diversificada, de conhecimento técnico e científico¹. Esses produtos mais sofisticados ou complexos são produzidos por trabalhadores altamente qualificados² em empresas que operam na fronteira tecnológica ou próxima a ela; razão pela qual tais produtos possuem maior valor adicionado por unidade de trabalho empregada. Dessa forma, o progresso técnico decorre não apenas do avanço do “estado das artes”, mas principalmente por intermédio de um processo de mudança estrutural, no qual recursos produtivos e trabalhadores são transferidos das atividades com menor valor adicionado por trabalhador empregado (setores menos sofisticados ou complexos) para atividades com maior valor adicionado por trabalhador empregado (setores mais sofisticados ou complexos).

A acumulação de capital é um importante elemento no processo de difusão do conhecimento técnico e científico para toda a economia, pois uma parte considerável desse conhecimento se acha incorporado em máquinas e equipamentos, sendo impossível separar o aumento da produtividade do trabalho que decorre do avanço do “estado das artes” daquele que é decorrência de uma maior “mecanização” da força de trabalho (Kaldor, 1957). Como enfatizado por Hidalgo (2015, p.152), o capital físico nada mais é do que conhecimento técnico e científico incorporado em máquinas e equipamentos.

A relação entre o crescimento da produtividade do trabalho e o esforço de acumulação de capital foi desenvolvida pioneiramente por Kaldor (1957), tendo sido denominada por ele de função de progresso técnico. Essa relação pode ser expressa por intermédio da seguinte equação:

$$\hat{y}_t = \alpha_{0,t} + \beta_0 \hat{k}_t \quad (1)$$

Sendo \hat{y}_t a taxa de crescimento do produto por trabalhador no período t ; $\alpha_{0,t}$ é a parte autônoma do crescimento da produtividade do trabalho no período t , ou seja, aquela parcela dos ganhos de produtividade que não é diretamente atribuível a maior “mecanização” da força de trabalho; β_0 uma constante positiva que capta a capacidade da economia em transformar o incremento do conhecimento técnico e científico em aumento de produtividade via investimento em máquinas e equipamentos e \hat{k}_t é a taxa de crescimento do capital por trabalhador no período t .

O termo constante da equação (1) reflete não apenas aquela parcela do progresso técnico que é desincorporada de máquinas e equipamentos (Oreiro, 2016, p. 49); como também a sofisticação e complexidade da estrutura produtiva da economia. Dessa forma, à medida que a economia passa por uma mudança estrutural no qual recursos produtivos são transferidos dos setores menos complexos e sofisticados para setores mais complexos e sofisticados; haverá um aumento

¹ Segundo Hidalgo (2015, cap.10), o conhecimento técnico e científico está embutido nas pessoas (capital humano), nas máquinas e equipamentos (capital físico), na capacidade das pessoas em se conectarem e assim trocar informações (capital social). Dessa forma, aquilo que uma economia produz e exporta revela a sofisticação ou complexidade das suas capacitações produtivas.

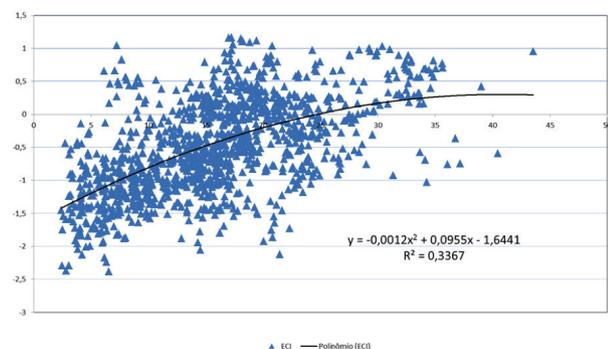
² A qualificação da força de trabalho não deve ser reduzida apenas ao grau de escolaridade dos trabalhadores, medida pelo número médio de anos de estudo, mas também o grau de adequação da força de trabalho às necessidades particulares das empresas. Nas palavras de Porter “Contrary to conventional wisdom, simply having a general work force that is high school or even college educated represents no competitive advantage in modern international competition. To support competitive advantage a factor must be highly specialized to an industry’s particular needs – a scientific institute specialized in optics, a pool of venture capital to fund software companies (...)” (Apud Hidalgo, 2015, p.148).

da produtividade do trabalho em função do aumento da sofisticação ou complexidade média da economia³.

As evidências empíricas disponíveis apontam para a existência de uma correlação positiva entre o índice de complexidade econômica⁴, elaborado por Hidalgo (2015), e o nível de renda per-capita de uma amostra de países. A complexidade econômica, por seu turno, parece estar positivamente associada com a participação da indústria de transformação no PIB. Com efeito, na Figura 1 abaixo podemos constatar a existência de uma relação positiva entre a participação da indústria de transformação no PIB e o índice de complexidade econômica para uma amostra de 60 países em desenvolvimento no período 1990-2011.

Nesse contexto, podemos estabelecer um elo entre a participação da indústria de transformação no PIB e a parte autônoma da função de progresso técnico; mais especificamente, podemos supor que um aumento da participação da indústria de transformação no PIB, ao estar associado a um aumento do nível de complexidade econômica, irá resultar num aumento do crescimento da produtividade do trabalho que é autônomo com respeito ao esforço de acumulação de capital.

Figura 1 – Índice de Complexidade Econômica x Participação da Indústria de Transformação no PIB, Países Seleccionados, 1990-2011.



Fonte: MIT (2017) e WDI (2017). Eixo X – VA da indústria manufatureira. Países em Desenvolvimento (upper middle income+middle income+low income – de acordo com classificação WDI).

Se a parcela autônoma do progresso técnico depende da mudança estrutural e esta, por sua vez, está fortemente correlacionada com a evolução da participação da indústria de transformação no PIB, podemos escrever que:

$$\alpha_{0,t} = \delta_0 + \delta_1(h_t - h_{t-1}) \quad (2)$$

Onde: h_t é a participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB no período t . Substituindo (2) em (1), temos que:

$$\hat{y}_t = \delta_0 + \delta_1(h_t - h_{t-1}) + \beta_0 \hat{k}_t \quad (3)$$

A equação (3) é a forma final da função de progresso técnico na qual a taxa de crescimento da produtividade do trabalho depende da taxa de crescimento do estoque de capital por trabalhador e da variação da participação da indústria de transformação no PIB. Nesse contexto, podemos visualizar que o crescimento da produtividade é afetado tanto pelo ritmo de acumulação de capital – e, por conseguinte, pela decisão de investimento em capital fixo – como pela evolução da composição da estrutura produtiva da economia.

3. Crescimento Balanceado e Acumulação de Capital

Trajetórias de crescimento balanceado, nas quais as proporções entre os agregados econômicos são mantidas constantes ao longo do tempo, tem sido historicamente o foco de atenção da Teoria do Desenvolvimento Econômico. Isso porque tais trajetórias tem a propriedade importante de serem sustentáveis ao longo do tempo, sendo assim suficientemente duradouras para afetar de forma permanente o bem-estar da população (Oreiro, 2016, pp.7-8). Isso não quer dizer que trajetórias de crescimento insustentáveis são impossíveis de ocorrer; pelo contrário, a experiência histórica das economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento é rica em exemplos de trajetórias de crescimento que são insustentáveis por estarem associadas a desequilíbrios macroeconômicos crescentes. Mas trajetórias insustentáveis são temporárias, razão pela qual elas não são objeto de estudo por parte da Teoria do Desenvolvimento Econômico.

Ao longo de uma trajetória de crescimento balanceado, o produto e o estoque de capital devem crescer a mesma taxa de forma a manter a relação

³ Hidalgo (2015, pp.145-146) define a complexidade econômica como a combinação entre a diversidade e a sofisticação das atividades produtivas, a qual se origina do conhecimento técnico (knowhow) e científico (knowledge) acumulado ao nível da economia como um todo.

⁴ Sobre a metodologia de construção do índice de complexidade econômica ver Gala (2017).

produto-capital constante ao longo do tempo. Para entender o porquê dessa afirmação consideremos a equação (4) abaixo:

$$Y = \frac{Y}{\bar{Y}} \frac{\bar{Y}}{K} K = u \cdot \sigma \cdot K \quad (4)$$

Onde: Y é o valor real da produção de bens e serviços finais; \bar{Y} é o nível potencial de produção da economia, ou seja, o valor real da produção de bens e serviços finais que poderia ser obtido caso as empresas estejam operando com um grau normal de utilização da capacidade produtiva; K é o valor real do estoque de capital da economia; $u = \frac{Y}{\bar{Y}}$ é o grau efetivo de utilização da capacidade produtiva; $\sigma = \frac{\bar{Y}}{K}$ é a produtividade do capital, ou seja, o valor real máximo da produção de bens e serviços finais que pode ser obtido com uma unidade de capital.

Com base na equação (4) podemos constatar que a relação produto capital é igual ao grau de utilização da capacidade produtiva multiplicada pela produtividade do capital. Dessa forma, para que a relação produto-capital seja estável ao longo do tempo é necessário que o grau de utilização da capacidade produtiva e a produtividade do capital não apresentem uma tendência de aumento ou redução ao longo do tempo. O grau de utilização da capacidade produtiva é variável, devido ao ciclo econômico; e tende a flutuar num intervalo entre 70% a 90%. O comportamento da produtividade do capital, por seu turno, depende da natureza do progresso técnico. Conforme Harrod (1948), o progresso técnico pode ser de três tipos: (i) Dispendioso de capital, quando a taxa de crescimento do estoque de capital é superior à taxa de crescimento do produto potencial, fazendo com que a produtividade do capital se reduza ao longo do tempo; (ii) Neutro, quando a taxa de crescimento do estoque de capital é igual a taxa de crescimento do produto potencial de forma que a produtividade do capital é mantida constante ao longo do tempo; (iii) Pougador de capital, quando a taxa de crescimento do estoque de capital é menor do que a taxa de crescimento do produto potencial de forma que a produtividade do capital é constante ao longo do tempo.

As evidências empíricas disponíveis para as economias capitalistas desenvolvidas têm apontado para a estabilidade da produtividade do capital no longo-prazo (Kaldor, 1957, p.260; Thirlwall, 2006, p.215), ou seja, para um progresso técnico neutro no sentido de Harrod; muito embora essas estimativas possam estar viesadas em função das dificuldades em se definir adequadamente o conceito de capital⁵.

A partir dessas constatações podemos estabelecer que, no longo-prazo, a taxa de crescimento do valor real da produção de bens e serviços finais é aproximadamente igual a taxa de crescimento do estoque de capital; de forma a manter a relação produto-capital num patamar estável. Sendo assim, o ritmo de crescimento do produto será determinado pelo ritmo de crescimento do estoque de capital⁶, conforme equação (5) abaixo:

$$g_y = g_k \quad (5)$$

Onde: g_y é a taxa de crescimento do valor real da produção de bens e serviços finais; g_k é a taxa de crescimento do estoque de capital.

A taxa de crescimento do estoque de capital é dada pela seguinte expressão:

$$g_k = \frac{\Delta K}{K} = \frac{I - \delta K}{K} = \frac{I}{Y} \frac{Y}{K} - \delta = f \cdot u \cdot \sigma - \delta \quad (6)$$

No qual: I é o valor real da formação bruta de capital fixo; δ é a taxa de depreciação do estoque de capital; $f = I/Y$ é a razão entre a formação bruta de capital fixo (em termos reais) e o valor real da produção de bens e serviços finais, ou seja, a taxa de investimento.

A taxa de investimento, por sua vez, pode ser expressa por:

$$f = \frac{I}{Y} = \frac{P_I I}{P_Y Y} \frac{P_Y}{P_I} = \frac{INV}{PIB} \frac{1}{\rho} \quad (7)$$

Onde: P_I é o índice de preços dos bens de capital; P_Y é o deflator implícito do PIB; $P_I I$ é o valor nominal

⁵ Nas palavras de Thirlwall: "But there is some dispute among economists as to what the aggregate capital-output ratio shows because of potential biases in the estimates. The difficulty stems from the perennial problem of defining capital. If certain expenditures, which ought properly to be regarded as adding to the capital stock, are excluded from the measurement of capital, and these expenditures have grown faster than measured capital, the capital-output ratio will be biased downwards. Thus while technical progress may appear neutral in the Harrod sense (or even capital-saving because of a declining capital-output ratio), it may be nevertheless be capital-using, and would appear so if the capital stock were more appropriately measured" (2006, p.217).

⁶ Para a economia brasileira, Bonelli e Bacha (2013) apresentam evidências empíricas no sentido de mostrar que a relação de causalidade se dá do crescimento do estoque de capital para o crescimento do produto real.

dos gastos de investimento; $P_Y Y$ é o PIB nominal; $p = P_I/P_Y$ é o preço relativo do investimento⁷.

Substituindo (7) em (6) temos que:

$$g_k = \left(\frac{INV}{PIB} \right) \left(\frac{1}{\rho} \right) u \sigma - \delta \quad (8)$$

Com base na equação (8) podemos concluir que a taxa de crescimento do estoque de capital é uma função direta da taxa de investimento, do grau de utilização da capacidade produtiva e da produtividade do capital; e uma função inversa do preço relativo do investimento e da taxa de depreciação do estoque de capital.

4. Mudança Estrutural, Taxa de Câmbio e Hiato Tecnológico

Na seção 2 vimos que a evolução da participação da indústria de transformação no PIB é um determinante fundamental da taxa de crescimento da produtividade do trabalho e, portanto, do ritmo de crescimento econômico. Nesse contexto, a industrialização entendida como um aumento sustentado da participação da indústria de transformação no PIB é o motor do crescimento de longo-prazo (Thirlwall, 2002).

A ênfase na industrialização como o motor de crescimento está em concordância com a literatura Kaldoriana⁸ e estruturalista, as quais enfatizam o papel fundamental da indústria como o lócus dos rendimentos crescentes e das economias dinâmicas de escala. A dinâmica da participação da indústria de transformação é influenciada pela sua competitividade preço e pela sua competitividade extra-preço. No que se refere à competitividade preço, uma taxa de câmbio sobrevalorizada, ou seja, abaixo do nível que torna as indústrias que operam com tecnologia no estado da arte mundial competitivas no mercado internacional, leva a

uma redução progressiva da participação da indústria no PIB, uma vez que tal situação induz uma transferência crescente de atividades produtivas para o exterior, levando a substituição de produção doméstica por importações⁹. Iremos denominar esse nível de taxa de câmbio real de equilíbrio industrial (Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi, 2014, cap.7). Dessa forma, uma situação de sobrevalorização cambial está associada a uma mudança estrutural negativa sobre a economia, a qual pode ser denominada de desindustrialização precoce (Palma, 2005). Uma taxa de câmbio subvalorizada (depreciada), ou seja, acima do nível de equilíbrio industrial, teria o efeito oposto, ou seja, de induzir uma transferência de atividades produtivas do exterior para a economia doméstica, aumentando assim a participação da indústria de transformação no PIB.

Voltando agora nossa atenção para a competitividade extra-preço, uma característica fundamental dos países em desenvolvimento é que os mesmos se encontram distantes da fronteira tecnológica e, portanto, suas empresas não podem operar com tecnologia no estado da arte mundial. Esse hiato tecnológico tem um efeito negativo sobre a competitividade extra-preço das indústrias de transformação dos países em desenvolvimento, uma vez que as mesmas produzem bens manufaturados que são de qualidade inferior e/ou com menor intensidade tecnológica na comparação com os bens manufaturados produzidos nos países desenvolvidos (Verspagen, 1993). Daqui se segue que a existência do hiato tecnológico é um fator que atua no sentido de reduzir a competitividade da indústria de transformação dos países em desenvolvimento, contribuindo assim para uma redução da sua participação no PIB desses países¹⁰.

A partir dessa discussão, iremos supor que a dinâmica da participação da indústria de transformação no PIB no caso de países em desenvolvimento é dada por:

⁷ Bonelli e Bacha (2013) apresentam uma equação para o crescimento do estoque de capital muito similar a equação (13) acima exceto pelo uso da taxa de poupança (razão entre a poupança nominal agregada e o PIB nominal) ao invés da taxa de investimento. Do ponto de vista das Contas Nacionais não existe nenhuma diferença entre a versão usada por Bonelli e Bacha (2013) e a versão que estamos usando no presente artigo haja vista que o investimento agregado é, por definição, igual à poupança agregada. Existe, no entanto, uma divergência teórica importante no que diz respeito à relação de causalidade. Numa perspectiva Keynesiana o investimento determina a poupança, portanto, a especificação correta da equação de acumulação de capital deve usar a taxa de investimento, não a taxa de poupança, como variável explicativa. Na perspectiva neoclássica, como a adotada por Bonelli e Bacha (2013), a poupança determina o investimento, razão pela qual esses autores utilizam a taxa de poupança, ao invés da taxa de investimento, como variável explicativa. Sobre a relação entre investimento e poupança na abordagem Keynesiana ver Carvalho (2015, capítulo 6).

⁸ Kaldor (1957, 1966 e 1970).

⁹ A esse respeito veja Bresser-Pereira (2010), Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2014).

$$g_x = \left(\frac{INV}{PIB} \right) \left(\frac{1}{\rho} \right) u\sigma - \delta \quad (8)$$

Onde: θ é a taxa real de câmbio; θ^i é a taxa de câmbio de equilíbrio industrial; G é o hiato tecnológico; $0 < \sigma < 1$ é um parâmetro representa as políticas discricionárias que afetam diretamente o desenvolvimento do setor industrial (por exemplo, o nível das tarifas de importação); β_1 é um coeficiente que capta a sensibilidade da estrutura produtiva ao hiato tecnológico.

Por meio da equação (13) pode-se observar que para aquelas economias que operam na fronteira tecnológica, o nível da taxa real de câmbio para o qual a participação da indústria de transformação no PIB é constante ao longo do tempo é igual à taxa de câmbio de equilíbrio industrial¹¹. Contudo, se a economia estiver distante da fronteira tecnológica, então a participação da indústria de transformação no produto só poderá aumentar ao longo do tempo se a taxa real de câmbio estiver acima do nível de equilíbrio industrial, ou seja, se a taxa real de câmbio estiver subvalorizada.

Substituindo (8) em (3) chegamos ao formato final da função de progresso técnico:

$$\hat{y}_t = \delta_0 + \delta_1 \left[\sigma(\theta - \theta^i)_{t-1} - \beta_1(G_{t-1} - 1) \right] + \beta_0 \hat{k}_t \quad (9)$$

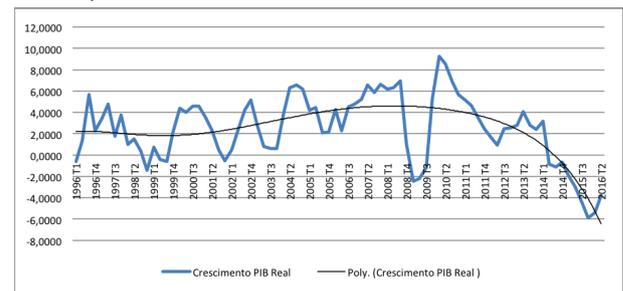
A análise da equação (14) nos permite concluir que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho numa economia em desenvolvimento depende (i) da taxa de acumulação de capital por trabalhador; (ii) do nível de desalinhamento cambial medido pela diferença entre a taxa real de câmbio e o nível correspondente ao equilíbrio industrial e (iii) do hiato tecnológico.

5. Dinâmica da Acumulação de Capital no Brasil (1980-2012)

Há um consenso entre os economistas brasileiros que a fase de crescimento acelerado que o Brasil viveu no pós-segunda guerra mundial se encerrou no

início da década de 1980, a qual foi denominada de “década perdida” na literatura nacional sobre o tema (Bonelli e Bacha, 2013, p.236). O colapso no ritmo de crescimento econômico persistiu mesmo após a estabilização monetária feita em 1994 com o Plano Real. De fato, no período 1996-2001 a economia brasileira apresentou um crescimento médio em torno de 2,0% a.a, caracterizando assim um regime de “semi-estagnação” (Bresser-Pereira, 2007). No período 2002-2011 o crescimento do PIB real se acelera para uma média próxima a 4% a.a, mas volta a se cair depois dessa data, conforme figura 2 abaixo. Por fim, no período 2012-2014 a economia brasileira entra num regime de “estagnação com pleno-emprego” (Oreiro, 2013), o qual é sucedido pela “grande recessão” a partir de 2015 (Oreiro e D’Agostini, 2016).

Figura 2 - Taxa de Crescimento do PIB Real no Brasil (1996/T1 a 2016/T2)



Fonte: IPEADATA. Elaboração dos autores.

Na seção 3 vimos que ao longo de uma trajetória de crescimento balanceado, o PIB real e o estoque de capital devem crescer aproximadamente a mesma taxa. No Anexo I realizamos o teste de Causalidade de Granger para verificar a direção de “causalidade” entre as variáveis em consideração¹². Os resultados permitem concluir que a taxa de crescimento do estoque de capital Granger causa a taxa de crescimento do PIB com uma defasagem de um período (um ano). Esses resultados estão em conformidade com os obtidos por Bonelli e Bacha (2013) para o período 1947-2010. Dessa forma, o ritmo de crescimento da economia brasileira parece ser determinado pelo ritmo de acumulação de capital.

Nesse contexto utilizamos a equação (8) apresentada

¹⁰ A elasticidade renda das exportações captura a influência destas características não preço como o conteúdo tecnológico, diferenciação das exportações em relação ao mercado internacional, o valor adicionado destes produtos, qualidade, eficácia na rede de distribuição, garantia, etc. Empresas e países têm se engajado cada vez mais na competitividade não preço. Mesmo se alguns deles possuem produtos ou pautas de exportações semelhantes, mas utilizem diferentes níveis de tecnologia, técnicas de produção ou qualquer outro fator que produza algum tipo de diferenciação de produto, as elasticidades renda de seus produtos exportados não serão necessariamente iguais, pois apesar de produzirem os mesmos bens, os mercados consumidores não serão idênticos, assim como a dinâmica de consumo associado a cada um deles. No caso das empresas industriais pode-se destacar que em sua grande maioria elas se caracterizam por uma estrutura de mercado oligopolizada em que regra de competição é por meio de fatores não preço (McCombie e Thirlwall, 1994, p.262-300).

¹¹ Com efeito, se fizermos $h_t = h_{t-1}$ na equação (15) iremos obter a seguinte expressão: $\theta = \theta^i + \frac{\beta}{\sigma}(G - 1)$, com $G=1$ (supondo que a fronteira tecnológica não se mova), temos que $\theta = \theta^i$, para que o nível de participação da indústria no produto seja constante.

¹² A afirmação “X Granger causa Y” não implica que Y é o efeito ou o resultado de X. Causalidade de Granger mede o teor de precedência e informações, mas por si só não indica a existência de causalidade.

na seção 3 para calcular a taxa de crescimento do estoque de capital da economia brasileira no período 1980-2012. A taxa de investimento a preços constantes, f , foi obtida usando dados sobre a formação bruta da de capital fixo e PIB a preços correntes, juntamente com a variável “preço relativo do investimento”, obtida na base de dados do IPEADATA. O preço relativo do investimento, p , foi calculado como a razão entre o deflator implícito dos bens de capital e o deflator implícito do PIB, ambos obtidos na base do IPEADATA. A produtividade do capital, σ , foi calculada como a razão entre o PIB e o estoque de capital da economia multiplicado pelo o grau de utilização da capacidade produtiva, de forma a separar as variações da relação produto-capital que resultam das flutuações do nível de atividade econômica daquelas que decorrem do progresso técnico. Na construção dessa variável para o período 1980-2007, usamos a usamos a série calculada por Alvim et al. (2008); ao passo que para período 2008-2012 o cálculo foi feito usando o método usado por Bonelli e Bacha (2013), baseado em Morandi e Reis (2003). A taxa de depreciação do estoque de capital, δ , foi suposta em 3,9% a.a com base em Bonellie Bacha (2013). Por fim, a série do grau de utilização da capacidade produtiva, u , foi obtida junto à base de dados da FGV.

A evolução da taxa de crescimento do estoque de capital, da taxa de investimento a preços correntes, do preço relativo do investimento e da produtividade do capital para o período 1980-2012 pode ser vista na Tabela I abaixo:

Tabela I – Dinâmica da Acumulação de Capital no Brasil (1980-2012)
13

Período	Taxa de Crescimento do Estoque de Capital	Taxa de Investimento a Preços Correntes	Preço Relativo do investimento	Produtividade do Capital
1980-1984	7,68%	21,26%	1,11	0,72
1985-1989	6,93%	22,93%	1,30	0,63
1990-1994	4,28%	20,35%	1,33	0,63
1995-1999	3,43%	17,19%	1,08	0,57
2000-2004	2,62%	17,04%	1,17	0,57
2005-2009	3,34%	17,81%	1,17	0,58
2010-2012	4,33%	19,13%	1,10	N.A
Var% 1980-2012	-43,53%	-10,42%	+1,53%	-19,93%

Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme os dados apresentados na Tabela I, podemos perceber a ocorrência de uma redução muito forte do ritmo de crescimento do estoque de capital na economia brasileira a partir do início da década de 1990. Na década de 1980, o estoque de capital cresceu à taxa média de 7,30% a.a; na década de 1990 o ritmo de crescimento do estoque de capital se reduz para 3,85% a.a; uma redução de 47,22% no ritmo de acumulação de capital. Nos anos 2000 a desaceleração do ritmo de acumulação de capital continua, com a taxa média de crescimento do

estoque de capital caindo para 2,98% a.a, uma redução de 22,59% com respeito à média verificada na década anterior. Apenas no período 2010-2012 é que o ritmo de acumulação de capital volta a se acelerar, aumentando para 4,33% a.a.

Os dados apresentados na Tabela I também nos permitem entender as razões mais imediatas do declínio do ritmo de acumulação de capital. Com efeito, no período 1980-2012 verificamos uma forte redução da taxa de investimento (a preços correntes) acompanhada por uma redução bastante expressiva da produtividade do capital. O preço relativo do investimento permaneceu estável no período em consideração, tendo assim pouca influência sobre a trajetória da acumulação de capital.

Comparando as médias decenais, verificamos que a taxa de investimento caiu de uma média de 22,09% no período 1980-1989 para 18,77% no período 1990-1999, uma redução de 15,02% entre os períodos em consideração. A redução da taxa de investimento prossegue no período 2000-2009, quando essa variável atinge um valor médio de 17,81%, uma queda de 5,11% na comparação com o período anterior. De forma análoga, a produtividade do capital se reduziu de 0,67 no período 1980-1989 para 0,6 no período 1990-1999, uma queda de 10,44%. Esse movimento de queda da produtividade do capital tem continuidade nos anos 2000 quando alcança o valor médio de 0,575, uma queda de 4,1% na comparação com a década anterior.

6. Dinâmica da Taxa de Investimento a Preços Correntes (1995-2012) e da Participação da Indústria de Transformação no PIB (2000-2012).

Na seção anterior vimos que a taxa de investimento a preços correntes apresentou uma queda acentuada a partir de 1995, ou seja, logo após a implantação do Plano Real e o fim da alta inflação. A redução da taxa de investimento a preços correntes parece ser a razão fundamental para a expressiva desaceleração do ritmo de crescimento do estoque de capital no Brasil verificado a partir da segunda metade dos anos 1990, o qual, por sua vez, se traduziu na desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira. Nesse contexto, a pergunta relevante a ser feita é o que causou a redução da taxa de investimento após 1995.

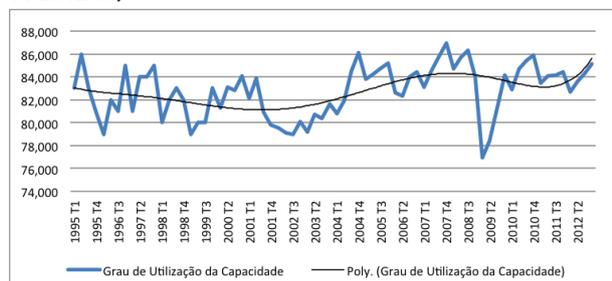
Um dos determinantes fundamentais da decisão de investimento em capital fixo é o grau de utilização da capacidade produtiva, haja vista que os empresários procuram ajustar o tamanho da capacidade ao ritmo

¹³ O grau de utilização da capacidade produtiva aumentou 9,53% no acumulado do período 1980-2012, atuando como uma força atenuante do movimento de redução do ritmo de acumulação de capital na economia brasileira.

esperado de crescimento das vendas de forma a manter, por razões de ordem estratégica, um nível desejado de capacidade ociosa. Dessa forma, a dinâmica do grau de utilização da capacidade produtiva é de importância vital para a compreensão do comportamento da taxa de investimento.

Conforme podemos verificar na figura 3 abaixo, o grau de utilização da capacidade produtiva apresentou uma clara tendência de redução no período 1995/T1 a 2002/T3; ou seja, durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesse período a política macroeconômica foi conduzida tendo como objetivo fundamental a consolidação do processo de estabilização da taxa de inflação em patamares baixos (de um dígito por ano), o que por si só, daria um viés claramente contracionista a política macroeconômica. Além disso, o período em consideração foi marcado pela ocorrência de várias crises internacionais (México em 1994; Argentina em 1995; Sudeste Asiático em 1997; Rússia, 1998; Estados Unidos, 2001) as quais ao apertarem a restrição externa, terminaram por agravar o caráter contracionista da política macroeconômica adotada pelo governo Brasileiro, notadamente a política monetária (Oreiro, 2015). O resultado disso foi um ritmo lento de expansão da demanda agregada, levando assim ao aumento da ociosidade da capacidade produtiva.

Figura 3- Evolução do Grau de Utilização da Capacidade (1995.T1-2012.T3)

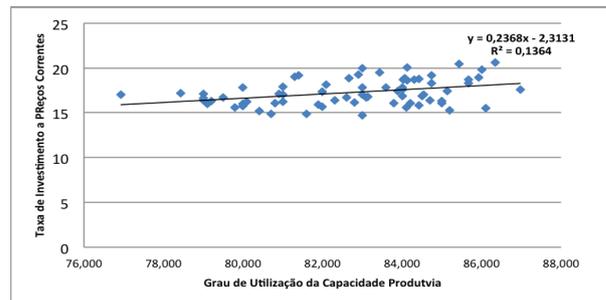


Fonte: IPEADATA. Elaboração dos autores.

O comportamento do grau de utilização da capacidade produtiva começa a mudar a partir de 2003, quando se observa uma nítida tendência ao aumento desse indicador. Simultaneamente a esse aumento do grau de utilização da capacidade produtiva, observa-se o início de um ciclo de aumento da taxa de investimento (ver Tabela I), o qual permitirá a recuperação parcial do ritmo de crescimento do estoque de capital no Brasil no período 2010-2012.

A existência de uma correlação positiva entre o grau de utilização da capacidade produtiva e a taxa de investimento a preços correntes na economia brasileira para o período 1995/T1 a 2012/T4 pode ser visualizada por intermédio da figura 4 abaixo.

Figura 4 - Taxa de Investimento a Preços Correntes e Grau de Utilização da Capacidade Produtiva (1995.T1-2012.T4)

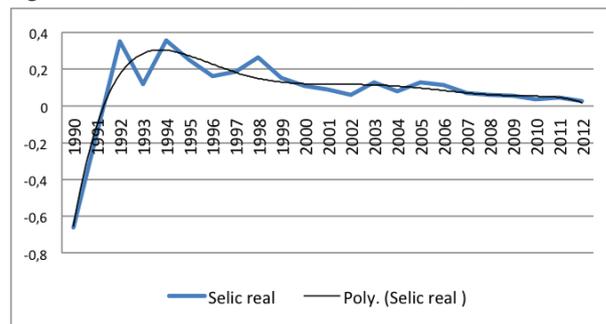


Fonte: IPEADATA. Elaboração dos autores.

A existência de correlação positiva aponta para o papel decisivo da política macroeconômica no pós-plano Real para a desaceleração do ritmo de acumulação de capital na economia brasileira. Com efeito, o principal objetivo da política macroeconômica no pós-plano Real foi garantir as condições necessárias para a estabilidade da taxa de inflação em patamares baixos, inicialmente com uma âncora cambial (1995-1998) e, posteriormente, com o assim chamado tripé macroeconômico (Oreiro, 2015).

Essa reorientação da política macroeconômica pós-Plano Real levou a uma elevação forte e permanente da taxa real de juros (figura 5), a qual permanecerá em patamares superiores a 10% a.a até 2006. A partir dessa data tem início uma flexibilização gradual do tripé macroeconômico, o que permitiu uma redução da taxa real de juros para um patamar de cerca de 4% a.a no final dos anos 2000.

Figura 5 - Taxa Real de Juros no Brasil (1990-2012)



Fonte: IPEADATA. Elaboração dos autores.

Com base na equação (3) sabemos que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho depende não apenas da taxa de crescimento do estoque de capital por trabalhador – em larga medida determinada pela taxa de investimento a preços correntes – como também da dinâmica da participação da indústria de transformação no PIB. Dessa forma, a análise da evolução desta última variável é de fundamental importância para o entendimento das causas da desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira nos últimos 30 anos.

Conforme podemos visualizar na figura 6 abaixo, a participação da indústria de transformação no PIB apresentou uma nítida tendência de redução a partir de 1980, passando de 18,2% em 1980 para 12,3% em 2012. Dessa forma, podemos observar que a economia brasileira passou por uma mudança estrutural negativa no período considerado, a qual certamente contribuiu para desacelerar o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho, diminuindo assim o potencial de crescimento (não-inflacionário) da economia brasileira.

A análise da figura 6 nos permite identificar três períodos nos quais a participação da indústria de transformação no PIB diminuiu de patamar. O primeiro período é 1986-1992 no qual a participação da indústria de transformação passou de 16,8% para 14,1%. Esse período foi marcado pelas sucessivas e fracassadas tentativas heterodoxas de estabilização da inflação (Plano Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II). O segundo período é 1995-1999 quando a participação da indústria de transformação passa de 15,3% para 13,9%. Esse período foi marcado pela adoção de uma âncora cambial para a consolidação da estabilização de preços pós-Plano Real, o que resultou numa expressiva sobrevalorização da taxa de câmbio. O terceiro e último período é 2004-2012 no qual a participação da indústria de transformação no PIB passou de 14,5% para 12,3%. Esse período compreende o boom econômico da Era Lula, no qual o aumento dos preços das commodities nos mercados internacionais acabou resultando numa forte apreciação da taxa real de câmbio no Brasil. Nesse contexto, podemos conjecturar que a instabilidade macroeconômica e a apreciação da taxa real de câmbio verificadas no período 1980-2012 contribuíram decisivamente para a desindustrialização da economia brasileira, o que contribuiu para a desaceleração do crescimento da economia brasileira nesse período.

Figura 6 - Participação da Indústria de Transformação no PIB a preços Constantes



Fonte: Centro de Estudos do Novo-Desenvolvimentismo. Elaboração dos autores.

7. Considerações Finais.

Este artigo teve por objetivo analisar as causas da desaceleração do crescimento da economia brasileira a partir do início da década de 1980 a partir de um referencial

teórico Keynesiano-Estruturalista segundo o qual o crescimento da produtividade do trabalho depende basicamente da mudança estrutural ou sofisticação produtiva (transferência de mão-de-obra e recursos das atividades com menor valor adicionado per-capita para atividades com maior valor adicionado per-capita) e da acumulação de capital. Nesse contexto verificamos que o ritmo de acumulação de capital se reduziu de forma expressiva a partir do final dos anos 1980, e que essa redução foi causada basicamente pela redução da taxa de investimento a preços correntes.

Com base nos dados apresentados pode-se conjecturar que a desaceleração do crescimento da economia brasileira a partir de 1980 deveu-se aos efeitos combinados da redução da taxa de investimento a preços correntes e da redução da participação da indústria de transformação no PIB (notadamente a partir de 2004). A redução da taxa de investimento deve-se fundamentalmente ao regime macroeconômico adotado a partir de 1994 (e flexibilizado a partir de 2006), o qual restringiu a expansão da demanda agregada, mantendo num patamar baixo o nível de utilização da capacidade produtiva. Outro fator importante foi a fragilidade externa da economia brasileira que se expressou em duas crises cambiais (1999 e 2002), a qual foi responsável por manter o prêmio de risco país num patamar elevado, o que teve impacto negativo sobre a taxa de investimento. A apreciação da taxa real de câmbio observada a partir de 1994 parece ter tido, contudo, um impacto positivo sobre a taxa de investimento.

O efeito negativo da apreciação da taxa real de câmbio sobre o crescimento deu-se pela dinâmica da participação da indústria de transformação no PIB. Com efeito, a partir de 1995 se verificou uma redução expressiva da participação da indústria de transformação no PIB, a qual se reduziu de 15,3% em 1995 para 12,3% em 2012. Com base nas estimações realizadas neste artigo verifica-se que (i) a redução da participação da indústria de transformação no PIB tem um forte impacto negativo sobre a taxa de crescimento da produtividade do trabalho e (ii) a apreciação da taxa real de câmbio afeta negativamente, com defasagem de um ano, a participação da indústria de transformação. Dessa forma, a tendência a apreciação da taxa de câmbio, verificada no Brasil após 1994, teve um impacto líquido negativo sobre o crescimento da economia brasileira.

Referências

- BHADURI, A.; MARGLIN, S. (1990). "Unemployment and the Real Wage: the Economic basis for Contesting Political Ideologies". *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 14, N.4.
- BONELI, R; BACHA, E. (2013). "O crescimento brasileiro revisitado" In: Veloso, F; Ferreira, P.C; Giambiagi, F; Pessoa, S. (orgs.). *Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira*. Elsevier: Rio de Janeiro.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (2007) A Macroeconomia da Estagnação. Editora 34: São Paulo.

BRESSER-PEREIRA, L.L.; OREIRO, J.L.; MARCONI, N. (2014). Developmental Macroeconomics: new developmentalism as a growth strategy. Routledge: Londres.

CARVALHO, F. (2015). Liquidity Preference and Monetary Economies. Routledge: Londres.

DOMAR, E. (1946). "Capital Expansion, Rate of Growth and Employment". *Econometrica*, Vol. 14, 1946.

DURBIN, J.; WATSON, G. S. (1950). "Testing for Serial Correlation in Least Squares Regression, I". *Biometrika*. 37

GALA, P. (2016). Complexidade Econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da Riqueza das Nações. Contraponto: Rio de Janeiro.

GRANGER, C. W. J. (1969). "Investigating causal relations by econometric models and cross-spectral methods". *Econometrica*. 37 (3): 424-438.

HARROD, R. (1948). Towards a Dynamic Theory: some recent developments of economic theory and its application to economic policy. MacMillan: Londres.

HIDALGO, C. (2015). Why Information Grows: the evolution of order, from atoms to economics. Basic Books: Nova Iorque.

KALDOR, N. (1980). Essays on Economic Stability and Growth. Duckworth: Londres.

————— (1970). "The Case for Regional Policies". *Scottish Journal of Political Economy*, Novembro.

————— (1966). Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom. Cambridge University Press: Cambridge.

————— (1957). "A Model of Economic Growth". *Economic Journal*, 67, pp. 591-624

KALECKI, M (1971). Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy. Cambridge University Press.

KALECKI, M (1954). The Theory of Economic Dynamics. Allen & Unwin: Londres.

KEYNES, J.M. (1936). The General Theory of Employment, Interest and Money. Macmillan: Londres.

LEWIS, W.A. (1954). "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour". *The Manchester School*, Vol. 22, N.2.

McCOMBIE, J.S.; THIRWALL, A.P. (1994). Economic Growth and Balance of Payments Constraint. Palgrave Macmillan: Londres.

MINSKY, H. P (1982). Can "It" happen again? Essays on Instability and Finance. Armonk: M. E. Sharpe.

OREIRO, J.L. (2016). Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva Keynesiana. LTC: Rio de Janeiro.

————— (2015). "Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz: A Evolução do Regime de Política Macroeconômica no Brasil (1999-2014)". *Revista Política*, nº 2, Julho.

————— (2013). "A Macroeconomia da Estagnação com Pleno-Emprego no Brasil". *Revista de Conjuntura: Corecon/DF*, Maio.

OREIRO, J.L.C.; D'AGOSTINI, L.L.M. (2016). "Terms of Trade, Real Exchange Rate Over-Valuation and De-industrialization: Theory and Empirical Evidence on Brazilian Case (2003-2015)". 13Th International Conference Developments in Economic Theory and Policy, University of Basque Country, Bilbao, June.

OREIRO, J.L.; MARCONI, N. (2016). "O Novo-Desenvolvimentismo e seus críticos". *Revista Cadernos do Desenvolvimento*, Vol. 11, n.19, pp. 167-179.

PALMA, G. (2005). "Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa". Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Agosto.

POSSAS, M. L. (1987). Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica. Ed. Brasiliense: São Paulo.

ROBINSON, J. (1962). Essays in the Theory of Economic Growth. MacMillan: Londres.

ROWTHORN, R. E (1981). "Demand, Real Wages and Economic Growth". *Studi Economici*, 18, pp.2-53.

SAID, S., DICKEY, D. (1984). "Testing for Unit Root Autoregressive-Moving Average Models of Unknown Order." *Biometrika*, 71: 599-608.

STEINDL, J. (1952). Maturity and stagnation in American capitalism. Oxford: Blackwell.

TAYLOR, L.; O'CONNEL, S. A (1985). "A Minsky Crisis". *Quarterly Journal of Economics*, v. 100, p. 871-85.

THIRWALL, A. (2006). Growth and Development: with special reference to devoping economies. Palgrave: Londres.

————— (2002). The Nature of Economic Growth. Edward Elgar: Alderhot

VERSPAGEN, B. (1993). Uneven Growth Between Interdependent Economies: an evolutionary view on technological gaps, trade and growth. Avebury: Nova Iorque.

Anexo I – Teste de Causalidade de Granger para a Relação entre Acumulação de Capital e Crescimento do PIB (1980-2012)

Correlação não implica necessariamente em causalidade entre variáveis aleatórias. Na macroeconomia existem variáveis com correlações positivas ou negativas moderadas e fortes, mas que são simplesmente falsas ou sem sentido.

A abordagem de Granger (1969) para a questão de se x causa y refere-se a verificar o quanto do valor atual de y pode ser explicado por valores passados dessa variável para, em seguida, testar se a adição de valores defasados da variável x pode melhorar a explicação. A variável y é dita ser Granger causada por x , se x ajuda na predição de y , ou equivalentemente, se os coeficientes defasados de x são estatisticamente significativos. É possível testar os dois sentidos da causalidade, ou seja, se x causa Granger em y e se y causa Granger em x .

Deve-se observar que a instrução " x Granger causa y " não implica que Y é o efeito ou o resultado de x . Causalidade de Granger mede o teor de precedência e informações, mas por si só não indicam a causalidade no uso mais comum do termo.

No teste de Causalidade de Granger, é necessário limitar o número de defasagens utilizadas nas regressões de

teste. Em geral, é melhor usar mais, ao invés de menos defasagens, uma vez que a teoria estatística é formulada em termos da relevância de todas as informações passadas. Escolhemos um comprimento de defasagem igual a um, que corresponde às crenças razoáveis sobre o tempo durante o qual uma das variáveis pode ajudar a prever a outra.

O teste de Causalidade de Granger faz a regressão das seguintes equações para todos os pares de valores, (x,y):

$$y_t = \alpha_o + \sum_{i=1}^l \alpha_i \cdot y_{t-i} + \sum_{i=1}^l \beta_i \cdot x_{t-i} + \varepsilon_t$$

$$x_t = \alpha_o + \sum_{i=1}^l \alpha_i \cdot y_{t-i} + \sum_{i=1}^l \beta_i \cdot y_{t-i} + \varepsilon_t$$

Os valores da distribuição contínua Fischer-Snedecor são apresentados, sendo os valores críticos utilizados para formalizar o teste Wald para a hipótese conjunta sobre os coeficientes β_i em cada equação:

$$\beta_1 = \beta_2 = \dots = \beta_l = 0$$

A hipótese nula é que x não causa Granger em y na primeira regressão e que y não causa Granger em x na segunda regressão. Os resultados dos pares taxa de crescimento do PIB, TXCRESCPIB, e taxa de crescimento do estoque de capital, G, com observações anuais de 1980 a 2012 encontram-se na Tabela VIII

Tabela VIII – Teste de Causalidade de Granger para a Relação entre Acumulação de Capital e Crescimento do PIB (1980-2012)

Defasagem	Hipótese Nula	Observações	F	Prob.
1	TXCRESCPIB does not Granger Cause G G does not Granger Cause TXCRESCPIB	32	0.01394 6.59523	0.9068 0.0156
2	TXCRESCPIB does not Granger Cause G G does not Granger Cause TXCRESCPIB	31	0.79042 1.25924	0.4643 0.3006
3	TXCRESCPIB does not Granger Cause G G does not Granger Cause TXCRESCPIB	30	1.22627 0.87483	0.3228 0.4685
4	TXCRESCPIB does not Granger Cause G G does not Granger Cause TXCRESCPIB	29	1.83708 0.32662	0.1613 0.8568
5	TXCRESCPIB does not Granger Cause G G does not Granger Cause TXCRESCPIB	28	3.70987 0.83637	0.0188 0.5419

Fonte: Elaboração dos autores.

Para 1 defasagem, não podemos rejeitar a hipótese nula de que a taxa de crescimento do PIB (TXCRESCPIB) não causa Granger na taxa de crescimento do estoque de capital, G, mas podemos rejeitar a hipótese nula de que a taxa de crescimento do estoque de capital, G, não causa Granger na taxa de crescimento do PIB (TXCRESCPIB). Portanto, no teste com 1 defasagem, a causalidade de Granger fornece o resultado, de forma unidirecional, da taxa de crescimento do estoque de capital, G, para a taxa de crescimento do PIB e não o contrário, do PIB para a taxa de crescimento do estoque de capital, G.

Para 2, 3 e 4 defasagens, podemos rejeitar tanto

a hipótese nula de que a taxa de crescimento do PIB (TXCRESCPIB) não causa Granger a taxa de crescimento do estoque de capital, G; como também podemos rejeitar a hipótese nula de que a taxa de crescimento do estoque de capital, G, não causa Granger a taxa de crescimento do PIB (TXCRESCPIB).

Para 5 defasagens, não podemos rejeitar a hipótese nula de que a taxa de crescimento do estoque de capital, G, não causa Granger a taxa de crescimento do PIB (TXCRESCPIB) mas podemos rejeitar a hipótese nula de que na taxa de crescimento do PIB (TXCRESCPIB) não causa Granger na taxa de crescimento do estoque de capital, G. Portanto, para o modelo com 5 defasagens, a causalidade de Granger ocorre unidirecionalmente da taxa de crescimento do PIB para a taxa de crescimento do estoque de capital, G, e não o contrário, da taxa de crescimento do estoque de capital, G, para a taxa de crescimento do PIB (TXCRESCPIB).

José Luis Oreiro
joreiro@unb.br

Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Pesquisador Nível IB do CNPq e Pesquisador Associado do Centro de Estudos do Novo-Desenvolvimentismo.



Luciano Manarin D'Agostini
lucianodagostini@yahoo.com.br

Professor do Instituto Federal da Amazônia.



Fabrcício Vieira
fabrciovieira@ufv.br

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa.



Luciano Carvalho
luciano dc@gmail.com

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa.



ARTIGO

Nova meta de inflação e ancoragem das expectativas

Elder Linton Alves de Araújo

Na reunião do Conselho Monetário Nacional – CMN, em junho/2017, ficou definida a meta de inflação para 2019 e para 2020, respectivamente, 4,25% e 4,0% (Resolução CMN 4.582/2017). As expectativas de mercado, coletadas pelo Banco Central do Brasil – BCB por meio do Boletim Focus, apontam que houve aceitação dessas metas pelos agentes econômicos, com a mediana das previsões do IPCA para os anos de 2019 e 2020 convergindo para os patamares definidos nas respectivas metas anuais. Nesta análise, busca-se apontar as possíveis razões que levaram a essa ancoragem.

O Brasil adota o regime de metas para a inflação desde 1999 (Decreto nº 3.088/1999) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE, tem sido a medida de inflação oficial para verificação do cumprimento das metas, levando-se em conta a taxa acumulada em cada ano. Utiliza-se o valor central e o intervalo (ou margem) de tolerância para apuração do cumprimento da meta estabelecida.

No início, em 1999, a meta central era 8,0% aa, com intervalo de tolerância de 2 p.p. para cima e para baixo, resultando em limite superior de 10% aa e limite inferior de 6% aa (Resolução CMN nº 2.615/1999). Naquele momento, foram também definidas as metas de 2000 (6,0%) e 2001 (4,0%) e o mesmo intervalo de tolerância. Como regra geral, o CMN estipula em junho de cada ano a meta de inflação que vai vigorar para os anos seguintes.

Em 18 anos de implementação do sistema, somente em quatro ocasiões (2001, 2002, 2003 e 2015) a inflação extrapolou o limite superior da meta e o Banco Central precisou enviar carta aberta ao ministro da Fazenda com as explicações sobre as razões específicas para o fato e com a apresentação das medidas corretivas. Nos demais anos, a inflação ficou em linha com as metas estabelecidas. Pode-se afirmar, portanto, que o sistema de metas tem conseguido atuar no sentido do controle da inflação no País, ou seja, manter o IPCA dentro dos intervalos de tolerância ao longo do período. A meta tem sido importante orientadora de expectativas de inflação e o intervalo de tolerância tem se mostrado suficiente para acomodar eventuais choques de preço.

Nessa ótica, desde 1999 até 2016, fixou-se a meta para um ano e meio a frente, também retificando ou ratificando a meta para o ano imediatamente seguinte ao corrente, em geral com intervalo de tolerância de 2 p.p. para cima e para baixo. Desse modo, em 2016, foi confirmada a meta de 2017 e estabelecida a meta de 2018. Para 2017 e 2018, a meta central é de 4,5% aa, com margem de tolerância de 1,5 p.p., ou seja, limite inferior de 3,0% aa e limite superior de 6,0% aa.

Cabe notar que, desde 2017, o intervalo de tolerância passou a ser mais restrito, passando para 1,5 p.p. para cima e para baixo, procurando-se ancorar expectativas especialmente quanto ao limite superior.

A partir de junho/2017, por meio do Decreto nº 9.083/2017, foi ampliado esse prazo de definição de metas para dois anos e meio a frente. Com isso, a Resolução CMN 4.582/2017 estipulou as metas de 2019 e 2020 e, tacitamente, ratificou a meta de 2018.

De acordo com comunicado do BCB, em junho/2017, quando da definição da meta de 2019 e 2020, com a mudança da sistemática de fixação da meta de inflação para período mais longo, “amplia-se a capacidade de a política monetária balizar as expectativas de inflação para prazos mais longos, o que reduz incertezas e melhora a capacidade de planejamento das famílias, empresas e governo”.

Observa-se que o Banco Central tem conseguido coordenar expectativas de mercado e tem tido êxito em ancorá-las com as metas de inflação estabelecidas. Nota-se que em março/2016, antes da definição da meta de 2018, a mediana das expectativas de mercado para o IPCA apontavam inflação de 6,0% para 2017 e 5,45% para 2018, ambas acima da meta de 2017 (4,5%). Todavia, após a definição da meta de 2018 em junho/2017, as expectativas de mercado convergiram, passando para 5,07% em 2017 e 4,5% em 2018, neste último, igual à meta. Movimento similar se observa em março de 2017, com expectativas de mercado apontando para inflação de 4,5% em 2018. Após a definição das metas de 2019 e 2020, as expectativas de mercado convergiram rapidamente para esses patamares.

Esse movimento foi favorecido pelo forte recuo da inflação em 2017, mais intenso do que o esperado pelo mercado. Em grande parte, esse processo se deve à deflação de alimentos proporcionada pela grande safra que vem sendo obtida em 2017 e que já ultrapassa 200 milhões de toneladas de grãos. No caso do IPCA, o grupo de alimentação e bebidas é o que tem o maior impacto no índice, com peso de 25,5% das variações na taxa mensal.

Esse processo de desinflação, por sua vez, abriu espaço para a redução das taxas de juros. O Comitê de Política Monetária – COPOM/BCB vem sistematicamente cortando a taxa básica de juros (Meta Selic), que passou de 14,25% em setembro/2016 para 9,25% em julho/2017. Esses cortes começaram com apenas 0,25 p.p. e foram se intensificando até o ritmo atual de 1 p.p. em cada reunião.

As atas das reuniões denotam que ainda há espaço para redução dos juros, dado o momento de baixa inflação e de fraca atividade econômica. A recessão de 2015 e 2016 tem mostrado persistência e a economia brasileira tem apresentado dificuldades de retomada do crescimento. De acordo com a ata do COPOM/BCB de julho/2017, “a extensão do ciclo de flexibilização monetária dependerá de fatores conjunturais e das estimativas da taxa de juros estrutural da economia brasileira. (...) A evolução do processo de reformas e ajustes necessários na economia (principalmente das fiscais e creditícias) é importante para a queda das estimativas da taxa de juros estrutural”.

De forma geral, percebe-se como acertada a estratégia de redução do intervalo de tolerância, em primeiro momento, e a redução da meta central, com alongamento do horizonte de fixação das metas, em segundo momento. O processo de desinflação em curso abriu espaço para o

debate sobre a redução da meta de inflação. O CMN obteve uma janela de oportunidade para esse movimento e teve suas ações corroboradas pelas expectativas de mercado. Isso poderá permitir ajuste gradual da inflação, reduzir a indexação da economia e gerar custo menor em termos de taxas de juros, o que favorecerá o esforço de retomada da atividade econômica do País em termos mais sustentáveis.

Referências

Banco Central do Brasil. Histórico das Metas para a Inflação no Brasil. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/metase/TabelaMetaseResultados.pdf>

_____. Metas para a Inflação - Normas. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/relinf/Normativos.asp>

_____. Expectativas de Mercado – Séries Históricas. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>

_____. Histórico das Taxas de Juros Fixadas pelo Copom. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>

_____. Notas do Copom. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ATACOPOM>

IBGE. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumido – IPCA. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/>

[inpc_ipca/defaultinpc.shtm](http://www.bcb.gov.br/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm)

Elder Linton Alves de Araújo

elinton@solar.com.br



Economista. Mestre em Economia pela UNICAMP. Conselheiro do Corecon-DF. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Monetária e Financeira, Economia Brasileira, Políticas Econômicas e Economia do Setor Público.

CARTEIRA
PROFISSIONAL
VENCENDO?
FIQUE ATENTO.



ARTIGO

Virar adulto no momento errado. Entrar no Mercado de Trabalho em Tempos de Crise

Carlos Alberto Ramos

1. Introdução.

Períodos recessivos, especialmente como o vivido pelo Brasil entre o segundo trimestre de 2014 e hoje, pela magnitude da queda no nível de atividade e sua duração, tem desdobramentos que não se circunscrevem ao curto prazo. / Em outras palavras, as conseqüências de uma crise como a que vivemos no Brasil não pode ser feita, exclusivamente, referenciando-se na macroeconomia de curto prazo. Lembremos que, em termos de grandes agregados, a macroeconomia assume como dado o produto potencial e seu objeto de estudo está balizado por um duplo objetivo: situar o nível de atividade o mais próximo possível sobre o pleno emprego mantendo o nível de preços (ou a variação destes) sob um relativo controle. Desde essa perspectiva, os custos de uma recessão (por exemplo, o desemprego) seriam naturalmente revertidos na fase ascendente do ciclo. O percentual da força de trabalho sem ocupação, por exemplo, poderá voltar a seu nível pré-crise e os custos da queda do produto pareceriam estar confinados ao passado.

Quando nossa perspectiva está limitada à leitura dos indicadores de conjuntura, essa interpretação pode ter alguma validade. Assim, se no Brasil a taxa de desemprego saiu de um nível de 3,5% no segundo trimestre de 2014 (pleno emprego) para pouco mais de 13% nos primeiros trimestres de 2017, a anunciada retomada do crescimento teria como corolário um recuo desse percentual. / A magnitude dessa reversão e a velocidade estarão dadas pela velocidade da retomada, mas os custos da crise estariam circunscritos ao passado.

Quando o nosso olhar vai além das flutuações de curto prazo em torno de um dado produto potencial e avaliamos as possibilidades de crescimento em um horizonte mais remoto, existe ampla literatura que sugere que os custos das recessões são mais permanentes, se prolongam no tempo, reduzindo a fronteira de nossa prosperidade futura. / Os mecanismos mediante os quais o curto e o médio prazo

se vinculam são diversos. Na recessão o investimento se reduz. No período do desemprego os assalariados perdem parte de suas habilidades alterando negativamente a produtividade. Paralelamente, a falta de oportunidades de emprego reduz as chances de futuras contratações, sendo a conseqüência uma elevação na taxa de desocupação estrutural.

Assim, esses efeitos permanentes são diversos e podem merecer diversas avaliações. Por exemplo, seriam as conseqüências mais acentuadas na mão-de-obra com menor nível de escolarização? Um desses cortes diz respeito à faixa etária e a pergunta natural é: que sequelas um período recessivo deixará naqueles jovens cujo ingresso no mercado de trabalho e a transição à vida adulta coincide com uma acentuada e prolongada queda do nível de atividade?

Nosso objetivo neste artigo consiste em reflexionar sobre este último aspecto (o impacto de uma recessão sobre a transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho). Analisaremos, na Seção II, os aspectos teóricos que sugerem um encadeamento entre as dificuldades de iniciar a vida profissional em um contexto recessivo e a trajetória futura dos empregos e salários de um indivíduo. Ou seja, existem elementos que indicam que a vida ativa de uma geração pode estar pautada pela fatalidade de ter começado a transição de um ciclo de vida em um período recessivo. Esses aspectos conceituais pautarão a nossa leitura dos dados para o caso específico do Brasil nesta conjuntura (Seção III). Finalizaremos o artigo na Seção IV fazendo um balanço (que, como veremos, não será exclusivamente negativo) dos resultados encontrados.

2. Aspectos Teóricos.

Em geral, a taxa de desemprego da população jovem (faixa etária que convencionalmente é situada entre 16 e 24 anos) está acima do percentual observado na população adulta. Nos países da OCDE atingiu 13% em 2016, sendo o percentual de mais ou menos 6% para a totalidade da PEA. Contudo, essa disparidade

entre o percentual de desocupados entre faixas etárias apresenta uma enorme variabilidade. / A economia Alemã tem um percentual de jovens desempregados extremamente baixo (7%) em tanto em outros, como Grécia (47%), se situam em patamares maiores muito elevados (França (25 %), Portugal (28%), Itália (38%), Espanha (44%), chegando a 53% em África do Sul).

Em termos conceituais, a taxa de desemprego dos jovens é identificada como sendo um indicador quantitativo que manifesta as dificuldades de transitar entre o sistema escolar ou o mundo do trabalho ou a facilidade ou dificuldade em entrar na fase adulta da vida. Em certos países, como Alemanha, o sistema de escola dual (que combina ensino em estabelecimentos escolares como aprendizagem no “chão de fábrica” e que se remonta à Idade Média) parece ser muito eficiente em “lubrificar” essa transição. Chamativamente, na Alemanha, as taxas de desemprego dos jovens chegam a ser inferiores à média da população, uma situação extremamente rara. Nos países do sul da Europa a segmentação entre sistema escolar e mundo do trabalho é acentuada e as taxas de desemprego dos jovens (mesmo em conjunturas de crescimento) adquirem níveis que podemos qualificar como alarmantes.

A segmentação entre o sistema escolar e o mundo do trabalho está na origem da falta de correspondência (“matching”) entre as habilidades adquiridas nos estabelecimentos escolares e os conhecimentos e competências demandados pelos empregadores (ou seja, os requeridos nas vagas que são abertas). Além desse aspecto central, as elevadas taxas de desemprego na população em transição no ciclo de vida são alimentadas por outros fatores secundários (ainda que não sejam negligenciáveis).

Entre esses elementos secundários podemos mencionar a posição na família. Na medida em que não são a principal fonte de renda do domicílio, o compromisso dos jovens com os empregos que conseguem é mais tênues, abrindo espaço para uma maior rotatividade. Essa maior rotatividade, por sua vez, eleva o risco das contratações (lembramos dos custos fixos, como de procura, treinamento, etc.) por parte dos empregadores, nutrindo as dificuldades de serem admitidos. Por outra parte, na medida em que estão em processo de amadurecimento de seus gostos, habilidades, etc. os primeiros passos dos jovens

no mercado de trabalho podem ser assumidos como sendo tentativas para encontrar seu nicho profissional.

Poderíamos citar outros aspectos secundários (falta de experiência que eleva o risco ao não proporcionar informações, falta de maturidade nas habilidades sócio-emocionais, etc.) mas todos confluem para um mesmo resultado: transitar entre o sistema escolar e o mundo do trabalho é um processo, no mínimo, tortuoso. Contudo, uma vez integrado, todos indicadores apontam para um processo virtuoso: com o transcorrer dos anos a taxa de desemprego cai e os salários reais se beneficiam da experiência adquirida.

Contudo, a etapa da transição, não obstante de ser um período temporário, passageiro, afetará toda a sua vida profissional. Ou seja, as dificuldades que o jovem enfrenta na transição podem deixar cicatrizes que vão permear toda sua vida adulta (OECD (1999)). Nesse sentido, permanecer longos períodos em situação de desemprego ou só conseguir ocupações no setor informal ou em ocupações de baixa qualificação, etc. podem chegar a comprometer suas chances de ocupar bons postos de trabalho no futuro.

Mas se as posições futuras no mercado de trabalho dependem da forma da transição, dar seus primeiros passos no mercado de trabalho em períodos recessivos pode não ser uma singularidade neutra ou, em outros termos, não pode deixar de ter conseqüências sobre o itinerário que terá esse indivíduo no futuro. Vamos nos deter em alguns desses aspectos.

O primeiro, e talvez o mais evidente, diz respeito à taxa de desemprego. Se estruturalmente esse indicador vai manifestar as dificuldades da transição, em épocas recessivas, restrições de curto prazo se agregam a essas dificuldades estruturais. As possibilidades de encontrar um emprego compatível com sua formação e gostos se reduzem dramaticamente e devemos esperar que a redução do nível de atividade penalize mais os jovens que a população adulta. No caso da Espanha, por exemplo, país extremamente afetado pela recessão, 1 a cada dois jovens estava desempregado no auge da crise (2013). No caso dos adultos, o percentual era elevado, porém bem menor (25%). Mesmo em tempos “normais” existe uma hysteresis no desemprego (o desemprego de hoje é explicado pelo desemprego de ontem) e quando agregamos a condição de jovem essa inércia tende a crescer. Ou seja, o desemprego estrutural futuro tenderá a se elevar e os que iniciam

sua vida profissional no transcurso de uma profunda e prolongada recessão tenderão a ter maiores dificuldades em serem aceitos nas vagas que serão geradas na futura fase de crescimento.

Diante dessa dificuldade de inserção, várias são as possibilidades ou os desdobramentos.

Uma primeira possibilidade consiste em, por desalento, sair da força de trabalho. No caso de sair da PEA, o jovem pode tender a permanecer por mais tempo no sistema escolar ou, na mas negativa das opções, fazer parte dos Nem-Nem (Nem faz parte da força de trabalho nem estuda). No caso de integrar os Nem-Nem, as dificuldades futuras se acentuarão: não acumula nem competências específicas possíveis de adquirir em um posto de trabalho nem conhecimentos gerais factíveis de serem incorporados no sistema escolar.

Uma segunda possibilidade consiste em prolongar sua permanência no sistema escolar a fim de adquirir uma melhor qualificação e se posicionar melhor na concorrência pelas oportunidades de emprego no futuro. Estetalvez seja o único aspecto positivo potencial de uma recessão, uma vez que, paradoxalmente, pode contribuir a uma maior acumulação de capital humano, elevar a produtividade futura e contribuir para aumentar a fronteira de crescimento.

Contudo, esta possibilidade ou opção pode ser neutralizada por uma outra. Na medida em que a recessão pode estar comprometendo emprego e salários dos trabalhadores principais na família (pai e mãe) esse fato pode inviabilizar a continuidade dos estudos (especialmente quando o sistema de ensino é pago). Assim, o efeito final (permanecer no sistema escolar uma vez que não encontra emprego ou que os empregos disponíveis não são compatíveis com sua qualificação ou deixar os estudos uma vez que a renda familiar ficou reduzida) está em aberto e devemos deixar os números falarem.

A passagem para a vida adulta também é comprometida uma vez que o desemprego ou ocupações precárias dificultam a saída de casa ou seja, dificulta a constituição de um domicílio próprio. Dessa forma, na recessão esperamos que um maior contingente de jovens continue convivendo na casa dos pais (seja porque não consegue se tornar independente seja porque já se tinha se tornado independente e teve que retornar).

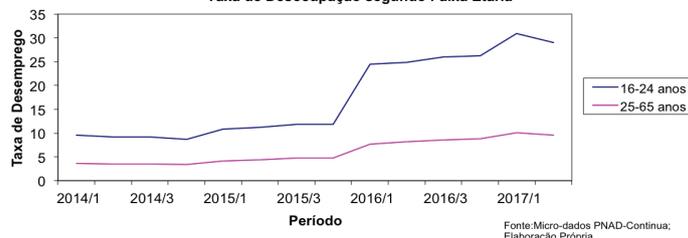
Por último, a acumulação de capital (por exemplo, para comprar sua própria vivenda, aposentadoria, etc.) dos jovens se vê demorada seja pelas dificuldades de encontrar emprego seja porque os empregos factíveis são precários (baixa remuneração, a tempo parcial, temporários, etc.).

Só futuras pesquisas comparando coortes populacionais no tempo (comparando coortes que fizeram a transição em períodos recessivos ou de crescimento) permitirão concluir qual foi o custo que a atual recessão teve sobre a geração de jovens que hoje estão em transição. Contudo, no aguardo do tempo para ter dados de painel, hoje a exploração das bases disponíveis pode nos dar alguns elementos de diagnóstico sobre a resposta dos jovens à profunda recessão que vive o Brasil. Esse será o nosso tema na próxima Seção.

3. Os Jovens diante da Crise no Brasil de hoje.

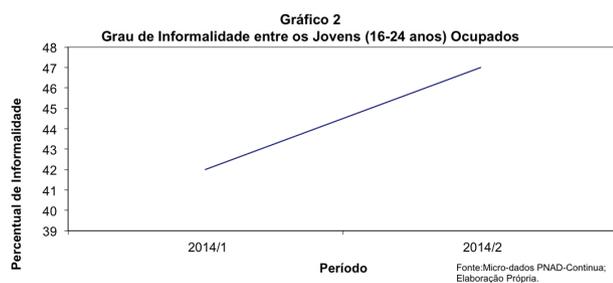
O país não foge à regra geral segundo a qual a taxa de desocupação dos jovens é largamente superior àquela observada na população adulta. No primeiro trimestre de 2014, antes da recessão e quando o Brasil gozava de uma situação de pleno emprego, o percentual de jovens (16-24 anos) que procurava emprego e não encontrava era de 9,6%, mais que o dobro da taxa verificada no caso da população adulta (3,7%). / A crise elevou o percentual da PEA desocupada em ambas as faixas etárias (ver Gráfico 1). Só que esse aumento foi muito mais acentuado entre os jovens, cuja taxa de desemprego atingiu quase 31% no primeiro trimestre de 2017 (recuando levemente no segundo). No caso da população adulta, o máximo foi de 10% (também no primeiro trimestre do ano corrente). Basicamente, a semelhança dos países do Sul da Europa, a acentuada queda no nível de atividade aprofundou de forma notória a transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho, passagem que já não era simples. Em termos relativos, a distância entre a taxa de desocupação dos jovens e dos adultos se ampliou.

Gráfico 1
Taxa de Desocupação segundo Faixa Etária



Fica em aberto que impacto terá essa dificuldade sobre a trajetória profissional e pessoal da juventude. Pesquisas futuras concentrando a atenção na evolução das coortes populacionais deverão determinar os efeitos, especialmente quando a base de comparação é o início da vida adulta em contextos de crescimento (como nos anos 2000). Além de possíveis comprometimentos em termos de emprego (e qualidade do emprego) e salários, a desocupação por longos períodos nessas faixas etárias pode induzir um início da vida adulta em ambientes de violência e atividades ilícitas, de difícil reversão e que marcarão o indivíduo pela sua vida.

Se a falta de oportunidades de emprego é uma das possibilidades mais estudadas na literatura, a qualidade das ocupações pode também ter sido afetada. Ou seja, diante da ausência de vagas, o imperativo de renda ou mesmo de participação na vida social pode induzir a oferta de trabalho a aceitar ou gerar postos de trabalho de baixa qualidade (à margem da legislação, com baixa produtividade, etc.). Os dados induzem a concluir que a qualidade do emprego dos jovens foi particularmente afetada. Essa queda na qualidade do emprego se deu, especialmente, pelo crescimento das ocupações por conta própria. No primeiro trimestre de 2014, o percentual dos jovens empregados ocupados de forma autônoma era de 10%, percentual que subiu para quase 14% no segundo trimestre de 2017. Se agregamos todas as categorias que podem facilmente e consensualmente serem identificadas como sendo formas precárias de emprego (assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta-própria e trabalhador familiar auxiliar), o percentual de jovens ocupados em alguma dessas opções passou de 42% no primeiro trimestre de 2014 para 47% no último dado disponível (segundo trimestre de 2017) (ver Gráfico 2).

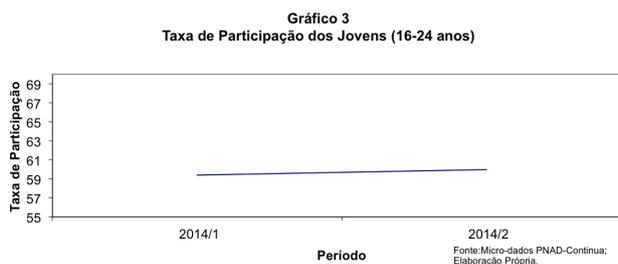


Basicamente temos que, no Brasil, a recessão afetou o início da vida adulta através de duas dimensões: a

taxa de desemprego (principalmente) e na qualidade do emprego.

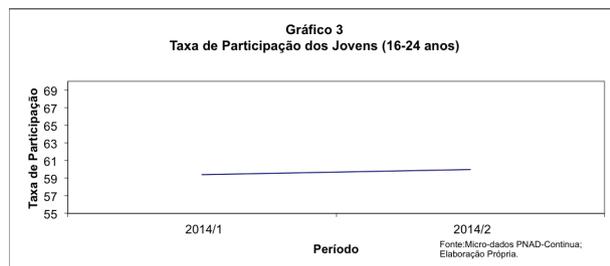
Podemos imaginar, como já mencionamos, que os desdobramentos não se esgotam aí e que afetam diversas outros aspectos. Na literatura (ver, por exemplo, Berlin, Furstenberg Jr., and Waters (2010), Oreopoulos, Von Wachter and Heisz (2006)) outros aspectos se agregam a esses, especialmente, taxa de participação, freqüência escolar e uma atitude passiva total (categoria conhecida como Nem-Nem, população definida como aquela que não freqüenta escola nem participa do mercado de trabalho). Outros aspectos individuais que manifestam as dificuldades na transição tratam de serem quantificados, através da permanência dos jovens na casa dos pais (ou o retorno). Vamos realizar uma leitura desses dados para o caso do Brasil.

Em termos de taxa de participação (PEA/PIA), a mesma permaneceu constante (ver Gráfico 3). Ou seja, os jovens brasileiros, mesmo diante de dificuldades de encontrar um emprego ou diante da deterioração na qualidade dos disponíveis, não se retiraram da força de trabalho.

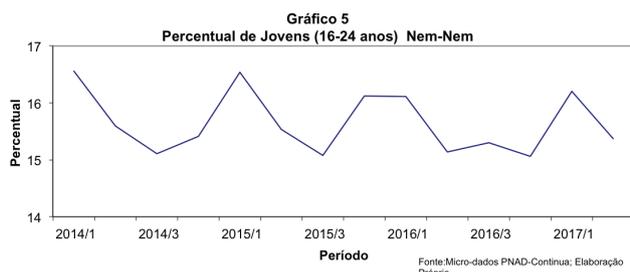


A freqüência à escola se elevou muito levemente (ver Gráfico 4). Ou seja, o aumento do desemprego (seja entre os jovens seja na população adulta), comprometendo a renda familiar, não parece ter abalado as intenções de procurar um maior nível de escolaridade. Os números sugerem que o efeito pode ter sido contrário: as dificuldades de encontrar um emprego de qualidade, ou mesmo um emprego qualquer, induziram a pensar que um maior nível de escolaridade pode elevar a probabilidade de ocupar as poucas vagas formais disponíveis. Mas percebamos que essa maior freqüência à escola não se observa como sendo um corolário da saída da força de trabalho. Em certos países europeus foi identificada uma maior permanência no sistema escolar como sendo produto da inatividade, resultado, por sua vez, do baixo dinamismo das oportunidades de emprego (ver, por

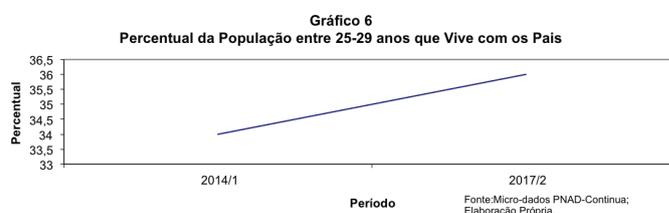
exemplo, Clark (2011)). No Brasil este não parece ter sido o caso. Os jovens continuam no mercado de trabalho não obstante a deterioração do mesmo e elevam a sua frequência ao sistema escolar. Esta singularidade pode tornar menos custosa (em termos do produto potencial futuro) os custos da recessão.



Um aspecto muito tratado na literatura e com poucas respostas em termos teóricos diz respeito aos jovens NN (Nem-Nem, nem trabalham nem participam do mercado de trabalho). Não ficam muito claras as causas desta passividade, especialmente por ser identificada em uma etapa do ciclo de vida particularmente apta para (biologicamente) adquirir novos conhecimentos e habilidades ou mesmo realizar atividades físicas. Intuitivamente, deveríamos esperar que esse desalento total (total porque não está restrito ao mercado de trabalho senão que se estende ao sistema escolar) deveria ter aprofundado na recessão, especialmente porque a mesma se observou em um ambiente de profunda crise política, impasse que não deixa ver perspectivas de saídas (ao menos no meio e curto prazo). Surpreendentemente, no Gráfico 5 podemos observar que os Nem-Nem (em termos de porcentagem da população na faixa etária de 16-24 anos) permanecem estáveis (em torno de 15/17%). Essa estabilidade no meio a uma profunda recessão e deterioração das condições presentes e perspectivas de futuro deve induzir reflexões uma vez que sugere que o ambiente econômico e político poderiam estar alheios a essa passividade. Diante da incerteza teórica sobre as origens da inatividade educativa e produtiva, esta falta de resposta a mudanças no contexto é um dado positivo, uma vez que a não frequência escolar e a inatividade produtiva tem, certamente, impactos negativos no futuro.



Por último, uma outra manifestação da crise pode ser a permanência dos filhos no mesmo domicílio dos pais e, nesse sentido, se estaria pospondo a independência/ autonomia financeira e o período de transição. Para testar a pertinência dessa hipótese trabalhamos com a faixa etária de 25 a 29 anos, ou seja, um intervalo de idade no qual o ciclo escolar já deveria ter finalizado e a transição já deveria ter-se concretizado. Uma vez que a taxa de desemprego aumentou significativamente e a qualidade dos empregos se deteriorou, esperamos um aumento da permanência no mesmo domicílio dos pais. Os dados sugerem que, não obstante ser tênue, se verificou um aumento, uma vez que o percentual de filhos na faixa etária de 25 a 29 teve uma leve elevação, passando de 34% para 36%.



4. Comentários Finais

A profunda crise que está sofrendo o Brasil desde o segundo trimestre de 2014 teve, entre os jovens no período de transição à vida adulta, dois impactos esperados: sensível elevação na taxa de desocupação (elevação particularmente maior que no caso da população adulta) e deterioração da qualidade das ocupações. Existe uma ampla literatura que identifica nesses aspectos conjunturais associados à queda acentuada e prolongada no nível de atividade, desdobramentos que essa população vai vivenciar em toda sua fase adulta. Em outras palavras: os efeitos não são transitórios, são indelévels. São custos que, diretamente e através de diversos meandros, terão impactos mesmo que o Brasil reverta a recessão

Existem custos diretos uma vez que a taxa de desocupação pode gerar um fenômeno de inércia, fazendo que as probabilidades de encontrar emprego desses jovens caiam mesmo se o nível de atividade se recupere (aumento da taxa de desocupação estrutural). Se agrega a esse handicap, empregos precários que não outorgam boas credenciais para ocupar os bons empregos que futuramente sejam gerados. Só pesquisas futuras poderão determinar em que medida esses efeitos esperados vão se concretizar.

Indiretamente a recessão pode afetar outras dimensões, como a frequência escolar, a saída da força

de trabalho e a inatividade total (fora da escola e fora da força de trabalho). Felizmente, no caso do Brasil, as variáveis que representam esses fenômenos parecem não terem sido alterados pela crise. Inclusive, ainda que muito moderadamente, a frequência escolar parece ter aumentado. Ou seja, não obstante as enormes dificuldades de inserção (taxa de desemprego na ordem do 30%) e uma notória precarização entre os que encontram algum tipo de ocupação, a juventude parece resistir. Não sai da força de trabalho, não se direciona a uma passividade total e permanece acumulando conhecimentos.

Dentro de um ambiente geral no qual é mais fácil de identificar obstáculos que alternativas de saídas, esses são dados alimentam ilusões.

5. Bibliografia

Ball, L., M., "Long-Term Damage from the Great Recession in OECD Countries" NBER Working Paper No. 20185. May, 2014. (Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w20185.pdf>; Consultado em agosto de 2017).

Berlin, G., Furstenberg Jr., F.F., and Waters, M.C., The Future of Children. Transition to Adulthood. Princeton-Brookings. v.20, n 1. Spring 2010.

Clark, D., "Do Recessions Keep Students in School? The Impact of Youth Unemployment on Enrolment in Post-Compulsory Education in England" *Economica*. v.78. n. 311. p.523-545. 2011.

OECD, Preparing Youth for the 21st Century: The Transition from Education to the Labour Market. OECD. Paris. 1999.

Oreopoulos, P., VonWachter, Y., and Heiz, A., "The Short- and Long-Term Career Effects of Graduating in a Recession: Hysteresis and Heterogeneity in the Market for College Graduates" NBER Working Paper No. 12159. April, 2006. (Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w12159.pdf>;

Consultado em agosto 2017).

Carlos Alberto Ramos
carlosal@unb.br

Professor do Departamento de Economia da UnB



AGORA VOCÊ PODE!

CARTEIRA ESTUDANTIL CORECON-DF

Como benefício, o Corecon-DF estende a todos os estudantes credenciados do Distrito Federal todas as facilidades oferecidas aos economistas registrados.

Para obter a carteira são necessários:

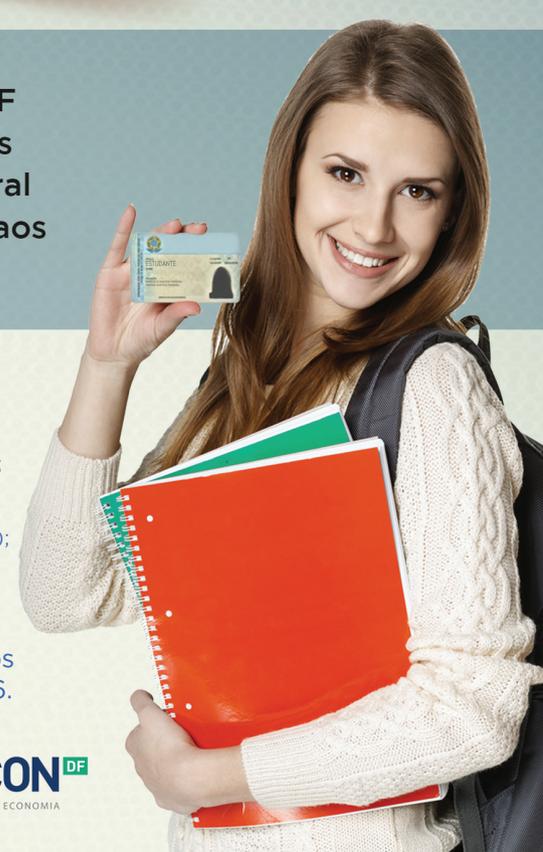
- Declaração de matrícula e frequência da IES mencionando a data prevista de conclusão do curso (original e cópia);
- Documento de Identidade (original e cópia);
 - CPF (original e cópia);
 - 2 (duas) fotos 3x4;
- Comprovante de residência (original e cópia);
- Formulário de requerimento (acesse o site).

Mais Informações:

corecondf@corecondf.org.br ou pelos telefones (61) 3223-1429 / 3225-8366.

corecondf.org.br
 /corecon.df  /corecondf

 **CORECON** DF
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



ARTIGO

Lava Jato e desacertos das Políticas Monetária e Fiscal

Décio Garcia Munhoz

A intensificação da ação repressiva do Estado sobre práticas ilícitas que vinham prosperando na execução de contratos governamentais teve o efeito de um verdadeiro tsunami, envolvendo a apuração de atos passados, e mesmo recentes, com incontáveis e até então insuspeitas ramificações, e com incontáveis reflexos.

Como logo se concluiu que o problema se originara em obras e serviços em determinados setores, inevitável que as ações policiais e da Justiça tivessem impactos concentrados sob dois aspectos: por um lado sobre os negócios de um grupo de grandes empresas da área da construção, naturalmente fragilizando-as; e, por outro lado, contendo, ou mesmo paralisando investimentos governamentais e de estatais, tanto pela necessidade da revisão ou inovação nos instrumentos de controle, como pela magnitude dos malfeitos e das perdas – financeiras requerendo apuração.

As ações anticorrupção, consagradas pela designação de Lava Jato, passaram, num segundo momento, ora a ser associadas às dificuldades – financeiras das empresas, com obras paralisadas e impedidas de participar de novas licitações, ora à queda dos investimentos governamentais. Criou-se, então, uma versão sorrateira, de que a Lava Jato era responsável pela desestruturação especialmente das grandes construtoras, colocando em cheque a sobrevivência destas, em prejuízo do país.

A simultaneidade de duas graves crises

Nos desdobramentos, a ação da Lava Jato tem tido, é inegável, implicações que se manifestam em diferentes crises: a) microeconômica, na medida em que foram e estão sendo afetadas, porque denunciadas, inúmeras grandes empresas brasileiras; b) macroeconômica, dada a paralisação de obras de grande porte – e suspensão de novas licitações – com reflexos no emprego e na renda. Mas daí a acusar a investigação, e os investigadores, como responsáveis pelos indesejáveis reflexos econômicos entrelaçados com a ação da Justiça vai uma longa distância. Já que as coisas – o problema e as possíveis soluções – não são tão simples como possam parecer.

No aspecto microeconômico, é claro que a ação da Justiça na apuração de um surpreendente cipoal com ramificações de ilícitos teve impacto na vida das empresas envolvidas. Mas isso era inevitável, dada a extensão,

complexidade e implicações ligadas às operações suspeitas.

E para que o processo fosse mais lento que o desejável, como ocorreu, frustrando a possibilidade de serem abreviados acordos de leniência e a volta das empresas à normalidade das operações, contribuíram as próprias empresas envolvidas. Pois é evidente que a longa resistência destas em reconhecer ou confessar os meandros dos esquemas de corrupção retardou, e tem retardado, a apuração do alcance e dimensões dos desvios.

No aspecto macroeconômico, também não se pode imputar só à operação saneadora a retração em novas obras que poderiam acionar empresas médias não envolvidas nas tramoiás, mantendo um nível mínimo de atividades do setor, preservando empregos e rendas. E a razão simplesmente. A virtual paralisação dos investimentos federais, inclusive de estatais, está atrelada a outros desarranjos: a) o explosivo crescimento do endividamento líquido da Petrobrás (R\$ 18,8 bilhões em 2006, R\$ 62,1 bilhões em 2010 e R\$ 382,1 bilhões em 2015), para o que contribuiu a política de contenção dos preços de combustíveis, forçando a empresa a subsidiar o consumo para redução artificial da inflação, em manobra oficial também adotada para o câmbio e para os preços da energia; b) os desdobramentos da grave e duradoura paralisação da economia brasileira que perdura desde 2014.

A crise da economia, é necessário frisar, tem como fontes dois fatores sem ligações com o Lava Jato: por um lado o desvario de medidas da dupla Banco Central/Fazenda, visando conter a inflação a qualquer preço, desde que em 2013 se exauriu o modelo de preços represados, introduzido em meados da última década; e, por outro, o descontrole dos gastos federais no pré-eleições de 2014. Nesse ambiente de desorganização do sistema econômico, os investimentos no país recuaram de 21,8% do PIB – nível mantido entre 2010 e 2013, para 17,6% em 2015 e apenas 15,4% em 2016. Os gestores da economia, de antes e após 2013, e não a Lava Jato, é que puseram o país à deriva.

Esgota-se em 2013 o espaço para um mundo de ilusões

Qualquer medida voltada para criar artificialismos – seja através de administração de preços, da taxa de câmbio, das taxas de juros etc. – tem um tempo de vida limitado.

Isso porque sempre que se force a redução de preços na economia, sem mecanismos compensatórios, o efeito imediato é que um grupo de agentes passa a enfrentar redução de receitas sem redução de custos, enquanto outros se beneficiam de um aumento do poder de compra e do nível de bem estar – sem que efetivamente se esteja fazendo uma transferência de rendas com caráter permanente. Essas medidas artificiais transmitem à população a sensação de uma melhoria do nível de renda, permitindo que se propague, enganosamente, que as famílias se viram alçadas a grupos de renda superiores. Algo como dizer que dezenas de milhões de famílias milagrosamente saltaram de classe – inchando a classe média – que foi o chavão preferido na propaganda oficial.

Praticada no Brasil desde meados da década passada, a estratégia do Governo de criar falsas euforias, de grande impacto político apesar de apenas temporárias, teve o ônus jogado sobre a Petrobrás, o setor elétrico e a indústria manufatureira. Evidentemente que inviabilizando empresas dando o endividamento que provocava, como foi o caso da Petrobrás e das elétricas, ou fechando milhares de empresas e milhões de empregos, quando o câmbio barato quebrou a competitividade externa e interna das indústrias.

A situação tornou-se insuportável quando, ao final de 2013, o recuo da taxa efetiva de câmbio chegou a perto de 50% em relação à média 2009/2011 (seção Conjuntura Estatística da revista Conjuntura Econômica, FGV); as empresas do setor elétrico eram sufocadas pelo acúmulo de desequilíbrios financeiros; e o endividamento líquido da Petrobrás era, em 2013, quase quatro vezes maior que o nível de 2010. Chegava-se a um ponto limite – como já ocorrera ao final de 1998 – e o realinhamento do câmbio e demais preços administrados tornava-se imperioso.

A desastrosa atuação do Banco Central/Fazenda desde 2013

Quando o Governo decide por uma taxa de inflação artificialmente baixa, manipulando o câmbio e outros preços, tem plena consciência de que se trata de medida temporária e que, quando exaurido o fantasioso modelo, inevitável que a inflação de proveta dê lugar a uma elevação no nível dos preços, na acomodação para a recuperação de rentabilidade dos setores sufocados. E nessa hipótese só resta ao governo admitir o movimento de recomposição de custos e preços e a partir disso buscar alternativas que permitam um processo de acomodação das rendas com o mínimo de desarranjos derivados. O crescimento econômico deve ser visto, então, como aliado essencial.

Ora, quando se impôs o rearranjo de custos e preços na economia brasileira, a partir de 2013, surpreendentemente a dupla Banco Central/Fazenda passou a atribuir as pressões

sobre os preços a um pseudo excesso de demanda e a partir daíacionou os instrumentos ortodoxos de política monetária – fundamentalmente a elevação das taxas de juros – com efeitos paralisantes sobre a atividade econômica. E o zeram mesmo presenciando uma economia com elevado nível de capacidade ociosa e próxima da estagnação.

O resultado foi que as famílias (pessoas físicas) enfrentaram um aumento absurdo nas despesas com juros, e tais encargos (apenas nos empréstimos com recursos livres) saltaram de R\$ 260 bilhões, estimados para 2012, para R\$ 375 bilhões em 2014 e R\$ 580 bilhões em 2016, mais que dobrando no período, quando o saldo dos empréstimos pouco crescera. Decretavam, portando, as autoridades, com juros estratosféricos, a paralisação da economia.

Igualmente, como decorrência da elevação da Selic (aproximadamente de 9% em 2012 para 14% a.a. em 2016), explodiram os gastos do TN com juros da dívida pública e com inaceitáveis operações do BC com títulos públicos. E as estimativas indicam que tais dispêndios se elevaram de R\$ 185 bilhões em 2012 para R\$ 450 bilhões em 2016 (mesmo compensada a remuneração dos depósitos do Tesouro no BC). Um desvario praticado impunemente pelo Banco Central com a conivência do Ministério da Fazenda.

Não se pode concluir apenas que as autoridades perderam a noção do impacto de suas decisões sobre o funcionamento do sistema econômico. Mais que isso, inconscientemente jogaram o país numa crise sem precedentes, ao mutilar as duas principais fontes que acionam a produção e o emprego: a demanda de exportações e a demanda das famílias.

E, atônitos, os criadores do caos se mostram incapazes de reverter a decomposição que provocaram, independentemente das ações do Lava Jato, acenando apenas que a salvação se dará com a destruição da Previdência Social, adotando plenamente o modelo Pinochet, como ansiosamente cobrado pelo influente e misterioso mercado – que atesta o fracasso da gestão econômica com plena liberdade às autoridades da área para experiências que desarticulam o sistema econômico, levando dezenas de milhões de trabalhadores ao desemprego e ao desespero e paralisando as ações do Governo.

Dercio Garcia Munhoz

bibliografia@terra.com.br

Economista, Membro do Corecon-DF. Foi Presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social.



ARTIGO

O economista como historiador

Flávio Rabelo Versiani

Poucas obras brasileiras de erudição têm exercido a influência de *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, que dentro em pouco completará cinquenta anos de publicação. Ao contrário de alguns clássicos, que todos citam e ninguém leu, o livro tem sido continuamente reeditado, o que decore de sua ampla utilização como instrumento didático em colégios e universidades. A par disso, as idéias do livro têm sido ponto de partida de numerosos trabalhos acadêmicos nessas quase cinco décadas.

Organizado como um painel cronológico, o livro procura traçar a lógica econômica das várias etapas que caracterizam a estrutura produtiva do país, desde o início da colonização. Escrita em menos de quatro meses, a obra expande idéias anteriormente expostas por Furtado, especialmente em *A Economia Brasileira*, publicado em 1954, às quais agrega novos elementos, conseguindo notável unidade, apesar dessa origem compósita.

O fio condutor do trabalho é a visão teórica do Celso Furtado quanto ao processo de desenvolvimento em economias periféricas, tema a que dedicou a maior parte dos seus escritos. Em sua análise, Furtado mescla elementos extraídos da análise macroeconômica keynesiana com as idéias sobre o desenvolvimento das economias latino-americanas, sob o signo do desequilíbrio externo. Esta última vertente está, como se sabe, associada, ao pensamento da “escola da Cepal”, das décadas de 1950 e 60, de que o próprio Furtado foi um dos expoentes.

De forma esquemática, pode-se sintetizar o essencial de tal visão em quatro proposições:

1) O crescimento econômico de países subdesenvolvidos depende, em primeiro lugar, do volume anual de gastos “autônomos” (como exportações e investimentos). Esses gastos aumentam o produto e a renda diretamente (se há mais procura externa por nossas bananas, por exemplo, os produtores aumentam a oferta, vendem mais e ganham mais) e também indiretamente; o dinheiro ganho com bananas estimulará o aumento da procura por bens de consumo, o que poderá induzir uma expansão da produção destes no país, com maior ou mais eficiente utilização de fatores produtivos e, portanto, crescimento do produto per capita (proposição elementar na macroeconomia keynesiana).

2) A importância dos efeitos indiretos, ou multiplicadores, no processo de desenvolvimento de economias altamente dependentes de exportações reside no fato

de que podem criar condições para um crescimento econômico auto-sustentado, com base no dinamismo de mercado interno. Seguindo com o exemplo, em decorrência da prosperidade associada a um boom na exportação de bananas, aumentará a procura de bens de consumo e haverá estímulo para investimentos na produção local desses bens. Como consequência, poderá desenvolver-se um setor industrial significativo. Mesmo que declinem ou cessem as vendas externas de bananas, o crescimento econômico poderá continuar, sustentado pelo investimento e pelos ganhos de produtividade ligados à nova atividade de produção para o mercado interno (aqui há evidências de idéias da “escola da Cepal” e de autores como Ronsenstein-Rodan, quanto ao processo de industrialização em países periféricos). Implícita nessa proposição está a idéia de que a diversificação da estrutura produtiva é benéfica e desejável. Essa idéia, básica na doutrina da Cepal, suscitou infindáveis debates. A justificativa da tese está no argumento de que produtos primários têm, em geral, condições de procura desfavoráveis no mercado internacional, a longo prazo (a procura não aumenta na mesma proporção em que a renda cresce; os produtos sofrem obsolescência, pelo desenvolvimento de sucedâneos; os preços são instáveis), e limitada possibilidade de melhorias tecnológicas em sua produção, em contraste com a indústria.

3) O efeito multiplicador das exportações ou dos investimentos depende de forma crucial da distribuição de renda. Se toda receita da exportação de bananas é apropriada por um só latifundiário, que gasta tudo em produtos importados e viagens ao exterior, não haverá estímulo à diversificação da produção interna. Assim, em princípio, o desenvolvimento auto-sustentado depende de uma renda melhor distribuída (a ênfase na estrutura da demanda, presente em toda a obra de Furtado, mostra ecos de Kaldor e de Nurkse).

4) Um grande volume de exportações e uma distribuição de renda favorável, não asseguram, no entanto, a detonação de um processo de crescimento auto-sustentado, pois podem existir vários fatores impeditivos. Furtado confere maior importância aos seguintes: (a) problemas de balanço de pagamentos, dificultando a importação de máquinas e equipamentos; (b) ausência de capacidade empresarial inovadora: as oportunidades de investimento não são reconhecidas e aproveitadas; e (c) indisponibilidade de conhecimento tecnológico relevante.

Dentro dessas perspectivas, Furtado examina as

várias etapas da evolução da nossa economia, enfatizando a estrutura de distribuição da renda e a presença de fatores que favorecem ou impedem o desenvolvimento auto-sustentado da economia.

A análise da economia açucareira, por exemplo, demonstra que o gasto autônomo (valor exportado) era bastante elevado em termos per capita, mas se traduzia quase exclusivamente em importações, dado o grau extremo de concentração da renda. A receita monetária das vendas externas do açúcar era apropriada basicamente sob a forma de lucro, pelos donos do capital investido no engenho. Os gastos de consumo e investimentos eram quase totalmente feitos no exterior. Não havia, assim, qualquer estímulo a uma diversificação maior da produção interna.

Na economia de mineração, o produto per capita era provavelmente menor que o associado à exportação do açúcar, mas a renda gerada era muito melhor distribuída. Em conseqüência, surgiu um mercado interno de apreciáveis proporções, a que se associou um processo importante de urbanização. Apesar dessas condições, não se desenvolveu no país uma estrutura produtiva diversificada, com desenvolvimento de um setor industrial relevante, que propiciaria um crescimento endógeno, autossustentado. A hipótese de Furtado é a de que não havia conhecimento tecnológico na colônia que possibilitasse o aparecimento de novos setores produtivos.

O advento de um setor cafeeiro importante, já no século XIX, trouxe novas possibilidades de diversificação da economia. O trabalho assalariado, de crescente utilização, fazia expandir-se o mercado interno. O conseqüente aumento da procura por importações tendia a provocar problemas no balanço de pagamentos, o que também favorecia a produção industrial interna, já que a desvalorização cambial encarecia os bens importados. Por outro lado, esse encarecimento incluía as máquinas, o que dificultava o processo. Os negócios com o café também teriam propiciado, para Furtado, o surgimento de uma nova mentalidade empresarial, favorecendo a industrialização.

Na década de 1930 a convergência desses fatores promoveria o salto em direção ao desenvolvimento endogenamente determinado. A Grande Depressão de 1929-1933 marca, para o autor o fim do predomínio das exportações como gastos autônomos promotores do crescimento, cedendo lugar ao investimento voltado para as atividades de produção para o mercado interno. Ao colapso dos preços do café segue-se uma drástica desvalorização da moeda nacional, dificultando as importações, ao mesmo tempo em que a política de compra do produto pelo governo amortece os efeitos da crise da queda da renda interna, estimulando a produção de bens de consumo. O processo seria acelerado no pós-guerra, com a adoção de tratamento cambial favorável para a importação de máquinas e equipamentos.

Com a perspectiva de várias décadas após sua publicação, alguns argumentos do livro, como seria de se esperar, parecem pouco convincentes. O conhecimento sobre nossa história econômica aumentou consideravelmente, desde a década de 1950, com o que algumas questões factuais importantes foram esclarecidas, e novas perspectivas de interpretação se abrem.

Um ponto chama principalmente a atenção. Furtado supôs que a economia brasileira tivesse passado por um período de estagnação, nos três quartos de século entre o declínio da mineração, na década de 1770, e a fase de expansão do setor cafeeiro, a partir de 1850. Mas hoje se sabe que as últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX presenciaram o que foi chamado de um “renascimento agrícola”; nesse período, as exportações brasileiras de vários produtos, como açúcar e algodão, tiveram aumentos significativos. Mais importante, a recente divulgação de números detalhados sobre o tráfico africano de escravos para as Américas revelou que a entrada de cativos no Brasil aumentou continuamente, a partir dos anos setenta do século XVIII, atingindo um auge na década de 1820. De fato, a média anual estimada de escravos desembarcados no Brasil, entre 1776 e 1850, é o dobro da observada nos 75 anos anteriores, período do auge da mineração. Isso, obviamente, é incompatível com a ideia de uma economia estagnada, indicando, ao contrário, expansão da atividade produtiva, entre o declínio do ouro e a preponderância do café. Produção essa que seria, provavelmente, voltada em boa parte para o mercado interno, como sugerem pesquisas mais recentes sobre tal período. O que indicaria que a relevância de um mercado consumidor interno ter-se-ia manifestado bem antes do que supôs Furtado em seu livro.

Outros itens de reparo poderiam ser apontados:

- Furtado supôs que os senhores de engenho não tivessem qualquer participação no negócio de exportação do açúcar, que seria dominado por comerciantes estrangeiros. Mas sabe-se hoje que cristãos-novos vindos para o Brasil, alguns deles donos de engenhos, tiveram papel fundamental na exportação do produto.

- A ênfase do autor na crise da década de 1930, vista como marco inicial do crescimento da indústria nacional, negligencia um tanto o relevante processo anterior de industrialização, como trabalhos posteriores demonstraram.

- A distinção feita por Furtado entre o cafeicultor, imbuído de espírito empresarial capitalista, e o senhor de engenho, rentista ocioso e patriarcal, é pouco defensável. O patriarca do açúcar, de papel tão saliente na obra de Gilberto Freyre, pertence à fase de declínio da economia açucareira; não é adequado compará-lo com o empresário de uma economia cafeeira em expansão. Alguns estudos sugerem que não faltou espírito capitalista weberiano no auge do açúcar.

- A argumentação de Furtado sobre os movimentos de câmbio, no século XIX, faz supor que as desvalorizações — que eram, para os cafeicultores, fator de compensação das quedas no preço externo do produto — fossem influenciadas pelos empresários do café. Essa hipótese, porém, é desautorizada pelo que se conhece do mercado cambial do período, onde a taxa de câmbio era, essencialmente, determinada pela oferta e demanda de divisas.

- Em seu argumento pioneiro sobre o efeito das compras governamentais de café sobre o nível de renda, Furtado parece supor que as compra de café promoveram uma expansão de renda, na década de 1930, principalmente por terem sido financiadas internamente. Parte das aquisições feitas pelo governo, sabe-se hoje, foram sustentadas por crédito externo, mas ainda assim causariam expansão de renda: supor que o efeito macroeconômico de um aumento de gastos depende da forma de financiamento não é, no caso, teoricamente subsistente.

Pontos como os citados são importantes para o entendimento de períodos e processos de transformação específicos; nesse sentido, o livro de Furtado certamente continuará a ser esmiuçado e criticado por incorreções ou imprecisões que contenha.

No contexto de uma apreciação mais geral, no entanto, em que releva o quadro amplo da evolução da nossa economia, traçado pelo livro, fica claro que este não envelheceu, e resiste com garbo ao exame crítico de várias de suas teses. A análise, hoje clássica, da reação da economia brasileira a crise de 1929 é um exemplo saliente: em grandes linhas, os argumentos do livro quanto a esse episódio foram ratificados. O mesmo se pode dizer da análise dos efeitos da política cambial do período após a Segunda Guerra. Isso é tanto mais notável quando se considera que a base de dados disponível para um analista da economia brasileira era, nos anos cinquenta, muito mais estreita do que a existente hoje em dia.

Tanto quanto em 1959 como agora, Formação Econômica do Brasil tem o grande atrativo de apontar para as raízes históricas de características atuais de nossa economia. O processo evolutivo traçado, mostrando, até meados do século XIX, períodos relativamente curtos de prosperidade, seguidos de declínio ou estagnação, é, certamente, um elemento básico do nosso subdesenvolvimento. Nas fases do açúcar e da mineração, a renda média de nosso país seria equiparável, ou mesmo superior, à das demais economias do continente americano; quando se teria iniciado uma divergência? Operando com os dados de que dispunha, Furtado concluiu que a taxa média de crescimento da economia brasileira, de meados do século XIX até quando escrevia, seria alta em termos internacionais (o que converge com algumas estimativas recentes). Assim, as origens de nosso atraso, em

relação às economias hoje mais desenvolvidas, teriam que ser buscadas mais atrás no tempo. Ele concluiu que o período crucial seria o que medeia entre o declínio da economia de mineração e o início da expansão do café, supostamente de estagnação. Essa conclusão é agora pouco convincente, como vimos; mas permanece, como um desafio à pesquisa histórica, a questão de quando, e por que, a economia brasileira começou a seguir um caminho divergente daquele seguido pelas economias dos Estados Unidos ou do Canadá.

Outro ponto destacado da obra, da maior importância para o entendimento da economia e da sociedade brasileira atuais, é a formação de vastos contingentes populacionais restritos a uma economia de subsistência, após o declínio do açúcar e do ouro. Essa população, em sua esmagadora maioria barrada historicamente no acesso à propriedade da terra, teve como alternativas básicas agregar-se à grande propriedade rural ou oferecer sua força de trabalho no mercado urbano, ao longo do processo de diversificação da estrutura produtiva. A persistência dessa grande massa de mão de obra não qualificada na economia é fator fundamental do baixo nível médio de remuneração do trabalho, ainda no presente, e do alto grau de desigualdade na distribuição de renda.

A relevância para a compreensão da atualidade, aliada à concisão e brilhantismo da exposição, tornam fácil a previsão de que o livro de Furtado continuará sendo, ainda por muito tempo, uma das melhores introduções possíveis ao estudo da economia brasileira, e um manancial de sugestões para tópicos de pesquisa.

Formação Econômica do Brasil é um exemplo do papel que pode ter o economista no desenvolvimento dos estudos históricos: a construção de um arcabouço, logicamente estruturado em termos econômicos, onde os fatos históricos são colocados e analisados. Furtado afirmou em *A Fantasia Organizada*, de 1985, que seu livro de 1959 é 'uma coleção de hipóteses' sobre a formação da economia brasileira. Talvez haja aí um exagero de modéstia: a obra é bem mais do que isso. De qualquer forma, a existência de um conjunto de hipóteses tão rico como o presente no livro é uma base fecunda para a interação entre economistas e historiadores, no estudo da evolução de nossa economia.

Flávio Rabelo Versiani

frversiani@gmail.com

Economista, PhD in Economics - Vanderbilt University, EUA (1971). Estágios pós-doutorais na Yale University, EUA e University of London, Inglaterra. Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (1993).

Professor Emérito, Universidade de Brasília (2012). Área principal de pesquisa: História Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: processo de industrialização e economia escravista.



ARTIGO

O Brasil e o fim da crise econômica mundial

José Luiz Pagnussat

Introdução

A economia mundial vem crescendo acima de 3,5% a.a., desde 2010, e com projeções de aceleração para os próximos anos. A previsão de crescimento mundial para 2017 é de 3,6% e para 2018 é de 3,7%, acima da média histórica dos últimos 20 anos. A maioria dos países, com destaque para as principais economias, vêm mantendo trajetória de crescimento sustentado há vários anos, com queda acentuada do desemprego e inflação abaixo da meta.

Os dados indicam que ficou para trás a crise financeira global iniciada em 15 de setembro de 2008 com a falência do banco de investimento norte-americano Lehman Brothers, em razão dos prejuízos causados pela crise dos subprimes nos Estados Unidos. O pedido de falência do banco gerou um terremoto nos mercados financeiros e colocou a economia mundial na maior crise econômica global, desde 1929, com forte recessão na maioria dos países.

O pessimismo se ampliou com a crise da dívida de importantes países da Zona do Euro e a perda de confiança sobre a sustentabilidade dessas economias, o que gerou especulação no mercado de títulos soberanos e grande instabilidade entre 2010 e 2012. As expectativas de recuperação dessas economias, no curto prazo, eram baixas, chegando-se a aventar a “hipótese da estagnação secular”, ponderada pelo ex-secretário do Tesouro Americano, Lawrence Summers. O fato é que hoje a economia mundial está em crescimento mais forte e sem alta da inflação nos países ricos e grandes economias emergentes. Combinação “provavelmente sem precedentes”, na avaliação do ex-presidente do Banco Central (BC) Armínio Fraga, em entrevista ao *Jornal Valor Econômico* de 13 de setembro.

Os bons resultados da economia mundial tiveram como pilar da política econômica, para enfrentamento da crise nas principais economias mundiais, a abundância do crédito, com uma política agressiva de afrouxamento monetário (quantitative easing), e juros de política monetária próximos de zero, sendo em algumas economias negativos.

O Brasil num primeiro momento se alinha ao resto do mundo com expansão do crédito via bancos públicos, em especial o BNDES, além de adotar políticas de incentivos fiscais aos setores mais impactados pela crise. Nessa primeira fase o Brasil rapidamente retomou o crescimento e manteve o elevado nível de emprego, com taxas de desemprego, nas principais capitais, abaixo de 5% ao ano e em queda. Entretanto, com a crescente politização do debate econômico, os avanços da “operação lava jato”, a partir de 2014, e os sucessivos escândalos de corrupção; a economia recua e há o calote político da presidente reeleita. O Brasil inverte a política econômica e vai na contramão do resto do mundo, eleva fortemente os juros de política monetária, retrai fortemente o crédito, implementa uma política de realinhamento dos preços administrados e de retirada dos incentivos fiscais. A consequência foi a maior recessão da história brasileira, sem o recuo imediato da inflação.

Entre o segundo trimestre de 2014 e o final de 2016 o Brasil teve queda de 9,4% do PIB, considerano os dados trimestrais. Só no biênio 2015-2016 o PIB recuou 7,26% (-3,8 e -3,6%, respectivamente); o desemprego no país praticamente dobrou nesses dois anos, passando de 6,8% para 12,6%, e a população desocupada cresceu 91,1%, passando de 6,76 milhões para 12,92 milhões de pessoas, no final de 2016. O país mergulhou numa crise econômica e política sem precedentes.

A saída da crise não encontrava ambiente favorável na virada do ano de 2016. Neste contexto, no primeiro semestre de 2017, o Brasil foi “abençoado” com um choque de oferta vindo da agricultura, na maior safra de verão da história, com a produção de grãos crescendo 30,4%, resultado de um clima quase perfeito para a agricultura. O impacto da safra foi uma queda forte na inflação e um espraiamento do crescimento para outros setores da economia. Os sinais positivos da economia brasileira são ainda tímidos, pois a política econômica brasileira continua com o pé no freio, com sua política de juros altos e contenção do crédito, impedindo a aceleração da retomada do crescimento.

Este artigo pretende analisar o quadro econômico atual da economia mundial e a possibilidade de alinhamento da política monetária brasileira aos padrões internacionais, neste contexto de inflação abaixo da meta, elevado desemprego e capacidade ociosa nos setores industriais e de serviços.

A economia mundial pós crise

Para enfrentar a crise econômica iniciada em 2008, a maioria dos bancos centrais do mundo reduziram suas taxas de juros de política monetária a patamares históricos. No início de 2009, os EUA praticavam a taxa de juros de 0,25% ao ano, o Japão de 0,1%, o Reino Unido de 0,5% e a Zona do Euro de 1,5% ao ano. O Banco Central Europeu (BCE) continuou reduzindo gradativamente a taxa de juros, em abril passou para 1,25% e em maio para 1,0% ao ano, mas na sequência volta a elevar a taxa para 1,5% ao ano. O BCE só adota uma política mais agressiva de redução dos juros com o desenrolar da crise da dívida soberana dos PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) e a continuidade dos bons resultados das economias com políticas monetárias mais agressivas. Em junho de 2014 o BCE reduz os juros para 0,15%, em setembro para 0,05% e a partir de março de 2016 reduz os juros de política monetária para 0,00% ao ano.

Em 2009, ainda no início da crise, os governos dos EUA, Japão e Inglaterra estavam com suas economias em recessão e inflação próximas de zero ou negativas e tinham fortes limitações nas políticas fiscais e monetárias. Não havia espaço para reduzir ainda mais as taxas de juros, dado que já estavam próximas de zero, e de adoção de políticas fiscais mais ativas, dado que os déficits fiscais estavam elevados e a dívida pública apresentava uma trajetória de crescimento acelerado.

Com as restrições fiscais e com os juros de política monetária já no limite inferior, os bancos centrais dos EUA (Federal Reserve Board - FED), do Japão (Bank of Japan - BoJ) e da Inglaterra (Bank of England - BoE) decidiram usar uma política monetária não convencional de afrouxamento monetário (quantitative easing - QE) para estimular a economia. A ideia de elevação dos agregados monetários como forma de política monetária para estimular o PIB, em situação de armadilha de taxas de juros, tinha sustentação não só entre economistas keynesianos, mas também, entre economistas monetaristas. O próprio Milton Friedman fez essa sugestão de que era possível estimular o PIB nominal, mesmo com taxas de juros no seu limite inferior,

a partir de expansões da base monetária (FRIEDMAN e SHWARTS, 1971). Friedman e outros economistas monetaristas se alinhavam com a ideia de que a contração monetária ocorrida no período da crise de 1929, pelo FED, foi a principal responsável pela grande depressão da década de 30.

Esses países adotaram essa política monetária não convencional expansionista, com forte expansão da base monetária, geralmente por meio da compra, pelo governo, de títulos públicos no mercado. Nessa linha, o tesouro americano inundou fortemente a liquidez da sua economia, que além de ampliar o crédito e reduzir os juros de mercado, desvalorizou fortemente o dólar, aumentando a competitividade dos produtos americanos no mercado internacional. O ministro Guido Mantega fez críticas fortes a essa política americana, a qual chamou de “guerra cambial”, dado o impacto negativo no comércio externo brasileiro. O Japão implementou essa política expansionista com grandes compras de títulos públicos, dada a sua política de meta para a base monetária. A Inglaterra seguiu também esse caminho, além de vários outros países. Entre os principais países ricos, apenas a Zona do Euro demorou em adotar as operações de QE, mas atuava no mercado secundário de títulos no sentido de retardar a crise da dívida soberana de alguns países membros. O BCE só adota o QE nos anos recentes, com uma programação mais agressiva de compras mensais de títulos soberanos.

Juros e crescimento das dez maiores economias

Em 2016, as dez maiores economias eram: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Índia, Itália, Brasil e Canadá. O Brasil havia perdido duas posições com a recessão de 2015 e 2016. Foi ultrapassado pela Índia e Itália, caindo para a 9ª posição.

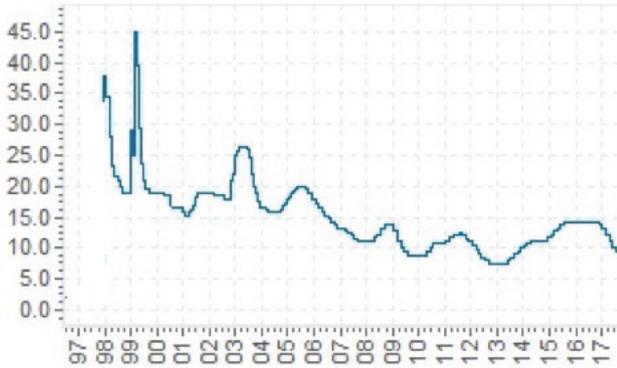
Os gráficos 1 a 8 apresentam a evolução histórica das taxas de juros de política monetária das maiores economias do mundo: Brasil, EUA, Reino Unido (RU), Japão, Zona do Euro, China, Índia e Canadá. Observa-se a atipicidade da prática de juros de política monetária tão baixos por um período tão longo nessas economias. Com a exceção do Japão, que mantém juros baixos desde 1995, as demais economias tinham um histórico de taxas mais elevadas na maior parte do tempo.

Entre as dez maiores economias do mundo apenas o Brasil e a Índia não reduziram os juros de política monetária para próximo de zero, no pós crise. No caso da Índia, em razão da economia se manter em ritmo

acelerado de crescimento. A China que vinha crescendo acima da meta do governo, só reduz fortemente os juros a partir do final de 2015, quando a economia dá sinais de desaquecimento em alguns setores.

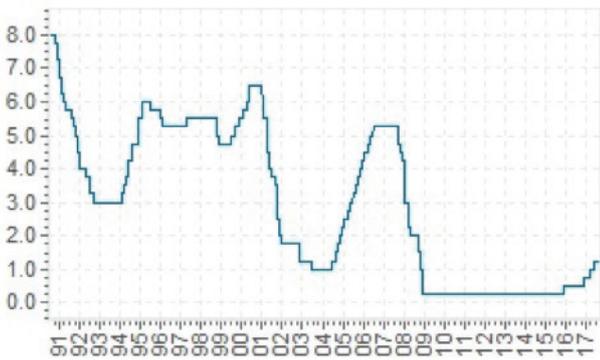
Gráficos: Taxas de juros de política monetária – EUA, ZE, RU, Brasil, Japão e China

Gráfico 1 - Taxa de juros brasileira (Taxa Selic)¹



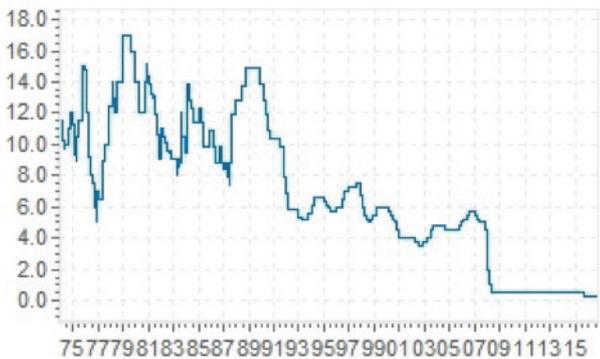
Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen)

Gráfico 2 – Taxa de juros americana (Federal Funds Rate)



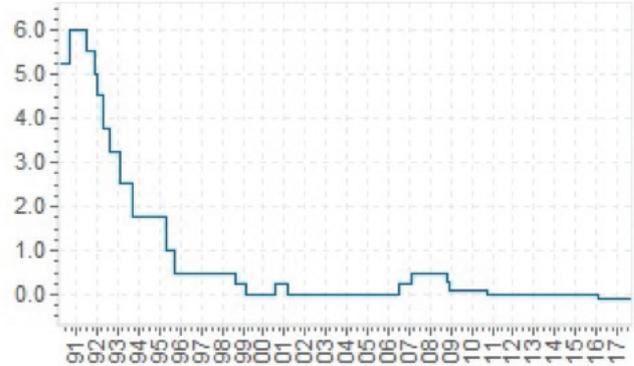
Fonte: Federal Reserve (FED)

Gráfico 3 - Taxa de juros inglesa (Official Bank Rate)



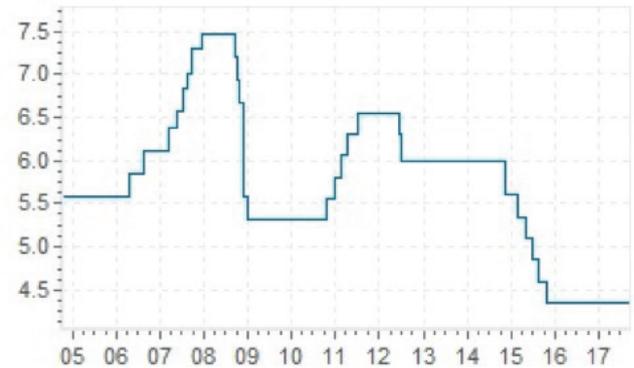
Fonte: Bank of England (BoE)

Gráfico 4 - Taxa de juros japonesa (BoJ overnight call rate)



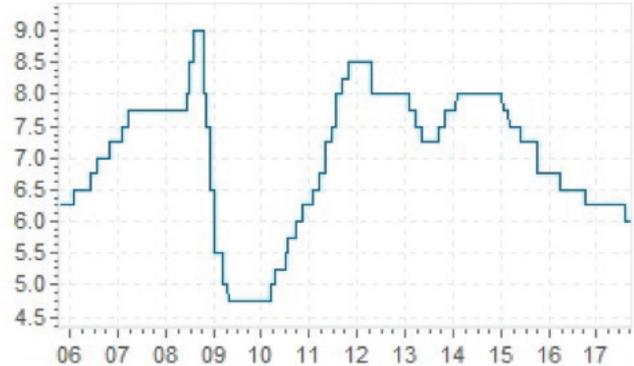
Fonte: Bank of Japan (BoJ)

Gráfico 5 - Taxa de juros europeia (juros referenciais)



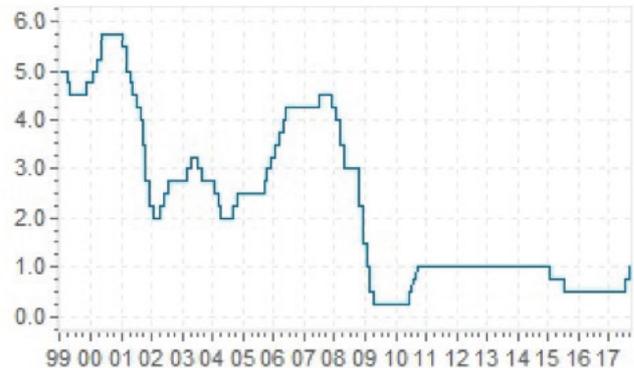
Fonte: Banco Central Europeu (BCE)

Gráfico 6 - Taxa de juros chinesa (base interest rate)



Fonte: The People's Bank of China (PBC ou PBOC)

Gráfico 7 - Taxa de juros Indiana (RBI repo rate)



Fonte: Bank of Canada (BOC)

Fonte: <http://pt.global-rates.com/taxa-de-juros/bancos-centrais>. Adaptação do autor.

(1) No período de 1/7/96 a 4/3/99, o COPOM fixava a TBC e, a partir de 5/3/99, com a extinção desta, passou a divulgar a meta para a Taxa SELIC para fins de política monetária.

Essa política de abundância de crédito e juros próximos de zero foi o pilar da política econômica da maioria dos países para sair da crise e se mostrou eficiente e sustentável, dado que as economias retomaram o crescimento, com inflação sob controle e queda acentuada do desemprego.

A economia americana manteve taxa média de crescimento do PIB acima de 2% nos últimos sete anos, com taxa de inflação abaixo da meta e taxa de desemprego em forte queda, reduzindo-se do patamar de 10%, no final de 2009, para 4,4% em agosto de 2017. A expectativa de crescimento do PIB americano para este ano, apesar dos atropelos políticos do governo Trump, vem sendo elevada a cada reunião do comitê de política monetária do FED. A expectativa atual é de que seja superior a 2,2%, neste ano, e ainda maior em 2018. De outro lado, as projeções para a inflação continuam abaixo da meta, tanto para este ano como para 2018 e 2019, com o desemprego em queda para 4,2 e 4,1%, respectivamente, em 2018 e 2019.

O Reino Unido também manteve crescimento médio acima de 2% ao ano nestes últimos sete anos, com inflação abaixo da meta, e vem crescendo a 18 trimestres seguidos, até o segundo trimestre deste ano. O desemprego vem caindo de forma contínua desde o início de 2011, reduzindo-se pela metade, a 4,3% no trimestre encerado em julho. Menor taxa de desemprego do RU desde 1975.

O Japão manteve crescimento médio acima de 1,5% nestes sete anos de PIB positivo e está a 9 trimestres com crescimento. O desemprego está em queda continua desde julho de 2009, passando de 5,5% para 2,8%, em julho de 2017. A inflação se manteve sob controle, alternando períodos de deflação com outros de relativa aceleração dos preços. Neste ano a inflação anualizada se mantém em torno de 0,3%.

A Zona do Euro teve a recessão estendida pela crise da dívida soberana e em razão da resistência na adoção do QE e de política monetária mais agressiva de redução dos juros. Com o afrouxamento monetário e juros zero, assume trajetória sustentável de crescimento da economia e mantém taxa de crescimento positiva a dezessete

trimestres seguidos, desde o segundo trimestre de 2013. A taxa de desemprego caiu do patamar de 12,1%, em 2013, para 9,1% em julho de 2017.

Em síntese, nesse período, as principais economias adoraram essa política monetária não convencional, sem descontrolar a inflação, e tiveram crescimento médio positivo, contribuindo para o crescimento da economia mundial acima da média histórica das últimas décadas. Entre as demais economias do top dez, além de China e Índia, que mantiveram taxas elevadas de crescimento anual em todo o período, com média de 8,1% e 7,3%, respectivamente; a Alemanha cresceu em 30 dos últimos 33 trimestres e o desemprego mantém trajetória de queda desde 2009, reduzindo-se em mais de 50%, para 3,7% em julho de 2017. O Canadá cresceu na média anual de 2,2%, nos últimos sete anos, e o desemprego mantém trajetória de queda desde 2009, reduzindo-se de aproximadamente 8,7%, para 6,2% em agosto de 2017.

Esses dados revelam o sucesso da política monetária expansionista e de juros baixos adotados por esses países. A Tabela 1 apresenta os dados do crescimento do PIB das maiores economias no período de 2009 a 2016 e as projeções para 2017 e 2018.

O Brasil foi na contramão dos países do top 10 nos anos recentes, com sua política de juros altos e contração dos meios de pagamento, que implicaram em taxas de juros de mercados recordes nesse período. O resultado foi que enquanto os demais países já se encontravam com crescimento sustentado e desemprego baixo, o Brasil retraía fortemente sua economia e batia recordes de desemprego.

Tabela 1 – Crescimento do PIB das maiores economias mundiais – 2009 a 2018.

PIB	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	-0,1	5,4	4,2	3,5	3,4	3,5	3,4	3,1	3,6	3,7
EUA	-2,8	2,5	1,6	2,2	1,7	2,4	2,6	1,6	2,2	2,3
Zona do Euro	-4,5	2,1	1,5	-0,9	-0,3	1,2	2,0	1,7	2,1	1,7
Japão	-5,4	4,2	-0,1	1,5	2,0	0,3	1,2	1,0	1,9	1,4
Reino Unido	-4,3	1,9	1,5	1,3	1,9	3,1	2,2	1,8	1,7	1,3
China	9,2	10,6	9,5	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,7	6,5
Brasil	-0,1	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6	0,7	2,5
Índia	6,5	10,3	6,6	5,5	6,5	7,2	7,9	6,8	7,0	7,0
Canadá	-2,9	3,1	3,1	1,7	2,5	2,6	0,9	1,5	2,5	1,9

Fonte: FMI, Bradesco, Fiesp e IBGE. Projeções para 2017 e 2018.

Juros atuais de política monetária

Entre as 50 principais economias do mundo, em agosto de 2017, a Argentina e o Brasil tinham as maiores taxas de juros de política monetária, 26,25 e 9,25% ao ano, respectivamente. Em junho, eram os únicos países com juros acima de 10% ao ano.

No caso da Argentina, explicável pelo descontrole da inflação nos últimos anos. No caso do Brasil, não havia como justificar juros tão altos com a inflação em 12 meses muito abaixo da meta. A inflação brasileira em 12 meses fechou agosto de 2017 em 2,46% a.a., distante do centro de meta (4,5% a.a.).

A Tabela 2 apresenta os dados de taxa de juros de política monetária, entre dezembro de 2013 e agosto de 2017, para as 50 maiores economias. Em agosto, apenas oito países tinham taxas de juros acima de 5% ao ano. Trinta e seis países (70%) tinham taxas de juros abaixo de 2% ao ano, considerando também os países da Zona do Euro, sendo que a maioria com taxas abaixo de 1% ao ano e alguns países com taxas de juros negativas. O Japão (-0,10%), a Suécia (-0,50%) e a Suíça (-0,75%) mantêm taxas negativas. A Zona do Euro vem mantendo a taxa de juros (taxa de refinanciamento) em zero e a compra de títulos em volumes elevados, o que amplia a oferta de moeda e a pressão baixista nas taxas de juros de mercado. No Reino Unido está em 0,25% e no Canadá e Noruega, em 0,50% a.a. Os EUA mantiveram as taxas de juros em 0,25% a.a. por longo período, entre 2008 e 2015, e os ajustes recentes foram parcimoniosos. O FED vem elevando a taxa gradativamente, sendo que nas últimas reuniões manteve entre 1,00% e 1,25% a.a., patamar abaixo da inflação.

Os dados da Tabela 2 mostram que poucos países iniciaram um processo de elevação das taxas de juros, mesmo com as economias em crescimento e desemprego muito baixo. Essa postura dos bancos centrais em relação à política monetária é um importante

indicativo da avaliação positiva dos juros baixos e QE nesse período de recuperação da economia mundial, no pós crise de 2008.

A recessão Brasileira de 2014 a 2016

Entre abril de 2013 e julho de 2015, o Brasil elevou 96,6% sua taxa de juros de política monetária (Selic), passando de 7,25 para 14,25% ao ano. Essa taxa foi mantida até outubro de 2016, quando o Banco Central inicia uma fase de redução da taxa Selic, com previsão de cair para 7% ainda neste ano de 2017. O resultado do freio na economia foi que o Brasil sai de uma posição de destaque na economia mundial, entre 2010 e 2013, com crescimento médio anual de 4,1%, desemprego em queda, dívida pública estável, grau de investimento, etc.; para o pior desempenho entre as principais economias, no período de 2014 a 2016; e agora, em 2017, retoma o crescimento com a redução do freio dos juros altos.

A opção brasileira de política econômica, em especial os juros altos e política monetária restritiva, nos anos de 2015 e 2016, tinha como foco trazer a inflação para a meta, num contexto de realinhamento dos preços administrados. A economia desaba e a inflação não recua nesses dois anos, confirmando a já esperada ineficiência da política monetária e de juros, em situação de demanda retraída e pessimismo generalizado.

Os dados da economia brasileira, apresentados

Tabela 2 - Juros de política monetária dez/2013 a ago/2017 (fim de período)

Países	dez-13	dez-14	dez-15	jun-16	jul-16	ago-16	set-16	out-16	nov-16	dez-16	jan-17	fev-17	mar-17	abr-17	mai-17	jun-17	jul-17	ago-17
Desenvolvidos																		
Estados Unidos	0,25	0,25	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,75	0,75	0,75	1,00	1,00	1,00	1,25	1,25	1,25
Zona do Euro	0,25	0,05	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Japão	0,10	0,10	0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10	-0,10
Noruega	1,50	1,25	0,75	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Suécia	...	0,00	-0,35	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50	-0,50
Dinamarca	0,75	0,20	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
Austrália	2,50	2,50	2,00	1,75	1,75	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50
Nova Zelândia	2,50	3,50	2,50	2,25	2,25	2,00	2,00	2,00	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75
Canadá	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Suíça	...	-0,25	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75	-0,75
Ásia emergent																		
China	6,00	5,60	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35	4,35
Índia	7,75	8,00	6,75	6,50	6,50	6,50	6,50	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,00
Coreia do Sul	2,50	2,00	1,50	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25
Taiwan	1,88	1,88	1,63	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38
Malásia	3,00	3,25	3,25	3,25	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Tailândia	2,25	2,00	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50
Indonésia	7,50	7,75	7,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,75	6,75	6,75
Filipinas	3,50	4,00	4,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
América Latina																		
Brasil	10,00	11,75	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,00	13,75	13,75	13,00	12,25	12,25	11,25	10,25	10,25	9,25	9,25
Chile	4,50	3,00	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,25	3,25	3,00	2,75	2,50	2,50	2,50	2,50
Colômbia	3,25	4,50	5,75	7,50	7,75	7,75	7,75	7,75	7,75	7,50	7,50	7,25	7,00	6,50	6,25	5,75	5,75	5,75
México	3,50	3,00	3,25	4,25	4,25	4,25	4,75	4,75	5,25	5,75	5,75	6,25	6,50	6,50	6,75	7,00	7,00	7,00
Peru	4,00	3,50	3,75	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,00	4,00	4,00	4,00
Argentina	33,00	30,75	30,25	28,25	26,75	26,75	24,75	24,75	24,75	24,75	24,75	26,25	26,25	26,25	26,25	26,25
Paraguai	5,75	5,75	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
CEEMEA																		
Repúb. Checa	...	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,25
Hungria	3,00	2,10	1,35	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90
Polônia	2,50	2,00	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50
Rússia	5,50	17,00	11,00	10,50	10,50	10,50	10,50	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	9,75	9,25	9,00	9,00	9,00
Turquia	4,50	8,25	7,50	7,50	7,50	7,50	7,50	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Israel	1,00	0,25	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10
África do Sul	5,00	5,75	6,25	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	6,75	6,75

Fonte: Bancos Centrais, Itaú e Global-rates.com.

na Tabela 3, mostram que a recessão alcançou todos os setores da economia nos anos de 2015 e 2016. A indústria teve retração em 2015 (-6,3%) e 2016 (-3,8%), após já ter apresentado queda em 2014 (-1,5%). Entre os subsetores da indústria o único destaque positivo em 2016 (+4,7%) foi dos serviços de utilidade pública (SIUP), após queda em 2015 (-1,5%) e em 2014 (-1,9%). A indústria de transformação recuou 5,2% em 2016, após queda de 10,4% em 2015 e 4,7% em 2014. A construção civil apresentou queda de 5,2% em 2016, após queda de 6,5% em 2015 e 2,1% em 2014, completando seu terceiro ano seguido de contração. A indústria extrativa teve queda de 2,9% em 2016, mas vinha apresentando resultado positivo nos anos anteriores.

Os dados do PIB do setor serviços mostram redução de 2,7% em 2015 e 2016, repetindo o resultado nesses dois anos. Dentre as atividades que compõem os serviços, em 2016, a maior queda foi nos subconjuntos de transporte, armazenagem e correio (-7,1%), seguida pelo comércio (-6,3%), outros serviços (-3,1%), serviços de informação (-3,0%) e intermediação financeira e seguros (-2,8%).

Tabela 3 – Indicadores selecionados da Economia Brasileira - 2009 a 2018.

Indicadores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017.I	2017.II	2017*	2018*
PIB (%)	-0,1	7,5	3,9	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6	1,0	0,2	0,7	2,5
Agropecuária (%)	-3,8	6,8	5,6	-3,1	8,4	2,8	3,6	-6,6	11,5	0,0	12,0	4,0
Indústria (%)	-4,8	10,4	4,1	-0,7	2,2	-1,5	-6,3	-3,8	0,7	-0,5	0,0	3,2
Extrativa Mineral (%)	-2,1	14,9	3,5	-1,9	-3,2	3,1	4,8	-2,9	1,8	0,4	5,6	...
Transformação (%)	-9,3	9,2	2,2	-2,4	3,0	-4,7	-10,4	-5,2	1,1	0,1	0,5	...
Construção Civil (%)	7,9	13,1	8,2	3,2	4,5	-2,1	-6,5	-5,2	-0,5	-2,0	-2,8	...
SIUP (%)	0,7	6,3	5,6	0,7	1,6	-1,9	-1,5	4,7	3,1	-1,3	3,9	...
Serviços (%)	1,9	5,8	3,4	2,9	2,8	1,0	-2,7	-2,7	0,2	0,6	0,0	2,0
DEMANDA (%)												
Consumo Famílias	4,2	6,4	4,8	3,5	3,6	2,3	-3,9	-4,2	0,0	1,4	0,8	1,7
Consumo Governo	2,9	3,9	2,2	2,3	1,5	0,8	-1,1	-0,6	-0,7	-0,9	-2,3	1,5
Investimento	-1,9	17,8	6,6	-2,6	5,9	-4,2	-13,9	-10,2	-0,9	-0,7	-4,0	6,0
Exportações	-9,2	11,7	4,8	0,3	2,4	-1,1	6,3	1,9	5,2	0,5	8,0	4,0
Importações	-7,6	33,6	9,4	0,7	7,2	-1,9	-14,1	-10,3	0,6	-3,5	1,0	5,0
Outros indicadores												
Produção Industrial – PIM (%)	-7,1	10,2	0,4	-2,3	2,0	-3,3	-8,3	-6,6	1,0	0,2	2,0	3,5
Comércio – PMC (%)	6,8	12,2	6,6	8,0	3,6	-1,7	-8,6	-8,7	-2,2	2,9	3,0	4,0
Desemprego (%)	8,6	8,3	7,6	7,3	7,2	6,7	8,4	11,5	13,7	13,0	13,1	13,0
IPCA – Ibgc (%)	4,3	5,9	6,5	5,8	5,9	6,4	10,7	6,3	3,0
Dívida Bruta do Setor Público (% PIB)	46,7	39,4	36,2	37,6	35,0	39,1	41,5	50,5	58,6	63,2
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	40,9	38,0	34,5	32,2	30,5	32,6	35,6	46,2	46,9	48,4
Rating Soberano S&P	BBB-	BBB-	BBB	BBB	BBB	BBB-	BBB-	BBB-	BBB	BBB	BBB	-
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	31,5	88,5	101,2	86,6	69,2	96,9	75,1	78,9	75,0	77,3

Fonte: Ibgc, Banco Central, Fiesp, Bradesco.

Os dados do PIB pelo lado da demanda mostram forte queda no consumo das famílias em 2016 (-4,2%), após queda de 3,9% em 2015. O consumo do governo caiu em 2016 (-0,6%) e em 2015 (-1,1%); e o investimento (FBCF) caiu em 2016 (-10,2%) e em 2015 (-13,9%), após queda de 4,2% em 2014. O único dado positivo foi das exportações que aumentaram 1,9% em 2016 e 6,3% em 2015; enquanto as importações tiveram queda nos dois anos: 2016 (-10,3%) e 2015 (-14,1%). Em síntese, os dados mostram uma das mais intensas e disseminadas recessões da história brasileira.

O diagnóstico da causa da recessão brasileira alterou, ao longo do tempo, vários argumentos: o impacto

da crise econômica mundial; a redução dos preços das commodities; a crise política; a “operação lava jato”; a queda de confiança dos agentes econômicos; o desequilíbrio fiscal; etc. Entretanto, vem ganhando força a hipótese dos equívocos na condução da política econômica, em especial, a política monetária restritiva e de juros altos.

O debate sobre as causas da recessão brasileira ganhou destaque neste ano com vários artigos publicados no Jornal Valor Econômico, a partir do artigo do André Lara-Resende, “Juros e conservadorismo intelectual” (13/01), cuja hipótese síntese é que no longo prazo, a relação entre a taxa de juros e a inflação é inversa ao que se acredita no mainstream econômico, “quando o banco central eleva a taxa de juros, a inflação não cai, mas aumenta; e quando o banco central reduz a taxa de juros, a inflação não sobe, mas ao contrário, cai.”

André Lara Resende destaca que:

“[...] desde a grande crise financeira de 2008, não deixa mais dúvida: todos os modelos macroeconômicos que adotam alguma versão da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) estão equivocados e devem ser definitivamente aposentados. Os bancos centrais aumentaram a oferta de moeda numa escala nunca vista. O Fed, por exemplo, aumentou as reservas bancárias de US\$ 50 bilhões para US\$ 3 trilhões, ou seja, multiplicou a base monetária por 60, num período inferior a dez anos. A inflação não explodiu, ao contrário, continuou excepcionalmente baixa. O mesmo aconteceu no Japão, na Inglaterra e nas economias da zona do euro. Diante do aumento, verdadeiramente extraordinário, da oferta de moeda, a inflação manteve-se excepcionalmente baixa e ainda menos volátil do que no passado”.

Pondera que:

“[...] com a experiência radical dos bancos centrais das economias avançadas, tem-se, entretanto, uma oportunidade única. O chamado Quantitative Easing (QE) praticamente replica o que seria uma experiência de laboratório para observar o efeito sobre os preços de um extraordinário aumento da quantidade de moeda. A resposta contradiz frontalmente o que sustentava a teoria monetária quantitativista e a macroeconomia ensinada nas grandes escolas até muito recentemente: nada acontece. A inflação não explode, continua estável e impassível”.

André Lara Resende conclui neste primeiro artigo que:

[...] a evidência empírica do QE leva à conclusão de que o juro nominal alto sinaliza uma inflação alta, pauta assim as expectativas e mantém a inflação alta. Ou seja, o juro alto, não só agrava o desequilíbrio fiscal, como no longo prazo mantém a inflação alta”.

Em novo artigo “Teoria, prática e bom senso” (27/01), André Lara Resende voltou ao tema destacando que:

“No Brasil, a inflação é muito pouco sensível à taxa de juros. As razões da ineficácia da política monetária são muitas e controvertidas, mas a baixa sensibilidade da inflação à taxa de juros é indiscutível, uma unanimidade. Por outro lado, com a dívida pública em torno de 70% do PIB, uma taxa nominal de juros de 14% ao ano exige um superávit fiscal de quase 10% do PIB para que a dívida nominal fique estável. Com a economia estagnada e a inflação perto dos 6% ao ano, isso significa que é preciso um superávit fiscal primário de quase 5% da renda nacional para estabilizar a relação entre a dívida e o PIB. A carga tributária está perto dos 40% do PIB, alta até mesmo para países avançados, ameaça estrangular a economia e inviabilizar a retomada do crescimento. A dificuldade política para reduzir despesas é enorme. Fica assim claro que o custo fiscal da política monetária não é irrelevante”.

Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, no dia 20 de janeiro de 2016, amplia a controvérsia, com sua análise da conjuntura e política econômica brasileira:

“Vocês têm uma das mais altas taxas de juros no mundo. Se o Brasil reagisse à queda no preço das exportações com medidas contracíclicas, o país talvez pudesse ter evitado a intensidade da atual crise [...]. Esse modelo que diz que, se a inflação está alta, você sobe os juros é uma teoria que foi desacreditada. É preciso saber qual é a fonte da inflação. Se for excesso de demanda, aí você sobe os juros, porque tem que moderar a demanda. Mas se for um impulso por custos, você tem que ser cuidadoso. Nesse caso, a forma pela qual a alta de juros reduz a inflação é matando a economia [...]”

Em síntese, a política de taxas de juros altos do Banco Central brasileiro, que naturalmente freia a economia e provocou a maior recessão da história, foi ineficiente na redução da inflação e foi altamente danosa

na área fiscal, com a redução da arrecadação e elevadas despesas com juros da dívida pública. Nestes dois anos, o gasto com juros foi de 501,8 bilhões de reais em 2015 (8,36% do PIB) e 407,0 bilhões em 2016 (6,47% do PIB). Nesse debate se fortalece a chamada hipótese da “dominância fiscal” que considera a possibilidade de que o juro alto agrave de tal forma o desequilíbrio fiscal que se torna contraproducente.

A retomada do crescimento brasileiro em 2017

Os sinais positivos na economia brasileira em 2017 são ainda tímidos e a retomada do crescimento lenta, mas o cenário é altamente favorável a uma forte aceleração da produção. O problema é que a política econômica brasileira continua com o pé no freio, com os juros altos e restrição monetária. O Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central vem reduzindo a taxa de juros num ritmo inferior à queda da inflação, fortemente impactada pelo choque de oferta, com a maior safra agrícola da história brasileira.

A taxa de juros real subiu 60,7% nos últimos 18 meses e está em 5,69% ao ano. O fato é que entre janeiro de 2016 e agosto de 2017 a inflação caiu 8,25 pontos percentuais, passando de 10,71% para 2,46% a.a., e o Banco Central reduziu a taxa Selic em apenas 6 pontos percentuais, passando de 14,25 para 8,25%, na reunião do início de setembro.

A retomada do crescimento deste início de ano deveu-se mais aos efeitos positivos da safra de verão, que reduziu a inflação e aumentou a demanda de setores que atendem ao agronegócio. Foram também positivas as medidas microeconômicas implementadas pelo governo, como o caso da liberação do FGTS e as mudanças das regras nas compras com cartão. A redução dos juros poderia ter uma contribuição muito maior para o crescimento da economia.

Conclusão

O Brasil continua patinando na sua tentativa de retomada do crescimento. A elevada taxa de juros real atual freia a retomada sustentável do crescimento econômico e o início da recuperação dos empregos no Brasil.

Conforme já destacado, a inflação recuou fortemente neste início de ano, com os choques positivos de oferta (safra recorde e queda no câmbio) e

possibilita uma redução mais acelerada da taxa de juros (Selic) do que o Banco Central vem adotando.

Por outro lado, os bons resultados na retomada do crescimento e dos empregos, nos países ricos, com a experiência de afrouxamento monetário (quantitative easing - QE) e juros próximo de zero, sem provocar inflação, reforça os argumentos em favor da mudança da política monetária brasileira.

Nessa mesma linha, o debate entre os economistas, traz consistentes argumentos de que a condução da política monetária brasileira estaria provocando efeitos inversos do esperado.

Em síntese, o Brasil tem bons fundamentos econômicos, melhores que a maioria desses países, e apresenta todas as condições para acelerar seu crescimento econômico e a geração de empregos, mas é necessário destravar a economia, com taxa de juros de país civilizado e política monetária que proporcione crédito com juros próximos aos praticados no resto do mundo.

O crescimento econômico é o único caminho para a geração de empregos e a reversão da crise fiscal que assola o País. Com maior produção e emprego, cresce a arrecadação tributárias e reduz a pressão sobre o setor público por mais gastos assistenciais. O País precisa mais do que reforma política uma reforma no modelo econômico e a aceleração do crescimento.

Bibliografia

BELLUZZO, Luiz G. e GALÍPOLO, Gabriel. Metas de inflação e os ardis da razão, *Jornal Valor Econômico*, 07/02/2017.

FRIEDMAN, M.; SHWARTS, A.J. A monetary history of the United States. United States: Princeton University Press. 1971

LARA-RESENDE, André. Juros e conservadorismo intelectual - *Jornal Valor Econômico*, 13/01/2017

LARA-RESENDE, André. Teoria, prática e bom senso (tréplica) - *Jornal Valor Econômico*, 27/01/2017

LIMA JUNIOR, L.; VASCONCELOS, C. R. F.; FERREIRA; H. M.; SIMÃO FILHO, J. O efeito do quantitative easing no produto dos EUA, Reino Unido e Japão: uma abordagem ARDL para o período de crise. Texto para Discussão nº 007/2014. Juiz de Fora: FE/UFJF. 2014

LISBOA, Marcos e PESSOA, Samuel. Nada de novo no debate monetário no Brasil (réplica) - *Jornal Valor Econômico*, 20/01/2017

NAKANO, Yoshiaki. Aritmética monetarista desagradável, *Jornal Valor Econômico*, 02/02/2017.

LOPES Francisco L. P. André, Cochrane e a teoria fiscal dos preços, *Jornal Valor Econômico*, 17/02/2017

PRADO, Maria Clara R.M. Monetarismo revisitado, 100 anos depois, *Jornal Valor Econômico*, 09/02/2017.

SENNÁ, José Júlio. Taxa de juros e inflação. *Jornal Valor Econômico*, 10/02/2017.

José Luiz Pagnussat
jose.pagnussat@enap.gov.br

Economista, professor universitário há 30 anos, atualmente na ENAP e UDF. Foi presidente dos Conselhos Regional e Federal de Economia e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia – ANGE.



CARTEIRA PROFISSIONAL VENCENDO? FIQUE ATENTO.



Safra de Grãos 2017 - Melhor Produtividade

Eloy Corazza

Introdução

A produtividade continua a ser a força motriz do ramo agrícola de grãos que em 2017 colhe 238,7 milhões de toneladas, a maior safra da história (Conab, set/17), um aumento de 52,1 milhões de toneladas, superando em 27,9% a colheita de 186,6 milhões de ton de 2016.

A produtividade média foi de 3.921 kg/ha, 22,6% acima dos 3.199 kg/ha colhidos no ano anterior. A área plantada alcançou a 60,8 milhões de hectares, com adicional de 2.555,4 mil hectares, aumento de 4,4% sobre a área da safra 15/16.

O acréscimo de 52,1 milhões de ton obtido na safra 2017 equivale quase à colheita de 54,9 milhões obtida em 1986, quando a área plantada foi 40,8 milhões de ha, sendo a produtividade de 1.345 kg/ha.

Passados 30 anos, bastou ampliar em 2,55 milhões de ha a área plantada para, com 22,6% a mais de produtividade, colher em 2017 safra quase equivalente à safra de 1986 antes, graças a uma produtividade 291% superior.

1. Área plantada

Segundo a Tabela 1 a ampliação da área ocorreu em diferentes proporções em todas as regiões do País: Norte 15,5%; Nordeste 6,2%; Centro-Oeste 5,8%; Sudeste 3,2%; e Sul 0,8%. Evidenciam-se assim taxas significativas de aumento de área plantada nas novas regiões tropicais e semi-tropicais.

Tabela 1. Safra de Grãos 2016/17 - Área plantada por Regiões

Regiões	2015/16 (1.000 ha)	2016/17 (1.000 ha)	Variação		Partic. %	
			Em ha	%	15/16	16/17
Norte	2.540,1	2.934,9	394,8	15,5	4,4	4,8
Nordeste	7.396,9	7.852,3	455,4	6,2	12,7	12,9
Centro-Oeste	23.584,2	24.963,6	1.379,4	5,8	40,4	41,0
Sudeste	5.315,5	5.486,0	170,5	3,2	9,1	9,0
Sul	19.499,3	19.654,6	155,3	0,8	33,4	32,3
Brasil	58.336,0	60.891,4	2.555,4	4,4	100,0	100,0
N/NE/SE	15.252,5	16.273,2	1.020,7	6,7	26,1	26,7
Centro-Sul	43.083,5	44.618,2	1.534,7	3,6	73,9	73,3

Fonte: CONAB, set/17.

Das 25 cultivares de grãos, 9 são culturas de verão

- algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo - e 6 culturas de inverno - aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale -, ocupando as culturas de verão 58,4 milhões de hectares (96,0%) e as de inverno 2,4 milhões de hectares (4,0%). As de inverno tem apresentado redução gradual da área plantada, conforme ilustra a Tabela 2 que detalha a distribuição de hectares por culturas.

Tabela 2. Safra de Grãos 2016/17 - Área plantada por culturas

Culturas	2015/16 (1.000 ha)	2016/17 (1.000 ha)	Variação		Partic. %	
			Em ha	%	15/16	16/17
1. VERÃO	55.757,0	58.449,8	2.692,8	4,8	95,6	96,0
Arroz	2.008,0	1.980,9	-27,1	-1,3	3,4	3,3
- Sequeiro	607,7	524,4	-83,3	-13,7	1,0	0,9
- Irrigado	1.400,3	1.456,5	56,2	4,0	2,4	2,4
Feijão	2.837,5	3.179,8	342,3	12,1	4,9	5,2
- 1ª safra	978,6	1.111,0	132,4	13,5	1,7	1,8
- 2ª safra	1.311,2	1.426,9	115,7	8,8	2,2	2,3
- 3ª safra	547,7	641,9	94,2	17,2	0,9	1,1
Milho	15.922,5	17.592,1	1.669,6	10,5	27,3	28,9
- 1ª safra	5.289,4	5.482,5	193,1	3,7	9,1	9,0
- 2ª safra	10.633,1	12.109,6	1.476,5	13,9	18,2	19,9
Soja	33.251,9	33.909,4	657,5	2,0	57,0	55,7
Sorgo	579,0	628,5	49,5	8,5	1,0	1,0
Outras	1.158,1	1.159,1	1,0	0,1	2,0	1,9
2. INVERNO	2.579,0	2.441,6	-137,4	-5,3	4,4	4,0
Trigo	2.118,4	1.917,1	-201,3	-9,5	3,6	3,1
outras	460,6	524,5	63,9	13,9	0,8	0,9
BRASIL	58.336,0	60.891,4	2.555,4	4,4	100,0	100,0

Fonte: Conab/set/17

Das 9 culturas da safra de verão, 6 culturas - amendoim, feijão, girassol, milho, soja e sorgo - tiveram aumento de 2,7 milhões de hectares ou seja área de plantio 4,8% superior, e outras 3 - algodão, arroz e mamona - apresentaram pequena diminuição.

Outro aspecto importante são as culturas de amendoim e milho que têm dois plantios anuais e a de feijão com 3 plantios. Desses segundo e terceiro plantios, a denominada safrinha de milho (2º plantio) tem área 6 vezes superior às safrinhas de amendoim e feijão.

Também cabe destacar a ampliação em 4% da área de arroz irrigado, cuja produtividade é 2,4 vezes maior que arroz de sequeiro, levando a aumento de 16,3% da produção.

Nas culturas de inverno houve redução de 202,1 mil há na área de trigo e triticale, e pequena ampliação de 64,7 mil há nas outras 4 culturas, levando a uma redução de 137,4 mil há, ou seja de - 5,3% da área das culturas de inverno.

Importante esclarecer que os 2º e 3º plantios das safras de verão, quando ampliam área plantada não ocupam áreas adicionais. Esses plantios ocorrem em áreas em que outra cultura de verão fora plantada e colhida na mesma safra de verão, uma vez que tem ciclo menor (até 110/120 dias). Milho safrinha (2º plantio) é plantado em área antes ocupada de soja ou feijão.

Esta prática, também denominada de rotação de culturas, agrega valor econômico ao tempo em que ajuda a proteger o solo da insolação e das erosões com chuvas, graças a assim chamada “palhada de cobertura”, contribuindo para melhora orgânica e fertilidade do solo.

Tabela 3. Área de 2º e 3º plantio - por culturas

Culturas	2015/16 (1.000 ha)	2016/17 (1.000 ha)	Variação		% da área total	
			Em há	%	15/16	mil ha
Amendoim	9,3	11,0	1,7	18,3	0,0	0,0
Feijão	1.858,9	2.068,8	209,9	11,3	3,2	3,4
Milho	10.633,1	12.109,6	1.476,5	13,9	18,2	19,9
2º e 3º plantio	10.633,1	12.109,6	1.476,5	13,9	18,2	19,9
Brasil - sem 2º e 3º plantio	47.702,9	48.781,8	1.078,9	2,3		

Fonte: Conab/set/17

2. Produção

A produção de grãos da safra 16/17 é de 238,7 milhões toneladas, ampliando em 52,1 milhões toneladas a colheita de 186,6 milhões obtida em 15/16. Este significativo acréscimo de 27,9% na produção, ocorreu como detalhado na tabela 4 em todas as Regiões e Estados do país, à exceção de Acre e Espírito Santo.

Tabela 4. Safra de Grãos 2016/17 - Produção por Região (em mil ton)

Regiões	2015/16	2016/17	Variação		Partic. %	
			Ton.	%	15/16	16/17
Norte	6.937,1	9.527,9	2.590,8	37,3	3,7	4,0
Nordeste	9.827,4	18.073,9	8.246,5	83,9	5,3	7,6
Centro-Oeste	75.290,5	103.462,0	28.171,5	37,4	40,3	43,3
Sudeste	19.444,4	23.152,5	3.708,1	19,1	10,4	9,7
Sul	75.111,0	84.532,3	9.421,3	12,5	40,3	35,4
Brasil	186.610,4	238.748,6	52.138,2	27,9	100,0	100,0
N/NE/SE	36.208,9	50.754,3	14.545,4	40,2	19,4	21,3
Centro-Sul	150.401,5	187.994,3	37.592,8	25,0	80,6	78,7

Fonte: Conab/set/17

Os aumentos no volume de produção variam de 12,5% a 83,9% por Região, a saber: 83,9% no Nordeste como resultado das melhores condições climáticas, 37,4% no Centro-oeste e 37,3% no Norte; 19,1% na região Sudeste e 12,5% na região Sul. A regularidade

climática em todas as regiões, à exceção de problemas pontuais observados, fez o Nordeste registrar colheita histórica, o mesmo ocorrendo no Centro Oeste e nas demais regiões.

A Tabela 5 detalha a evolução da produção pelos principais produtos das safras de verão e inverno, sendo este aumento por volume de produção o seguinte: milho, 31,1 milhões, mais 46,9%; soja 18,6 milhões, mais 19,5%; arroz 1,7 milhões, subindo 16,3%; feijão 1,07 milhão, mais 20,7% e sorgo 833 mil, com variação de 66.5%.

Já nas culturas de inverno, merece ser destacada a forte redução prevista de 1.541 mil ton na produção de trigo (-22,4%), resultado de redução de área (-9,5%) e de produtividade (-13,4%), devido a problemas climáticos já observados.

Tabela 5. Safra de Grãos 2016/17 - Produção por culturas (em mil ton)

Culturas	2015/16	2016/17	Variação		Part. %	
			Ton.	%	15/16	16/17
1. VERÃO	178.534,5	232.259,5	53.725,0	30,1	95,7	97,3
Arroz	10.603,0	12.328,1	1.725,1	16,3	5,7	5,2
. Sequeiro	1.232,6	1.230,7	-1,9	-0,2	0,7	0,5
. Irrigado	9.370,4	11.097,4	1.727,0	18,4	5,0	4,6
Feijão	2.513,5	3.397,9	884,4	35,2	1,3	1,4
. 1ª safra	1.034,3	1.360,7	326,4	31,6	0,6	0,6
. 2ª safra	912,6	1.200,9	288,3	31,6	0,5	0,5
. 3ª safra	566,6	836,3	269,7	47,6	0,3	0,4
Milho	66.530,8	97.712,1	31.181,3	46,9	35,7	40,9
. 1ª safra	25.745,5	30.462,0	4.716,5	18,3	13,8	12,8
. 2ª safra	40.785,3	67.250,1	26.464,8	64,9	21,9	28,2
Soja	95.434,6	114.041,9	18.607,3	19,5	51,1	47,8
Sorgo	1.031,5	1.864,8	833,3	80,8	0,6	0,8
Outras*	2.421,1	2.914,7	493,6	20,4	1,3	1,2
2. INVERNO	8.075,9	6.489,1	-1.586,8	-19,6	4,3	2,7
Trigo	6.726,8	5.185,5	-1.541,3	-22,9	3,6	2,2
Outras	1.349,1	1.303,6	-45,5	-3,4	0,7	0,5
BRASIL	186.610,4	238.748,6	52.138,2	27,9	100,0	100,0

Fonte: Conab/set/17

* algodão, amendoim, girassol, mamona

Registra-se que a ampliação da área e da produção vem ocorrendo com as culturas diretamente voltadas ao consumo humano mundial e aos produtos destinados à alimentação animal, além daquelas culturas utilizadas para geração de energias alternativas (álcool, biodiesel), destacando-se neste sentido as culturas de milho e soja.

Os trabalhos desenvolvidos ainda na década de 70 pelos sistemas Embrapa/Embrater foram fundamentais para viabilização agrônômica de grãos nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, como as cultivares de soja, iniciadas com as sementes Cristalina, Doko e outras ainda na década de 80 e que deram início ao

plântio em regiões do Centro Oeste e que hoje alcança a segunda maior produção mundial.

A segunda etapa desta evolução, com geração de cultivares de soja de menor ciclo e gradual melhoria de produtividade, viabilizou o chamado “milho safrinha”, isto é, o plântio de milho como segunda safra na mesma área onde tenham sido cultivados feijão ou soja. A tabela 5 evidencia o avanço da participação do milho safrinha na produção nacional, que passou de 21,9% da safra de 2016 para 28,2% da produção nacional em 2017.

Se excluirmos a produção das culturas de 2º e 3º plantios, o aumento na produção nacional cairia de 27,9 % para 17,4% na safra de 2017, conforme Tabela 6.

Tabela 6. Produção do 2º e 3º plantio (em mil ton)

Culturas	2015/16	2016/17	Variação		% da produção Brasil	
			Ton	%	15/16	16/17
Amendoim	17,3	27,4	10,1	58,4	0,0	0,0
Feijão	1.479,2	2.037,2	558,0	37,7	0,8	0,9
Milho	40.785,3	67.250,1	26.464,8	64,9	21,9	28,2
2º e 3º plantio	42.281,8	69.314,7	27.032,9	63,9	22,7	29,0
Produção sem 2º e 3º plantio	144.328,6	169.433,9	25.105,3	17,4		

Fonte: Conab/set/17

3. Produtividade.

O plântio, produção e produtividade observadas, em especial das culturas soja e milho, na maior parte dos Estados brasileiros, não existiriam sem os avanços dos trabalhos desenvolvidos pela Embrapa ainda na década de 70 e 80 do que resultou o desenvolvimento de cultivares adaptadas às condições das regiões tropicais e semi-tropicais do território nacional, que hoje representam mais de 65% da área nacional de grãos.

Cabe ser destacada igualmente as melhorias tecnológicas incorporadas, como o “plântio direto” - plântio sem qualquer revolvimento do solo -, que hoje integra o processo produtivo de todas as regiões do país, em especial no Centro-Oeste.

A palhada ou resíduo da colheita de milho, seja da safra seja da safrinha, asseguram cobertura do solo, o que é fundamental tanto para proteger de fortes chuvas ou excesso de insolação como para melhoria de fertilidade orgânica, redundando em mais produtividade.

A partir da primeira década do século 21, foi também gradual e continuamente viabilizado e ampliado o acesso às melhores tecnologias disponibilizadas por outros países, em particular Estados Unidos, o que tem sido fundamental para a melhoria dos processos de plântio, monitoramento de pragas e doenças,

aplicação dos insumos segundo dosagens suficientes e necessárias ao requerido pelas diversidades de solos, cultivares e condições climáticas.

O desenvolvimento de cultivares adaptadas à diversidade climática, de altitude, tipo de solo e clima, em especial para soja e milho, associado às práticas e manejos típicos de cada uma das regiões tem se revelado fundamental para que os avanços obtidos sejam incorporados gradual e rapidamente nas lavouras nacionais.

Esse conjunto de práticas tende a incorporar melhorias, ano após ano, sendo para isto fundamental a multiplicidade e diversidade de opções hoje disponíveis em especial para as culturas de soja e milho, líderes do mercado mundial e nacional.

Todas as Regiões apresentaram ganhos de produtividade, destacando-se a forte recuperação da região Nordeste e do Centro-Oeste, ambas em decorrência da regularidade climática. Destaca-se a contribuição do milho safrinha, tanto pelo aumento de área como pela forte elevação na produtividade, tornando-se o grande diferencial da safra 2016/17.

Tabela 7. Safra de Grãos 2016/17 - Produtividade por Regiões (Kg/ha)

Regiões	2015/16	2016/17	Variação	
			Kg/ha	%
Norte	2.731,0	3.246,4	515,4	18,9
Nordeste	1.328,6	2.301,7	973,1	73,2
Centro-Oeste	3.192,4	4.144,5	952,1	29,8
Sudeste	3.658,1	4.220,3	562,2	15,4
Sul	3.852,0	4.300,9	448,9	11,7
Brasil	3.198,9	3.920,9	722,0	22,6
N/NE/SE	2.374,0	3.118,9	744,9	31,4
Centro-Sul	3.490,9	4.213,4	722,5	20,7

Fonte: Conab/set/17

A evolução da produtividade, por culturas de verão e de inverno com destaque para o trigo, é abordada na Tabela 7 que evidencia a evolução da produtividade da safra 15/16 para a 16/17 que aumentou 24,1% nas culturas de verão e reduziu em - 17% nas de inverno. O acréscimo de 722,0 Kg/há obtido em 2017 sobre a média de 3.199 kg/há da safra 15/16 elevou para 3.921 kg/ha a produtividade da safra 16/17, um recorde histórico.

Para tanto, foi decisivo o acréscimo de 1.718 kg/ha de produtividade da safrinha de milho, além do aumento de 1.476 há de área. A soja com área 657 mil há superior, mais 2%, apresentou também 17,2% de ganho na produtividade, além dos acréscimos de produtividade das 4 outras cultivares - arroz irrigado, feijão, soja e sorgo.

Tabela 8. Safra de Grãos 2016/17 - Produtividade por culturas (Kg/ha)

Culturas	2015/16	2016/17	Variação	
			Kg/ha	%
1. VERÃO	3.202,0	3.973,7	771,6	24,1
Arroz	5.280,4	6.223,5	943,1	17,9
. Sequeiro	2.028,3	2.346,9	318,6	15,7
. Irrigado	6.691,7	7.619,2	927,5	13,9
Feijão	885,8	1.068,6	182,8	20,6
. 1ª safra	1.056,9	1.224,8	167,8	15,9
. 2ª safra	696,0	841,6	145,6	20,9
. 3ª safra	1.034,5	1.302,9	268,3	25,9
Milho	4.178,4	5.554,3	1.375,9	32,9
. 1ª safra	4.867,4	5.556,2	688,8	14,2
. 2ª safra	3.835,7	5.553,5	1.717,8	44,8
Soja	2.870,0	3.363,1	493,1	17,2
Sorgo	1.781,5	2.967,1	1.185,5	66,5
Outras	2.090,6	2.514,6	424,0	20,3
2. INVERNO	3.131,4	2.657,7	- 473,7	-15,1
Outras	2.929,0	2.485,4	-443,6	-15,1
Trigo	3.175,4	2.704,9	-470,5	-14,8
BRASIL	3.198,9	3.920,9	722,0	22,6

Fonte: Conab/set/17

A evolução da produtividade das culturas de verão de 2º e 3º plantios está detalhada na Tabela 8, evidenciando significativos ganhos de produtividade, em especial do milho safrinha (2º plantio).

Tabela 9. Safra de Grãos 2016/17 - 2º e 3º plantio (Kg/ha)

Culturas	15/16	16/17	Variação		% de kg/ha do Brasil	
			Em ha	%	15/16	mil ha
Amendoim	1.873,0	2.494,0	621,0	33,2	-1.329,0	-1.479,7
Feijão	795,7	984,7	189,0	23,7	-2.406,3	-2.988,9
Milho	3.835,7	5.553,5	1.717,8	44,8	633,7	1.579,8

Fonte: Conab/set/17

Conclusão

O processo de incorporação continua pelos produtores rurais de novas tecnologias e melhores práticas voltadas para produzir mais e melhores grãos por área plantada, reforçada pela regularidade climática observada em todas as regiões do país sintetizam as variáveis responsáveis pela excepcional produtividade de 3.921 kg/ha de safra 2016/17.

Dentre todas as boas práticas cabe registrar o plantio direto com cobertura de solo; a adubação de precisão e a taxa variáveis, desenvolvimento de cultivares de menor ciclo e de maior potencial produtivo, sistemas automatizados de plantio, tratamento e colheita.

Os resultados desse acréscimo de 22,6% na produtividade estão sendo colhidos diretamente pela sociedade e economia brasileiras, com a forte redução dos preços dos alimentos e a ampliação das exportações, conforme evidencia o IPCA até agosto/17, em que as leguminosas e grãos apresentaram queda de -27,9% nos preços. “Tivemos um choque de alimentos, que não voltou.” (Ilán Goldfajn, Correio Braziliense, pg. 3). “... o preço dos alimentos foi uma ajuda muito grande para trazer a inflação cheia para baixo” (Mário Mesquita, Estadão B6).

A maior produtividade agrícola se constitui também em fator decisivo para retomar e ampliar a produção de carnes bovina, de frango e suína, a menores custos. A efetivação de adequações da legislação tributária sobre a comercialização de produtos agrícolas, em especial destinados à exportação, será fator vital para retomada da indústria de transformação desses produtos, em especial soja e milho, agregando valor às exportações e reforçando a retomada da geração de empregos em todas as regiões.

Eloy Corazza
corazza.eloy@gmail.com



Economista, empresário rural e auditor fiscal aposentado. Atuou como Secretário Executivo do Ministério dos Transportes e Comunicações entre outros cargos públicos. Foi Diretor-Presidente da SARAHPREV. Atuou, ainda, como docente da Universidade Católica de Brasília e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Fórum de Mulheres Economistas discute os principais desafios enfrentados no mercado de trabalho

Mônica Beraldo
Elisângela Resende
Gisella Colares
Luciana Acioly
Maria Alzira Duarte
Maria Cristina de Araújo
Marianne Pereira
Paloma Campos

O Fórum das Mulheres Economistas foi um dos destaques do XXII Congresso Brasileiro de Economia, principal evento do ano para economistas de todo o País. Realizado pelo Conselho Federal de Economia (COFECON) e pelo Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), ocorreu de 6 a 8 de setembro de 2017, em Belo Horizonte. O debate sobre os principais desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho aconteceu no dia 7 e reuniu cerca de 100 pessoas.

No XXII CBE, economistas renomadas foram convidadas para discutir a questão de gênero: Denise Gentil, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-URJ); Eliane de Araújo, da Universidade Estadual de Maringá; Rosa Maria Marques, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Tânia Cristina Teixeira (PUC-MG). A conselheira federal Bianca Andrade coordenou as apresentações da mesa.

Em sua apresentação, Eliane de Araújo destacou que é necessária a implementação de políticas ativas de mercado de trabalho para diminuir a desigualdade de gênero. “É fundamental pensar em políticas de conciliação entre a vida profissional e privada para apoiar a participação contínua das mulheres no mercado de trabalho formal”, defendeu. Para a economista da Universidade Estadual de Maringá, é importante ir além de políticas anti-discriminação para eliminar as disparidades salariais entre homens e mulheres. Já a economista Rosa Maria Marques destacou a discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho, além de assédio moral e sexual.

Denise Gentil apresentou dados sobre a Previdência Social e mostrou que, do ponto de vista do gasto, cada mulher aposentada custa menos do que um homem, mesmo com cinco anos a mais de recebimento do benefício. “Uma falácia machista dos interpretes da Previdência é quando falam que os homens sustentam a previdência feminina no Brasil. As mulheres vivem mais, mas recebem aposentadoria menor, portanto, custam menos que os homens, o que é lamentável. Isso mostra que temos muito chão a percorrer no que se refere a políticas públicas de igualdade de gênero no campo da aposentadoria”, argumentou a economista Denise Gentil.

Tania Cristina Teixeira destacou a precarização de mulheres

altamente qualificadas, que não recebem remuneração correspondente a dos homens. “Nós vamos observar que a atuação da mulher no mercado de trabalho corresponde a 43,8%. No entanto, apenas 10% ocupam cargos de direção”, disse. Para a professora Tânia, é preciso chamar atenção para o fato de que são necessárias políticas públicas voltadas para que mulheres alcancem um patamar de escolaridade mais elevado e isso depende do aumento de escolas e creches em tempo integral. Também questionou o fato de que algumas mulheres “precisem” masculinizar atitudes para conquistar um espaço de destaque no mercado de trabalho.

Essas discussões foram acompanhadas por um público atento e participativo, que fez vários questionamentos, apresentou suas histórias e sugeriu ações para a continuidade desses ambientes de debates, de forma que as informações ali passadas fossem difundidas para um público ainda maior.

Mulheres Economistas no Sistema Cofecon/Corecons

As economistas são minoria no Sistema Cofecon/Corecons, respondendo por apenas 26% dos profissionais registrados. As regiões com o maior percentual de economistas são Norte (37,47%) e Nordeste (32,51%), seguidas por Centro-Oeste (29%), Sul (23,68%) e Sudeste (22,16%), segundo dados dos Conselhos Regionais de Economia. No XXII CBE, de 1.200 participantes, apenas 38% eram mulheres.

O tema em questão ganhou destaque no Sistema há alguns anos.

A realização do Fórum das Mulheres Economistas vem sendo construída desde o 13º Congresso Brasileiro de Economistas e o 7º Congresso de Economistas da América Latina e Caribe, realizados pelo COFECON, pela Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC) e pelo Corecon-RJ, em 1999, na cidade do Rio de Janeiro, cujo tema tratou da herança do século 20 e a construção do novo século, a partir de três aspectos centrais: Desenvolvimento, Inserção Internacional e Emprego. Uma das palestras do evento abordou a temática do Emprego e Desemprego: diferenciais por gênero e as condições precárias das mulheres atuantes em

diversos setores, formais e informais. Na ocasião, ficou registrada a necessidade de se conhecer, inclusive, o perfil da mulher economista e suas perspectivas para o século 21. Destaque às presenças da professora Maria da Conceição Tavares e da delegação do Corecon-DF.

O assunto foi retomado em 2010, quando o presidente do COFECON à época, Waldir Pereira Gomes, resgatou a necessidade de se criar, no âmbito federal, um grupo representativo das mulheres economistas. A participação feminina na Plenária era mínima e contava somente com a conselheira federal Fabíola Andréa de Paula (RN). Vale destacar que o assunto já vinha sendo apresentado pelo professor Waldir na Academia, no Corecon-SP e no Sindecon-SP. Em 2016 a Plenária do COFECON aprovou a criação do Grupo de Trabalho Mulher Economista, a ser coordenado pela conselheira federal Bianca Andrade (RO), que o sugeriu ao presidente Júlio Miragaya a partir da experiência de outros conselhos de profissões regulamentadas.

Neste ano, houve a realização do Fórum no XXII CBE e aplicação de questionário, durante o evento, visando obter, a partir de respostas das congressistas, um perfil dessa mulher economista, seja ela uma profissional atuante ou estudante. "Fomos surpreendidas com a excelente resposta de todas aquelas que compareceram ao stand do COFECON, que atenderam ao nosso chamado e responderam ao questionário", destaca a economista Vilma Guimarães, que participou tanto da elaboração quanto da aplicação do questionário. Ao todo, 165 pessoas responderam o questionário, representantes de 14 unidades da federação. Os resultados serão tabulados e divulgados no site do COFECON.

As economistas interessadas em preencher o questionário on-line podem acessá-lo pelo site www.cofecon.gov.br. Dúvidas e sugestões podem ser enviadas pelo e-mail mulher-economista@cofecon.gov.br. "A partir dessas informações conseguiremos conhecer o perfil da mulher economista para realizarmos fóruns, workshops e cursos. Convido todas a participarem conosco", indica a coordenadora do GT Mulher Economista, Bianca Andrade.

Gisella Colares
gisella.colares@gmail.com

Conselheira do Corecon-DF



Mônica Beraldo
beraldo.monica@gmail.com

Vice-Presidente do Corecon-DF e coordenadora do Grupo de Trabalho Mulher Economista-DF



Elisângela Resende
elisangelaresende@hotmail.com

Fiscal do Corecon-DF



Luciana Acioly
lucianaaciolydasilva@gmail.com

Conselheira do Corecon-DF



Maria Alzira Duarte
maria.duarte@dnpm.gov.br

Economista do DNPM e Colaboradora do Corecon



Maria Cristina de Araújo
solmaria@terra.com.br

Conselheira do Corecon-DF



Marianne Pereira
marianne.pereira@gmail.com

Assessora do Corecon-DF



Paloma Campos
palomacamposdf@gmail.com

Estudante de Economia e estagiária do Corecon-DF



Vilma Guimarães
vilmaguimaraes@yahoo.com.br

Economista, Professora de Perícia e colaboradora do Corecon-DF



COMUNICADO IMPORTANTE

MUDAMOS DE ENDEREÇO

O Conselho Regional de Economia da 11ª Região - Distrito Federal (Corecon-DF) informa sua mudança de endereço para **Setor Comercial Sul, Quadra 1, Edifício Antônio Venâncio da Silva, Salas 301/306.**

Telefone: 3226-7487

E-mail: corecondf@corecondf.org.br

Faça-nos uma visita!



Nota do COFECON sobre a PEC da reforma da previdência

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) é favorável ao debate sobre a sustentabilidade do sistema previdenciário e a mudanças visando adaptação à evolução demográfica em curso, aperfeiçoamento do sistema e correção de falhas. Mas essas medidas devem ser precedidas de amplo e efetivo debate na sociedade brasileira. Para tanto, defendemos a realização de audiências públicas nas diversas regiões do país, de modo que a discussão não fique circunscrita ao Congresso Nacional.

Posicionamo-nos em defesa da Previdência Social, pública, em seu atual regime de caráter contributivo e solidário e manifestamo-nos de forma crítica à proposta de reforma formulada pelo Governo Federal.

A Previdência Social começou a ser instituída no Brasil em 1923 (com a chamada Lei Elói Chaves), portanto há quase um século, e é inadmissível que se busque alterar esse sistema de forma tão profunda e sem uma ampla reflexão, pois afetará a vida de dezenas de milhões de brasileiros.

O pressuposto que justificaria a reforma, o chamado “déficit da Previdência”, é controverso. Estima-se déficit de R\$ 180 bilhões para 2017. Entretanto, ignora que a Constituição Federal, em seu art. 195, prevê um sistema tripartite, com empregados, empregadores e governo contribuindo para custear a Seguridade Social, que inclui além da Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social. A Seguridade Social, segundo a ANFIP (Associação Nacional dos Fiscais Previdenciários), seria superavitária em 2015 em R\$ 20,1 bilhões, com receitas de R\$ 704 bilhões e despesas de R\$ 683,9 bilhões, desde que o governo não houvesse subtraído recursos a ela destinados.

A proposta do governo, de forma equivocada, foca nas despesas. Conforme estudo elaborado pelo DIEESE, a subtração de recursos da Seguridade Social supera R\$ 123 bilhões anuais, compreendendo: aplicação da Desvinculação de Recursos da União (DRU) sobre recursos da Seguridade Social (R\$ 61 bilhões); desoneração das exportações do agronegócio (R\$ 5,3 bilhões); isenções previdenciárias para entidades filantrópicas (R\$ 11 bilhões); sonegação mediante assalariamento sem carteira de trabalho (R\$ 46 bilhões).

No XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado de 31 de agosto a 2 de setembro em Natal (RN) e que reuniu cerca de 200 economistas representando os 26 Conselhos Regionais de Economia, a “Carta de Natal” - documento aprovado por unanimidade no evento - destacou: “Caminha-se para uma proposta de Reforma Previdenciária que pode representar injustiças, sobretudo com a população mais pobre, ao se buscar elevar a idade mínima para aposentadoria ao patamar praticado em países com expectativa de vida bem superior à brasileira. Como sugerir que o trabalhador rural se aposente aos 65 anos se a expectativa

de vida dessa população, no Norte-Nordeste é de 63 anos?”

O fato é que a proposta do governo veio mais draconiana que o esperado. Equiparam-se, para efeito de aposentadoria, as mulheres aos homens e os trabalhadores rurais aos urbanos; propõe-se a desvinculação do salário mínimo em diversas situações, como o Benefício da Prestação Continuada (BPC); eleva-se a comprovação de contribuição previdenciária de 15 para 25 anos e, o mais grave, para 49 anos de contribuição para se ter o direito ao benefício integral; e regras de transição. Adicionalmente, a proposta de reforma da previdência aumentará as desigualdades, ao reduzir o fluxo de transferências representado pelos benefícios previdenciários pagos aos trabalhadores do setor privado, uma vez que mais de 90% desses beneficiários são das classes C, D e E.

O Cofecon entende que correções precisam ser feitas no âmbito da Previdência Social, começando por deixar de reduzir sua receita com isenções e subtrações já mencionadas, e que mudanças nas condições de acesso e nos valores dos benefícios não atinjam os brasileiros mais pobres e vulneráveis, como a proposta do governo o faz.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

COMENTÁRIOS SOBRE ASPECTOS PROPOSTOS PELA PEC 287

1. Financiamento da Seguridade e da Previdência Social

Conforme estudo elaborado pelo DIEESE para as Centrais Sindicais, a subtração de recursos da Seguridade Social supera R\$ 123 bilhões anuais, compreendendo: a) Aplicação da Desvinculação de Recursos da União (DRU) sobre recursos da Seguridade Social (R\$ 61 bilhões); b) Desoneração das exportações do agronegócio (R\$ 6,5 bilhões); c) Isenções previdenciárias excessivas para entidades filantrópicas (R\$ 12,5 bilhões); d) Sonegação mediante assalariamento sem carteira de trabalho (R\$ 46 bilhões).

Ainda sangrando a receita da Previdência, há o subsídio às micro e pequenas empresas (R\$ 25 bilhões). Deve também ser lembrada a desastrosa medida adotada no Governo Dilma de desonerar as contribuições previdenciárias sobre as folhas de pagamento das empresas, o que em 2015 subtraiu R\$ 22 bilhões da Previdência Social, só parcialmente repostos pelo Tesouro. Somando tudo, são 173 bilhões anuais de renúncia fiscal afetando a Previdência Social.

Por fim, ressaltamos o caráter conjuntural da queda da arrecadação previdenciária, decorrente da forte queda do nível de emprego em 2015 e 2016. Tão logo a economia volte a crescer, a receita previdenciária de trabalhadores urbanos deverá retomar o patamar de 2014.

2. Déficit da Previdência Social

Reafirmamos que a alegação do governo de que a Previdência Social apresenta enorme déficit é falsa. Ocorre que, propositalmente, o governo omite que a Constituição Federal, em seu art. 195, previu um sistema tripartite, com empregados, empregadores e governo contribuindo para custear a Seguridade Social, que inclui a Previdência Social. A Seguridade Social foi superavitária em 2015 em R\$ 20,1 bilhões, com receitas de R\$ 704 bilhões e despesas de R\$ 683,9 bilhões, conforme atestam os números da Associação Nacional dos Fiscais Previdenciários – ANFIP (www.anfip.org.br), mesmo com a sangria de seus recursos perpetrada pelo próprio governo. É fato também que o recolhimento de contribuições entre os trabalhadores urbanos (R\$ 360 bilhões em 2015) superou amplamente os benefícios a eles pagos, apresentando déficit em 2016 em função da perda de contribuições devido à queda acentuada no número de empregos com carteira de trabalho.

3. Instituição da idade mínima de 65 anos com pelo menos 25 anos de contribuição

A regra atual prevê, para trabalhadores do setor privado no meio urbano, a aposentadoria por idade (65 anos para homens e 60 anos para mulheres) com pelo menos 15 anos de contribuição ou a aposentadoria por tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 para mulheres) sem idade mínima definida. A proposta estabelece a idade mínima de 65 anos para todos, com o mínimo de 25 anos de contribuição.

O Cofecon entende que a regra 95 (soma de idade e anos de contribuição para homens) e 85 (soma de idade e anos de contribuição para mulheres) já é bastante adequada para coibir as aposentadorias precoces, pois para se aposentar aos 55 anos, um homem teria que começar a trabalhar e contribuir aos quinze anos de idade, contribuindo por 40 anos. Poderia ser acelerada a ampliação gradativa para 100/90, por exemplo.

4. Instituição da igualdade entre homens e mulheres

O Cofecon entende que não se deve dar tratamento igual a situações diferentes. As condições de acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho são historicamente mais adversas que as dos homens. Em função da exclusividade da maternidade, de cuidados com parentes idosos e de maior responsabilidade com o lar, as mulheres adiam a entrada no mercado de trabalho, se ausentam dele com maior frequência e têm menos tempo para cumprir jornadas de trabalho, o que resulta em menores salários. A concessão da aposentadoria com menos anos de idade ou de contribuição deve ser a compensação por tais adversidades.

5. Instituição da igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais

Outra situação típica de imputar tratamento igual a situações desiguais. Os trabalhadores rurais historicamente começam a trabalhar mais precocemente que os trabalhadores urbanos e, no meio rural, o assalariamento abrange uma parcela ínfima dos trabalhadores, predominando os agricultores familiares, parceiros, meeiros e posseiros. De outro lado, os trabalhadores no campo têm menos

expectativa de vida, em decorrência do baixo acesso à saneamento básico (água potável e esgotamento sanitário) e do acesso mais difícil às instalações hospitalares. Deve-se assinalar também que a baixa renda monetária dos trabalhadores rurais e a inexistência do empregador impede o recolhimento mais substancial de contribuições no meio.

Alega-se que as aposentadorias rurais representaram um déficit de R\$ 100 bilhões em 2016. Mas por suas especificidades, a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais deve ser vista como programa social e continuar sendo concedida aos 60 e 55 anos.

Outro aspecto que não deve ser ignorado é a enorme contribuição da ampliação da aposentadoria rural para a redução da pobreza no Brasil e para a queda na péssima distribuição social e espacial da renda.

6. Impacto na desigualdade regional

Mais uma situação que impõe tratamento diferenciado. O Brasil ainda apresenta acentuadas disparidades regionais. Nas regiões Norte e Nordeste, a taxa de desemprego, o grau de informalidade no mercado de trabalho e a menor expectativa de vida (a diferença chega a 10 anos entre o estado mais rico e o mais pobre da federação) determinam a possibilidade de se estabelecer parâmetros distintos para a concessão da aposentadoria.

7. Impacto na economia das regiões mais pobres

A Reforma da Previdência proposta, que reduz de forma substantiva os valores pagos a aposentados e pensionistas, acarretará em expressivo impacto na economia das regiões mais pobres do Brasil, concorrendo para a acentuação da desigualdade na distribuição espacial da renda. Já foi aqui assinalado a enorme contribuição da aposentadoria rural para a redução da pobreza no Brasil e para a queda na péssima distribuição social e espacial da renda.

Estudo realizado pelo jornal Valor Econômico mostra que em nada menos que 4.126 municípios brasileiros (74,1% do total), os benefícios pagos pela Previdência Social superam os recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de recursos dos pequenos municípios brasileiros. O estudo mostra ainda que em 860 municípios brasileiros (localizados essencialmente nas Regiões Norte e Nordeste), os benefícios pagos pelo INSS são superiores a 20% do PIB local.

8. Mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O BPC, benefício equivalente a 1 Salário Mínimo, pago aos deficientes de qualquer idade e aos idosos com 65 anos ou mais que pertencem a famílias com rendimento familiar per capita inferior a 1/4 do Salário Mínimo e que não se aposentaram por idade por não conseguirem comprovar 15 anos de contribuição (contemplam 4,5 milhões de brasileiros), também terá as regras de acesso modificadas pela proposta do governo. A cada dois anos, a idade para acesso ao benefício subirá um ano, de forma que em 10 anos, a idade mínima para acessar o benefício será de 70 anos. Ademais, teriam os benefícios descolados do salário Mínimo. Trata-se de uma proposta totalmente injusta, que penaliza a população mais pobre e sofrida do país. O Cofecon defende que

as atuais condições não se alterem, pois são pessoas que não tiveram acesso a um maior grau de educação escolar e, consequentemente, não tiveram qualificação profissional, trabalhando quase sempre na informalidade, daí a dificuldade em comprovar contribuição previdenciária. Ademais, os beneficiários idosos do BPC, em sua quase totalidade residentes em favelas e aglomerados em situação precária nas periferias das grandes cidades, sem acesso à saneamento urbano e à tratamento de saúde adequado, tem expectativa de vida que raramente ultrapassam os 70 anos de idade.

9. Unificação do Regime Geral com o Regime Próprio

O Cofecon entende que a proposta de adoção de um único regime - para trabalhadores do setor privado e do serviço público - pode e deve ser debatida. De fato, as diferenças no valor e no acesso ao benefício são expressivas. Devem ser estabelecidas, contudo, regras para promover a transição e unificação dos dois sistemas.

10. Mudanças nas aposentadorias especiais

A proposta do governo deixa de fora da Reforma da Previdência os militares das Forças Armadas, assim com os servidores estaduais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros. O argumento é de que o direito de se aposentarem mais cedo representa um atrativo para a profissão. No vácuo, já pleiteiam o mesmo tratamento os servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das Polícias Civis e os agentes penitenciários. Mas os professores do ensino fundamental e médio da rede pública perderão o mesmo direito. A proposta por si só expressa o desprezo que o país dispensa à educação de nossos milhões de jovens e a prioridade dada aos que fazem a defesa do patrimônio.

11. Mudanças no valor pago nas pensões por morte

A Previdência Social paga 7,4 milhões de pensões por morte, com dispêndio de R\$ 92 bilhões em 2015. Nada menos que 55,1% das pensões são de 1 Salário Mínimo (SM). A proposta do governo, além da desvinculação ao SM, propõe pagamento de 50% da pensão, acrescido de 10% do valor para cada dependente. Dessa forma, uma viúva com dois filhos receberia apenas 80% do valor da pensão. Só receberia 100% se tiver 4 ou mais filhos. Deve-se observar que 35,3% das pensões tem benefícios entre 1 e 3 SM e apenas 9,6% tem valor superior a 3 SM.

12. Exigência de 49 anos de contribuição para se auferir o benefício integral

A proposta do governo é draconiana, mas na prática, inócua e desestimulante para manter o trabalhador na ativa. Para se aposentar com o benefício integral, o trabalhador terá de contribuir por 49 anos. Isso significa que para ter benefício integral aos 65 anos, terá que começar a trabalhar aos 16 anos e contribuir ininterruptamente desde então, situação absolutamente atípica em nosso país. Num exemplo mais provável, de uma pessoa que comece a trabalhar com 22 anos e contribua em 80% dos 43 anos trabalhados até completar 65 anos de idade (perfazendo 34 anos de contribuição), ela terá direito a 85% do valor do benefício. Para receber o benefício integral, teria que trabalhar mais 15 anos, até os 80 anos. Se a expectativa de

sobrevida é de mais 20 anos, como abdicar de receber 85% do benefício por 20 anos para optar por receber 100% por 5 anos? Na prática, a proposta do governo estabelece a idade mínima e, por tabela, a idade máxima para aposentadoria.

Deve ser ainda mencionado que o cálculo para definição do benefício, que atualmente computa os salários de contribuição nos últimos 15 anos, pela proposta do governo prevê a média todos os salários recebidos ao longo da vida, significando que praticamente ninguém receberá 100% do benefício porque no início da carreira o trabalhador não deve ter contribuído com o teto do salário de contribuição.

13. Regras de Transição

São 39,8 milhões os brasileiros que se enquadrarão nas regras de transição (homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos). De outro lado são 101,4 milhões os homens e mulheres que, embora muitos deles estejam há bastante tempo no mercado de trabalho, não terão direito à regra de transição, devendo ser enquadrados integralmente nas novas condições para a aposentadoria. Ocorre que a proposta não prevê uma transição escalonada, mas abrupta, o que cria situações absolutamente injustas. Um homem com 50 anos de idade e 30 de contribuição teria que trabalhar (e contribuir) mais 7,5 anos (50% do tempo que falta para completar 65 anos). Já outro homem com 49,5 anos na data de vigência da reforma teria que trabalhar mais 15,5 anos até completar 65 anos de idade. Não há a mínima razoabilidade na proposta do governo.

14. Comparação do Brasil com outros países

Não faz sentido comparar nosso sistema previdenciário com o de países ricos e estabelecer os mesmos parâmetros. Nesses países, cujo sistema também é tripartite, portanto, com a participação do governo, a expectativa de vida é muito maior que a do brasileiro, em alguns casos, superando 10 anos. Ademais, nos países ricos, os benefícios, quando concedidos pelo Estado, se justificariam apenas para os trabalhadores que não apresentam suficiente capacidade laboral para assegurar seu próprio sustento. No Brasil, mesmo indivíduos com capacidade laboral perdem a empregabilidade muito cedo e, para os que ainda não perderam, é aceitável que continuem trabalhando após começar a receber benefício previdenciário, como um bônus a reduzir a desigualdade num dos países mais desiguais do mundo.

15. Risco de progressiva privatização da Previdência Social

O forte endurecimento nas regras de acesso à Previdência e a redução dos benefícios concedidos certamente abrirão maior espaço para a expansão da Previdência privada no país e o risco de progressiva privatização do sistema. O exemplo do que ocorreu no Chile deve nos servir de alerta. Criou-se um sistema de gestão privada e hoje a taxa de reposição (relação entre o benefício recebido e a média salarial na ativa) é de apenas 38%, no México é ainda menor, de 28%, enquanto no Brasil é de 82%. Não à toa, a reivindicação dos chilenos é a adoção do modelo praticado no Brasil.

COFECON

Carta de Belo Horizonte

22º Congresso Brasileiro de Economia

Manifesto em Defesa do Desenvolvimento Econômico, Justiça Social e Democracia

O XXII Congresso Brasileiro de Economia (CBE) ocorre num momento em que o Brasil atravessa sua mais grave crise social, econômica e política. Estão cada vez mais claras as reais motivações do atual governo: desmontar os direitos sociais e os serviços públicos, sustentando o processo de inclusão social que estava em curso.

O recém-lançado pacote de privatizações aprofunda o processo de desnacionalização da economia brasileira. A proposta de privatização de empresas de setores estratégicos (Eletrobras, Petrobras, Banco do Brasil e BNDES) significa perda de soberania nacional. Além disso, algumas corporações transnacionais que já não mantinham aqui áreas de pesquisa, inovação e desenvolvimento, estão hoje transferindo plantas industriais para o exterior. Não é recomendável vender patrimônio público estratégico para cobrir déficit orçamentário, muito menos vendê-los em momento de crise econômica, quando os ativos estão desvalorizados. Cabe destacar que ineficiência e corrupção não são justificativas para a privatização e que a legislação dos países hegemônicos proíbe a venda de setores estratégicos ao capital estrangeiro.

No plano fiscal, o contingenciamento orçamentário realizado pelo governo não poupou nem mesmo as áreas de saúde e educação. Os hospitais e as universidades públicas agonizam, resultando na restrição de acesso ao ensino superior e técnico, público e privado. Quanto à questão da Previdência, há que se combater privilégios, mas buscar preservar os direitos da população que mais necessita desses benefícios.

A Constituição Federal de 1988 resgatou direitos historicamente negados e constituiu um tímido Sistema de Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social). Outros programas e políticas para diminuir o déficit social – Bolsa Família, MCMV, SUAS, Luz para Todos – e principalmente, a política de valorização do Salário Mínimo, propiciaram uma melhora da condição de vida da população mais pobre e foi um dos pilares do processo de crescimento com distribuição de renda ocorrido na década passada.

Há a necessidade de se modificar o modelo tributário extremamente regressivo, pois quem tem rendimentos de até 2 salários mínimos tem carga tributária total de 49% (3% de tributos diretos e 46% de indiretos); aqueles com rendimentos acima de 30 salários mínimos têm carga tributária de 26% (10% de tributos diretos e 16% de indiretos) e, para os com rendimentos acima de R\$ 3 milhões anuais, a carga tributária total é de apenas 8%. O Estado gasta muito com transferências para os que estão no topo da pirâmide social,

mediante juros da dívida pública, subsídios creditícios, desonerações e isenções fiscais, sacrificando os programas e políticas sociais. Também os micro e pequenos empresários, que respondem pela geração de mais de 50% dos empregos no país, têm sido massacrados pela Política Macroeconômica. Neste sentido, propomos medidas tais como a imediata reinstauração da tributação sobre lucros e dividendos, pessoa física.

Ademais, a necessária Reforma Tributária que se apresenta deve levar em consideração também elementos que conduzam o país a construção de um arranjo federativo que prime por mais justiça e equidade regional.

O surgimento recorrente de graves denúncias aprofunda a crise política brasileira, deteriora ainda mais o ambiente econômico e social do país e aumenta o grau de incerteza, terreno fértil para especulação financeira, com consequências negativas sobre os investimentos, emprego e renda. Ainda assim, a combinação de um ambiente externo favorável e a existência de ampla capacidade ociosa de fatores com reflexos sobre a inflação e a trajetória de taxa de juros, colocam um possível cenário de lenta retomada de crescimento da economia. O discurso em prol das reformas trabalhista e previdenciária com o objetivo de resgatar a confiança e reduzir o “Custo-Brasil”, atribuindo ao custo do trabalho o fator determinante para a baixa competitividade de nossa economia, despreza outros fatores: elevada taxa de juros, câmbio apreciado, insuficiente e precária infraestrutura, baixa qualificação da mão de obra e baixíssimo investimento em inovação.

Os bancos e as grandes corporações pretendem impor seus interesses ao conjunto da sociedade. É imperativo que a vontade soberana do povo esteja acima dos anseios e receios do mercado. Mantidas as atuais políticas, dificilmente atingiremos as condições para o crescimento inclusivo e com distribuição da renda. Pior, compromete a possibilidade de implementar políticas públicas por meio da estrutura do Estado pós privatização.

Da mesma forma nos manifestamos em favor da necessidade de ações que nos conduzam a construção de um país mais ético e probo, defendendo que medidas de combate a corrupção tenham continuidade em todos os níveis de governo, bem como nos poderes legislativo e judiciário.

Nós, congressistas, reunidos no XXII Congresso Brasileiro de Economia, subscrevemos este documento e constituímos o Movimento em defesa do desenvolvimento econômico, justiça social e democracia.

Belo Horizonte (MG), 8 de setembro de 2017

QUER PUBLICAR SEU ARTIGO?

Escreva para a nossa
próxima edição!

Os artigos deverão versar sobre o tema “**Conjuntura Econômica**” e terem tamanho mínimo de 7.600 caracteres (com espaço).

Os artigos recebidos são avaliados pelo Conselho Editorial da Revista, entretanto, as opiniões expressas no texto são de inteira responsabilidade do autor.

Para mais informações e envio dos artigos: revista@corecondf.org.br.

O CRESCIMENTO DE UMA NAÇÃO, PASSA PELAS MÃOS DE UM GRANDE PROFISSIONAL.



13 DE AGOSTO | DIA DO ECONOMISTA



CORECON ^{DF}

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA